



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HERLON FERNANDES

**DESAFIOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE:
PROTECIONISMO, RESTRIÇÕES E A UNIÃO EUROPÉIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Florianópolis
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Herlon Fernandes

**DESAFIOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE:
PROTECIONISMO, RESTRIÇÕES E A UNIÃO EUROPÉIA**

Dissertação apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Aloysio M. de Araújo Junior. Dr.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

F363d Fernandes, Herlon

Desafios da Suinocultura Catarinense [dissertação] :
protecionismo, restrições e a União Européia / Herlon
Fernandes ; orientador, Aloysio Marthins de Araújo Junior. –
Florianópolis, SC, 2011.

190 p.: il., grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Suíno - Santa Catarina. 3. Protecionismo
e livre cambio - Santa Catarina. 4. Comércio – Restrições –
Santa Catarina. 5. Novas tecnologias. 6. Barreiras não-
tarifárias - Santa Catarina. I. Araújo Júnior, Aloysio Martins
de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

Herlon Fernandes


**DESAFIOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE:
PROTECIONISMO, RESTRIÇÕES E A UNIÃO
EUROPÉIA.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

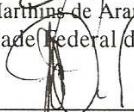
Florianópolis, 04 de outubro de 2011.

Profa. Dra. Ruth Emilia Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC


Banca Examinadora:



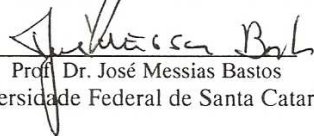
Prof. Aloysio Martins de Araújo Junior - Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Fábio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina



Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meus pais, sempre presentes me incentivando nos estudos. Na realização deste trabalho não foi diferente, agradeço pelas condições de poder concluir este trabalho. Aos meus irmãos, cunhados e minha pequena sobrinha pela presença em minha vida.

Ao professor que me orientou neste trabalho Aloysio Marthins de Araújo Júnior, um grande professor, mestre e amigo. Obrigado por todo o apoio e ensinamentos durante este período.

Aos professores Carlos Espíndola, José Messias, Marco Antônio Franciotti pelos ensinamentos e amizade durante o mestrado.

Às funcionárias da Secretaria, Marli e Juliana que desempenharam ótimo apoio para os alunos do curso.

Um agradecimento especial aos colaboradores da CIDASC, não posso deixar de citar os nomes de Sabrina Tavares, Jader Nones, Ana Maria Mitidiero e Flávio Veloso, vocês orgulham o serviço público de Santa Catarina. Também os agradeço por deixar que eu participasse da visita técnica da Coréia do Sul que estive em Santa Catarina.

Agradeço também aos pesquisadores da Embrapa Dirceu Talamini, Marcelo Miele e Osmar Dalla Costa por toda a ajuda durante meu trabalho.

Aos Secretários de Estado, que colaboraram com a pesquisa através de suas entrevistas.

A todos os diretores e presidentes das Associações, Wolmir de Souza, Presidente do INCS, Losivânio, Presidente da ACCS, Jurandi Machado, diretor da ABIPECS pelos seus conhecimentos.

Agradeço ao Ex-ministro da Agricultura da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, Reinhold Stephanes por ter respondido ao questionário para minha dissertação.

Agradeço a Federação das Indústrias de Santa Catarina, especialmente para Tatiani Leal e Dâmi Radin pelo material da indústria catarinense.

Agradeço a todas as empresas que responderam a pesquisa, todas foram de extrema valia.

Outro agradecimento especial para Charli Lutdke, da WSPA, que com paciência me explicou os detalhes sobre bem-estar animal, além de ter me presenteado com uma caneca especial da Organização.

RESUMO

A presente dissertação trata dos desafios encontrados na suinocultura catarinense diante do protecionismo encontrado pelos países, principalmente na União Européia e como estes desafios e soluções foram contornados e adotados pelas empresas, produtores, poder público catarinense e brasileiro e têm modificado o setor como um todo. O presente trabalho justifica-se pelo setor suinícola de Santa Catarina ser um dos mais importantes para a economia do Estado e pelas constantes mudanças ocorridas no mercado internacional de carnes, seja pelo protecionismo, pelas restrições, ou pelas novas demandas dos consumidores pela qualidade dos alimentos. O problema exposto ao longo do trabalho é analisar se as medidas adotadas pela União Européia são medidas protecionistas de restrição ao produto catarinense. É sabido que tais instrumentos de política comercial são cada vez mais utilizados nas aplicações de restrição às exportações na carne suína de Santa Catarina, gerando, deste modo, impactos na indústria, produtores locais e órgãos públicos. As mudanças na demanda dos consumidores estão aumentando cada vez mais as restrições em diferentes produtos alterando as tecnologias adotadas pelo atores durante todo o processo de produção da carne suína criando cada vez mais desafios não apenas para as indústrias, mas também aos produtores locais e ao setor público por meio de seus órgãos ligados ao setor agrícola. Foram pesquisadas as empresas exportadoras de Santa Catarina, empresas públicas, secretários de Estado, através de questionários semi-estruturados, além de utilização de dados secundários. Como resultado alcançado, indentificou-se que a União Européia dificulta a compra de carne suína catarinense por questões, segundo a pesquisa nas empresas, sanitárias e de resíduos, entretanto o que pode ser conferido é que existe exportação de carne bovina para este mercado. Além do desafio de abertura de mercado com a manutenção do status sanitário, novas demandas, como de bem-estar animal também são desafios encontrados na suinocultura catarinense.

Palavras-Chave: suinocultura, protecionismo, restrição, novas tecnologias, barreiras não-tarifárias.

ABSTRACT

This work discusses the challenges faced in Santa Catarina's, swine production due to protectionist measures taken by other countries, especially the European Union; how these challenges were overcome, and solutions adopted, by the companies, producers, the State, and how they have led to changes to the swine culture sector as a whole. This work can be justifiable due to the role played by swine culture in Santa Catarina - one of the most important economically speaking - and due to the constant changes happening in the meats market internationally - be such changes either on protectionism policies, restrictions, or by new customer requirements. The problem discussed in this paper is analyzing whether measures taken by the European Union can be said to be protectionist measures which restrict the products from Santa Catarina. It is known that such foreign trade policy instruments have been increasingly used to restrict imports of Santa Catarina pork, causing, as such, significant impact on the industry, producers, and the government. Changes in consumer demand are increasing more and more restrictions in different products by changing the technologies adopted by actors throughout the production process of pork creating more challenges not only for industries but also to local producers and the industry public through their bodies linked to agriculture. Were surveyed exporting companies in Santa Catarina, public companies, secretaries of state, through semi-structured questionnaires, and use of secondary data. As a result achieved the identification that the UE makes it difficult to buy pork for reasons of Santa Catarina, according to research in business, health and waste, but which can be given is that there's beef exports to this market. Besides the challenge of market opening with the maintenance of health status, new demands, such as animal welfare challenges are also found in pig farming in Santa Catarina.

Keywords: swine culture, protectionism, restrictions, new technologies, non-tariff barriers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Itens prioritários para abertura de mercado asiático.....	61
Figura 2: Medidas tomadas pelas empresas exportadoras de Santa Catarina no item Rastreabilidade.....	74
Figura 3: Medidas tomadas pelas agroindústrias no meio ambiente.....	129
Figura 4: Foto de transporte de suínos na Itália.....	161
Figura 5: Itens prioritários para abertura de mercado europeu.....	162
Figura 6: Adequação das empresas no item bem-estar animal em suínos.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tarifas aplicadas a carne suína (em %)	53
Gráfico 2: Relação do preço do suíno, preço do milho e custo total médio – Em reais	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação do Agronegócio nas exportações do Brasil (bilhões de dólares).....	25
Tabela 2: Principais produtos exportados pelo Brasil 1925-1962.....	65
Tabela 3: Programas de Governo na Agricultura.....	80
Tabela 4: Produção de carne suína no Brasil milhões de cabeças.....	82
Tabela 5: Consumo Mundial de carne suína (mil t – equivalente carcaça).....	84
Tabela 6: Importação Mundial de carne suína (Mil-Toneladas).....	86
Tabela 7: Produção mundial de carne suína (mil ton).....	88
Tabela 8: Exportação Mundial de carne suína (mil-ton).....	89
Tabela 9: População dos municípios da Microrregião de Concórdia.....	96
Tabela 10: Número de Propriedades e de suínos na Microrregião de Concórdia 2011.....	106
Tabela 11: Comparativo entre Santa Catarina e União Européia.....	165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Casos da OMC no Brasil.....	49
Mapa 2: Casos de Febre Aftosa.....	59
Mapa 3: Indicações Geográficas no Brasil.....	77
Mapa 4: Mapa da Microrregião de Concórdia.....	103
Mapa 5: Unidades industriais das principais empresas exportadoras de Santa Catarina, 2011.....	111
Mapa 6: Propriedades de suínos em Santa Catarina por ADR.....	115
Mapa 7: Logística ferroviária e portuária de Santa Catarina.....	125
Mapa 8: Localização das unidades da Embrapa, Cidasc e Epagri.....	133
Mapa 9: A União Européia.....	143
Mapa 10: Produção de Suínos na União Européia.....	149

LISTA DE SIGLAS

ABIEPCS	– Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
ABCS	– Associação Brasileira dos Criadores de Suíno
ACCS	– Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ADR	– Agência de Desenvolvimento Regional
CIDASC	– Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
DIT	– Divisão Internacional do Trabalho
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	– Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
GTA	– Guia de Trânsito Animal
FIESC	– Federação das Indústrias de Santa Catarina
IBAMA	– Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
INCS	– Instituto Nacional da Carne Suína
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
OIE	– Organização Mundial de Epizootias
OMC	– Organização Mundial do Comércio
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	– Política Agrícola Comum
PIB	– Produto Interno Bruto
SPS	– Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TAC	– Termo de Ajuste de Conduta
UE	– União Europeia
WSPA	– Sociedade Mundial de Proteção Animal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1 OBJETIVOS.....	31
1.1.2 Objetivo Geral da Pesquisa.....	31
1.1.3 Objetivos Específicos.....	31
1.2 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	32
1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	36
 2 PROTECIONISMO, RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC.....	 39
2.1 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC E AS RODADAS DE NEGOCIAÇÃO.....	44
2.2 BARREIRAS TARIFÁRIAS, COTAS E SUBSÍDIOS NA CARNE SUÍNA CATARINENSE.....	52
2.3 BARREIRAS TÉCNICAS NA SUINOCULTURA: O NEOPROTECIONISMO E OS DESAFIOS DE SANTA CATARINA.....	56
 3 PANORAMA DA SUINOCULTURA BRASILEIRA E MUNDIAL.....	 63
3.1 O PAPEL DA AGRICULTURA NA HISTÓRIA DO BRASIL....	63
3.2 PANORAMA DA SUINOCULTURA BRASILEIRA E O PAPEL DA TECNOLOGIA.....	69
3.3 PANORAMA DA SUINOCULTURA MUNDIAL.....	83
3.4 SUINOCULTURA E A IMPORTÂNCIA DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	90
 4 ESTRUTURA PRODUTIVA DAS REGIÕES EM SANTA CATARINA.....	 95
4.1 MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA E A ESTRUTURA PRODUTIVA.....	95
4.2 DEMAIS MICRORREGIÕES IMPORTANTES NA SUINOCULTURA CATARINENSE.....	107
4.3 IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO A DA LOCALIZAÇÃO NA SUINOCULTURA EM SANTA CATARINA.....	117
4.4 INFRA-ESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, INSUMOS E O PAPEL DAS EMPRESAS PÚBLICAS EM SANTA CATARINA...	122

5 A UNIÃO EUROPÉIA, PROTECIONISMO E DESAFIOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE.....	139
5.2 SUINOCULTURA NA UNIÃO EUROPÉIA E A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM.....	146
5.3 AS BARREIRAS TÉCNICAS DA UNIÃO EUROPÉIA APLICADAS A CARNE SUÍNA E AS ADEQUAÇÕES AS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SANTA CATARINA.....	155
CONCLUSÃO.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
APÊNDICES	
APÊNDICE A	
Questionário de pesquisa para a Indústria.....	183
ANEXOS	
ANEXO A	
INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA N° 19 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2002.....	189

1 INTRODUÇÃO

O setor agrícola de Santa Catarina, representado pelo agronegócio, pela pecuária, suinocultura, avicultura, piscicultura, entre outros exerce grande influência na economia do Estado, sendo um setor que cria diferentes oportunidades no campo e na indústria situando-se em diversas regiões. Na região Oeste, por exemplo, grande parte do Produto Interno Bruto – PIB provém do esforço dedicado seja na criação dos animais seja na indústria. Em Santa Catarina, o setor de alimentos e bebidas possui 2.846 indústrias e emprega mais de 94 mil trabalhadores (FIESC, 2010). Além do número elevado de empregos gerados, o papel deste setor é ainda mais revelador quando o assunto é exportação. Nada menos do que 39,4% das exportações catarinenses são geradas através de alimentos e bebidas (FIESC, 2010).

Em termos mundiais, o agronegócio¹ passa por modificações, ora gerada pela escassez de recursos tais como crédito e matérias-primas que são fundamentais para a criação/produção de animais e para industrializar seus produtos, ora pela inexistência de terras para o cultivo de diferentes itens básicos para seus consumidores locais.

Sendo um dos ramos mais dinâmicos dentro do agronegócio brasileiro, a suinocultura possui diferentes sistemas ao redor do mundo. Na União Européia a suinocultura é um dos itens de maior destaque entre os produtores do bloco, com sistemas de produção de alta tecnologia, principalmente na Dinamarca. Também os Estados Unidos, possuem alto nível em sua produção e competem com o Brasil. O Brasil não fica para trás no que tange a qualidade da suinocultura, principalmente em Santa Catarina. Essa competição é derivada pelo consumo que vem aumentando em diferentes regiões do globo, como na China e o mercado africano.

O crescente consumo de produtos e em cada vez com maior diversificação é parte das mudanças ocorridas na estrutura de consumo de bens no mundo. As constantes transformações impostas

¹Para Cruvinel (2004) agronegócio “procura guardar a mesma categorização para o conceito de *agribusiness*, o qual soma as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e os itens produzidos a partir deles”.

pelo desenvolvimento do capitalismo industrial condicionaram a sociedade moderna ao crescente consumo de alimentos processados e semiprocessados. Questões como taxa de crescimento populacional, distribuição de renda e nível de urbanização exercem influência no ramo alimentar. (ESPÍNDOLA, 1994).

Na China, todo o ano, uma população do tamanho de São Paulo e Rio de Janeiro juntos, saem de um nível de vida “E” e passam para “D”². No Brasil, com a melhora do orçamento das famílias a suinocultura poderá abrandar a fome de populações, pelo rápido retorno que proporciona (MIGLIAVACCA, 2011).

Deve-se ressaltar o efeito multiplicador que a suinocultura (também poderiam estar incluídos os ramos da bovinocultura e avicultura) possui em diferentes cadeias ligadas à agricultura de Santa Catarina e de outros Estados do Brasil. O exemplo corriqueiro é o cultivo de milho no oeste de Santa Catarina, principal insumo para a alimentação dos suínos, que por muitas vezes é comprado de estados vizinhos, tais como Mato Grosso e Paraná. Em menor escala, a produção de soja também torna-se importante para a ração dos animais, esta também encontrada nos estados do Sul e Centro-Oeste.

Como pode-se ter a nítida presença do setor na Tabela 1, que é apresentada a seguir. Pelos dados abaixo mencionados, nota-se que em nenhum período que compreende 1990 até 2009, o agronegócio teve menos que 35% da participação total nas exportações brasileiras. Isto posto, existe melhora no Balanço de Pagamentos do Brasil.

² Pode-se citar os diferentes tipos de classe constantemente adotados pela mídia. As classes A e B representariam o maior poder aquisitivo, a classe C seria a classe média, e classe D e E, menor poder aquisitivo, entretanto com diferença nos níveis de renda.

Tabela 1: Participação do Agronegócio nas exportações do Brasil (bilhões de dólares).

Ano	Exportações		
	Total (A)	Brasil (B)	Part.% (B/A)
1990	31,414	12,990	41,35
1991	31,620	12,403	39,23
1992	35,793	14,455	40,38
1993	38,555	15,940	41,34
1994	43,545	19,105	43,87
1995	46,506	20,871	44,88
1996	47,747	21,145	44,29
1997	52,983	23,367	44,10
1998	51,140	21,546	42,13
1999	48,013	20,494	42,68
2000	55,119	20,594	37,36
2001	58,287	23,857	40,93
2002	60,439	24,840	41,10
2003	73,203	30,645	41,86
2004	96,677	39,029	40,37
2005	118,529	43,617	36,80
2006	137,807	49,465	35,89
2007	160,649	58,420	36,37
2008	197,942	71,806	36,28
2009	152,252	64,756	42,53

Fonte: MAPA (2010).

Nos mercados mundiais, pode-se tomar o exemplo de diversos países na Ásia, como Japão e Coreia do Sul, que importam grande parte de seus produtos para que suas respectivas populações possam desfrutar de alimentos de origem cárnea. O mercado da União Européia, ainda mais importante, consome em média 42 kg *per capita* de carne suína, o dobro do consumo dos norte-americanos e o quádruplo do que consomem os brasileiros (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2011).

É através destas demandas que as estratégias comerciais de empresas ou de um país (na busca de acordos internacionais mais amplos, por exemplo) que se dá início as necessidades de importação e exportação de produtos, sejam eles do ramo alimentício ou não. Com isso, unem-se as novas demandas dos consumidores que cada vez mais prezam por produtos com certificações, que não agredem o meio

ambiente, (também chamados produtos “selo verde”) entre tantos outros.

Diante disso, ganha relevância a economia internacional, representada fortemente pelas trocas de diversos produtos entre nações, estas cada vez mais interligadas, seja em seu sistema produtivo, na divisão internacional do trabalho ou em termos financeiros.

Todavia, estas novas demandas podem vir acrescentadas com medidas de proteção ou restrição a diversos produtos, principalmente os de origem animal, seja como uma simples barreira comercial ou por prática de bem-estar e segurança da qualidade dos alimentos no país de destino. O protecionismo é oriundo de medidas tomadas por países ou empresas que, com medidas tarifárias ou não-tarifárias tentam, através desses mecanismos, proteger sua economia local. Já as restrições são elementos mais ligados às demandas dos consumidores por determinado produto. Segundo Lima (2004):

A partir do momento em que países vendem e compram alimentos prontos para consumo, animais vivos, plantas, sementes, bebidas, dentre outros gêneros, a preocupação com a higiene e inocuidade desses produtos aparece como fator determinante da necessidade de proteger a saúde e vida humana, animal e vegetal, surgindo os primeiros traços das políticas sanitárias e fitossanitárias adotadas pelos países, que funcionam como barreiras não-tarifárias ao comércio.

Questões relativas a resíduos, como a tetraciclina e principalmente a ractopamina³ encontrados na carne, seja ela suína, bovina, de frango ou peixes, são seguidas também por normas mínimas de bem-estar animal que são cada vez mais debatidas entre as indústrias do mundo todo, os órgãos de cada país que são responsáveis pela sanidade e procedência dos alimentos importados, entre outros organismos, criando embates na Organização Mundial do Comércio - OMC, dentro do que se chama acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (*Sanitary and Phytosanitary Agreement* - SPS) e o

³ Pode ser utilizada na melhoria da qualidade da carcaça do suíno e redução das camadas de gordura do animal.

Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (Agreement on Technical Barriers to Trade - TBT).

Segundo Pascal Lamy, Presidente da OMC, as restrições de exportação são a causa principal dos recentes aumentos de preços dos alimentos no mundo, e citou que os países precisam encontrar outras formas de assegurar a oferta doméstica (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2011).

Através das medidas de proteção dos países, tem-se o resultado que é aplicado pelas empresas e produtores. De início, importante salientar a importância do espaço e da estrutura de pequena produção em Santa Catarina como cita ROCHA (2004, p. 26):

A pequena produção mercantil caracteriza-se como pilar constitutivo de uma formação socioespacial regional, a qual acontece como recorte de uma formação socioespacial nacional, moldada, sobretudo, a partir das relações que mantém com o centro do sistema capitalista.

Seja na área de indústria processadora geradora dos itens finais de produção, seja pelas empresas públicas, que por sua vez possuem relevância grande cada uma em sua área ou pelos produtores, o fato é que as mudanças ocasionadas nas estruturas de produção são importantes para as tomadas de decisão de cada agente.

Ao longo dos diferentes períodos econômicos do Brasil, tem-se as estratégias das empresas do ramo alimentar buscando novas estratégias para manutenção, conquista ou recuperação de mercados. Segundo Espíndola (2001, p. 33), no Plano Real, de 1993, por exemplo, a situação do país encontrava-se em dificuldades na moeda, na elevação das dívidas interna e externa.

Para Espíndola (2001, p. 35), no âmbito avícola, por exemplo, as empresas adotaram diferentes etapas estratégicas, tais como as reestruturações técnico-produtivas⁴, as estratégias de novos investimentos e as estratégias de fusões, aquisições e parcerias.

Essas estratégias aliadas as técnicas são importantes ao longo do capitalismo, haja vista que a tecnologia é um item dos mais importantes

⁴ Pode-se citar as estratégias de JIT (Just in time) e TQC (Controle da Qualidade Total) (ESPÍNDOLA, 2001, p.35).

na atual estrutura da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) e da Formação do Espaço, tanto pelo viés econômico ou pelo sentido social, mesmo que os dois sejam bastante interdependentes.

No que tange as técnicas, Mamigonian (1982, p. 47), explora com muita propriedade os diferentes estágios do desenvolvimento tecnológico mundial, citando:

A Inglaterra realizou o ponto alto da elaboração das técnicas durante a primeira revolução industrial (máquina a vapor) e os Estados Unidos realizaram os maiores avanços posteriores (produção em série, linha de montagem), atualmente o Japão assumiu a dianteira.

Em Santa Catarina, o papel de empresas públicas como a Companhia Catarinense de Desenvolvimento Agrícola – Cidasc, Embrapa Suínos e Aves, localizada na cidade de Concórdia, no Oeste do Estado, e a Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina – Epagri, são cada vez mais importantes para o setor produtivo como um todo.

Com a troca constante de produtos, sejam eles animais vivos ou em forma industrializada o papel do governo e de seus respectivos órgãos é cada vez mais ativo.

As modificações relativas pelo aumento da demanda mundial por carne e a necessidade por mais segurança na criação e distribuição de alimentos, isto faz que sejam feitos investimentos em novas tecnologias por empresas em diferentes situações. Pode-se citar a melhora da genética dos plantéis, principalmente na suinocultura e bovinocultura para ter menos gordura nestes tipos alimentos, o que gera ganhos para a indústria, sabendo-se da maior demanda por carne do tipo *light* pelos clientes. Nesse caso, a biotecnologia é cada vez mais um instrumento importante, unindo as empresas e o setor científico. Essas mudanças são mais vistas a partir do final da década 70 do século XX.

Entretanto, não apenas produtos com menores níveis de gordura são os desafios encontrados na suinocultura. Pontos como bem-estar animal são cada vez mais citados por consumidores, principalmente na União Européia, sendo fato gerador de medidas adotadas na Itália, Dinamarca, Inglaterra e França, entre outros, que adotam medidas para o melhor transporte dos animais desde sua criação até o abate.

Entendendo-se como um dos fatores mais lembrados em nível mundial para a melhor comercialização de carne suína, e um dos maiores fatores de protecionismo são as doenças em suínos, bovinos,

frangos etc. Neste caso, Santa Catarina é Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, desde 2007, sendo o único estado do Brasil com tal conceito. No entanto, mesmo com esse importante certificado gerado pela Organização Mundial de Epizootias, – *International Organization of Epizootics*-OIE, o estado barriga verde não exporta carne suína para a União Européia, diferentemente da carne bovina (que também é atingida pela febre aftosa). No que tange aos problemas relativos às doenças encontradas em suínos, Santa Catarina conta com o apoio da Cidasc, que desenvolve importante trabalho no ramo.

Os desafios citados acima tornam o setor suinícola um dos mais atingidos por mudanças em todos os âmbitos. Diante disso, o trabalho que se verifica no campo e que faz com que o produto chegue à mesa dos consumidores finais é árduo, envolvendo diversos obstáculos em toda a cadeia da suinocultura.

Não restam dúvidas da relevância que o comércio internacional tem para a suinocultura catarinense. Boa parte das exportações de carne suína de Santa Catarina tem como destino principais Rússia e Hong Kong, fazendo com que a dependência, principalmente do primeiro pode gerar perdas, caso seja feito embargo à carne suína.

Essa dependência das exportações para o mercado russo faz com que uma das metas das empresas exportadoras seja diversificar seus mercados. Um dos mercados que a indústria busca é o da União Européia, pelo fato de serem consumidores com alto poder aquisitivo.

Toma-se como uma das dificuldades encontradas pela suinocultura, não apenas catarinense, mas em todo o país, o baixo consumo *per capita* no Brasil. O brasileiro consome em média 13 kg por ano (ACCS, 2009), ficando bem abaixo de níveis como os de China, Hong Kong, Dinamarca, que estão com consumo em mais de 50kg *per capita* (ACCS, 2009). Este baixo consumo interno faz com que os mercados externos sejam opção para o setor, e os principais alvos para a exportação de carne suína são mercados como União Européia, Estados Unidos, e países na Ásia, tais como Coréia do Sul, Japão e China.

Países como Japão e Coréia do Sul não aceitam o conceito de regionalização/zonamento⁵ ou mesmo o conceito de compartimentalização que a cadeia da suinocultura vem colocando em prática. Esta medida dos países asiáticos torna o comércio ainda mais dificultoso, haja vista que o Brasil possui características continentais e faz fronteira com várias nações.

Em outro ponto, cada vez ganha mais espaço a discussão sobre o “poder dos consumidores”. De fato, cada vez mais os clientes têm determinado quais produtos desejam comprar. Nesse item o mercado europeu é citado como o mais exigente. Estes debates estão não apenas no dia-a-dia das empresas, mas também no espaço ocupado pelos próprios clientes das organizações, e, por conseguinte, sendo discutidos na literatura em diferentes áreas.

Para dar ênfase às diferenças de consumo de acordo com a região temos aspectos ligados a assuntos religiosos, podendo ser considerado mais um “obstáculo”.

As religiões exercem forte influência em nossa vida em todos os sentidos, quer no campo espiritual ou material. Nossos hábitos e costumes, em grande parte, são norteados pelas religiões. Algumas religiões monoteístas, lideradas pelo judaísmo, proíbem o consumo de carne de porco. O cristianismo que é inspirado no judaísmo rompeu essa proibição e liberou o seu consumo. Maomé, ao elaborar o Alcorão, além da influência divina, teve contato com escritos sagrados judaicos e condenou o consumo da carne de porco. Por isso, os muçulmanos não a consomem. (OLIVO, 2006).

No que tange aos obstáculos para exportação, o avanço do protecionismo e das restrições à importação de bens ganham cada vez mais importância nas negociações internacionais. O assunto é

⁵ O código sanitário de 2008 indique que “zonamento” e regionalização tem o mesmo significado.. Dada a dificuldade de se estabelecer e manter a condição livre de uma dada doença para um país inteiro, especialmente para doenças cuja entrada é de difícil controle através de medidas de fronteiras nacionais, é benéfico que o país membro estabeleça e mantenha subpopulações de condições de saúde diferentes dentro do seu território (Código Sanitário de Animais Terrestres, 2008). Gentilmente cedido por Flávio Veloso, na CIDASC em entrevista realizada com o mesmo.

intensamente debatido e resultou em estudos de diferentes autores como o avanço do protecionismo contra o livre comércio (BAGHWATI, 1988); do mesmo modo é a pergunta colocada no trabalho de Hollanda (1998); sobre a importância do protecionismo para as empresas nacionais (LIST, 1983), sobre as medidas sanitárias e fitossanitárias na OMC e o protecionismo e a defesa dos objetivos legítimos (LIMA, 2004), entre diversos outros.

Diante da apresentação do exposto tem-se o seguinte problema de pesquisa: *quais os desafios que a suinocultura catarinense enfrenta com as novas medidas protecionistas e restrições impostas pela União Européia e quais as medidas tomadas por parte das empresas, associações e setor público para enfrentar tais desafios?*

Para tanto, a pesquisa tem como espaço de tempo a última década como base, compreendendo o que se refere ao ano 2000 até o ano 2010, para que se constatem na pesquisa os dados mais atualizados. Entretanto, durante o presente trabalho, são citados exemplos de políticas públicas na agricultura de períodos anteriores.

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Objetivo Geral da Pesquisa

Analisar as condições da cadeia produtiva da suinocultura catarinense visando as exportações para a União Européia.

1.1.3 Objetivos Específicos

- a) Identificar e avaliar qual a importância que a suinocultura possui para a economia de Santa Catarina;
- b) Investigar quais fatores determinantes estão envolvidos na produção de suínos na Microrregião de Concórdia;
- c) Avaliar as ações tomadas na área de pesquisa agropecuária no que tange a ciência e tecnologia nas empresas Embrapa, Epagri e Cidasc, e como as mesmas auxiliam no processo produtivo da cadeia suinícola;
- d) Analisar quais as barreiras tarifárias e não-tarifárias que a suinocultura catarinense enfrenta e o papel da OMC;

- e) Identificar e analisar se o mercado da União Européia está influenciando no processo de produção da suinocultura catarinense;

1.2 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos elementos teóricos mais importantes na geografia é o conceito do espaço e como as relações sociais e econômicas são exercidas dentro do mesmo. A partir da ocupação e utilização deste espaço tem-se as relações delineadoras da sociedade e o meio em que esta vive.

A formação do espaço, suas dinâmicas, as empresas públicas e privadas que ali estão citadas são elementos fundantes para a constituição da comunidade, tendo em vista que existe cada vez mais a interdependência dos setores, na suinocultura catarinense, por exemplo, o papel crucial das empresas geradoras de tecnologia são de fato, vitais para a continuidade e melhoria do setor.

Para Cruz, (2003, p. 52):

O conceito de formação do espacial nasce como resultado da tentativa de superar a influência de um sistema filosófico idealista sobre a Geografia. Considerada uma adaptação da categoria de formação econômica e social, a concepção de formação espacial passa a ser um dos instrumentos de análise do espaço sob a ótica da dialética marxista e do materialismo histórico....desenvolvido a partir da década de 1970, o conceito de formação do espacial atribui ao espaço um status de condição básica para a viabilização da produção. As diferenciações entre os lugares tornam-se expressão de diferentes formações econômicas sociais representativas de modos de produção específicos.

Ainda sobre o conceito de formação espacial, tem-se a definição estruturalista que é relacionada pela “formação econômica e social e com conceito de formação espacial. O sistema de relações econômicas (infra-estrutura) determina as condições da superestrutura (o sistema político e ideológico)” (CRUZ, 2003, p. 55).

Com grandes estudos sobre a Formação do Espaço, Milton Santos cita a “interdependência e a inseparabilidade entre modo de produção, formação social e espaço” (SANTOS, *apud* ROCHA, 2002, p. 23).

A presente dissertação, além de tratar o protecionismo europeu sobre a carne suína catarinense também apresenta as questões relativas aos fatores locacionais para a implementação de uma indústria/empresa em determinada posição geográfica. É fundamental a compreensão também para que se busquem números concretos de propriedades localizadas na Microrregião de Concórdia, as empresas privadas que ali estão localizadas, além de fundamentar o entendimento das funções que as empresas públicas desempenham no conjunto da suinocultura local.

O debate sobre protecionismo abarca o dilema entre o livre comércio x protecionismo, que alteram o curso das negociações internacionais. Tem-se o exemplo das Rodadas de Negociação da OMC, como a Rodada do Uruguai e a Rodada de Doha, com início em 2001 e ainda sem conclusão, principalmente pelo fato dos embates com foco na agricultura (MARTHINS, et al., 2010).

Outro fator apresentado na dissertação é o papel tecnológico adotado pelas empresas, como a adoção de sistema de rastreabilidade e melhorias na genética na carne suína. Isto posto, empresas como no Sistema S, são importantes para as indústrias de Santa Catarina.

Conforme Armen (1999, p. 161) sobre a tecnologia no Brasil, o autor faz a seguinte citação:

A incorporação de tecnologia por parte da indústria brasileira se fez inicialmente pela importação do uso de máquinas (tecnologia em estado bruto), mas o próprio estrangulamento cambial exigia a existência e funcionamento no interior das fábricas de oficinas mecânicas de conserto, sem as quais a industrialização brasileira teria sido bloqueada. Mesmo tendo significado um certo congelamento de tecnologia anterior, estas oficinas foram escolas de assimilação de avanços tecnológicos ocorridos no centro do sistema e foram os embriões da segunda etapa de produção tecnológica no Brasil: a implantação anexa as fábricas ou a externa a elas (SENAI, Universidades ou centros de pesquisa específicas) de laboratórios dotados de equipamentos de pesquisa, pessoal treinado, bibliotecas especializadas, participação em congressos

científicos nacionais e internacionais, visitas-espionagens aos concorrentes estrangeiros, etc.

Ainda sobre tecnologia, Espíndola (1999, p. 129) cita que:

Através da estrutura hierárquica vertical das empresas agroindustriais do oeste catarinense possibilita e cria as oportunidades para o processo de inovação tecnológica, através de seus departamentos de P&D⁶, bem como da possibilidade de cooperação no processo de aprendizado via transferência tecnológica, *joint ventures*, etc.

A tecnologia ainda possui papel preponderante no que tange a Divisão Internacional do Trabalho, cada vez mais acirrada pela capacidade de empresas de diversas nacionalidades possuírem unidades sejam elas produtivas ou comerciais em outras nações. Essa tecnologia é fator importante para as exportações de carne suína, por exemplo.

Sobre comércio exterior, Rangel (2005, p. 235) cita que esta é “os movimentos de comércio exterior sempre foram a variável estratégica da nossa economia”. Segundo o mesmo autor:

Em virtude do comércio exterior, nasceram as primeira unidades que, logo, por um desdobramento interno, criaram o que apelidamos de setor de economia natural e, depois articulando-se entre si e desdobrando-se externamente noutras unidades especializadas, fizeram surgir o setor da economia do mercado nacional.

Para tentar responder ao problema desta pesquisa e atingir os objetivos propostos, foram utilizados diferentes autores. Assim, no que tange ao comércio internacional e protecionismo foram tratadas as questões da indústria infante, fruto do trabalho de List, discutidas em sua obra intitulada Sistema Nacional de Economia Política. Segundo List (1983):

⁶ Pesquisa e Desenvolvimento.

A inconstância da demanda externa constitui, sob todos os aspectos, o fator mais pernicioso de todos, se em decorrência de guerras, fracasso de safras, diminuição de importações de outros países, ou devido a qualquer outra circunstância ou ocorrência.

De fato, esta inconstância é encontrada na esfera da demanda por determinados produtos em nível mundial, como no setor de carnes, principalmente por medidas sanitárias ou por redução de cotas de importação.

Ainda no que se refere ao protecionismo x liberalismo, Smith (1983) trata do tema na esfera do excedente de produção:

Quando a quantidade supera a demanda é impossível impedir sua exportação e seria igualmente igual impedir sua exportação, se o fornecimento fosse inferior a demanda efetiva. O principal benefício do comércio exterior é a exportação de produtos excedentes que não têm demanda.

Todavia, este excedente será exportado não apenas se a demanda interna for pequena, mas também por diversas outras situações, tais como incentivos para exportação, subsídios, preços pagos internacionalmente etc.

Outro aporte teórico é dirigido para questões voltadas para a tecnologia, tendo em vista que cada vez mais os processos, desde a criação dos animais através do melhoramento genético, elaboração e utilização de novas tecnologias, tais como rastreabilidade (não apenas dos animais, mas também dos insumos por eles consumidos) são adotadas e geram custos ao longo da produção, não apenas para as empresas, mas também para os produtores locais.

Diante destes determinantes tecnológicos utilizou-se o trabalho de Ignácio Rangel, para uma melhor análise. No caso da suinocultura é necessário saber por quais motivos essas tecnologias são adotadas e seus efeitos sobre a indústria e os produtores catarinenses.

A natureza coloca ao dispor da sociedade humana materiais de toda sorte, para alguns dos quais a ciência e a técnica já descobriram empregos úteis, ao passo que, para outros, não se conhecem aplicações úteis, ou se conhecem aplicações menos nobres. É precisamente a descoberta de utilidade, ou de utilidade mais nobre para os materiais que a natureza nos oferece que nos torna mais ricos (RANGEL, 1982).

Também sobre tecnologia, Rattner esboça sobre os efeitos da mesma na formação de novos produtos. “A inovação tecnológica, tornando economicamente viável um novo produto ou um novo processo, constitui o elemento básico da dinâmica da acumulação do capital nos sistemas de mercado competitivo” (RATTNER, 1980).

Sabe-se que a economia é movida pelo consumo de bens, e que os mesmos são destinados para certo nicho, certo mercado consumidor destes bens. Para isso, o poder de compra “está nas mãos dos consumidores”, que através de suas necessidades, sejam elas necessárias ou supérfluas são atendidas pela oferta de um mix de produtos.

A análise foi fundamentada com o conjunto de informações levantadas por dados primários e secundários, estatísticas, entrevistas realizadas com as empresas, associações e produtores, com base teórica para fundamentar as respostas levantadas.

1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e bibliográfica. Também se realizaram-se diversas entrevistas em conjunto com levantamento de dados primários e secundários que foram as maiores fontes de pesquisa deste trabalho. Foram aplicadas diferentes formas de questionários⁷ focados em cada tipo de entrevista, seja para empresas, produtores, associações ou profissionais que atuam na área. O objetivo das entrevistas de campo foi dar maior suporte para a pesquisa, tendo em vista que foram entrevistadas pessoas ligadas a diferentes setores da suinocultura (empresas privadas, públicas, associações e produtores).

⁷ Os questionários aplicados serão expostos no apêndice da dissertação.

Os mapas foram feitos pelo Laboratório de Geoprocessamento da UDESC, sendo cada um com suas particularidades e fontes (país, estado de Santa Catarina, etc), visando facilitar a localização geográfica.

As entrevistas foram realizadas por e-mail e/ou por visita de campo. Os questionários enviados por e-mail foram estruturados com perguntas abertas e fechadas, e para as entrevistas em campo foram semi-estruturados. Foram entrevistadas, via e-mail, empresas exportadoras do estado de Santa Catarina visando saber quais os valores do total das exportações no faturamento, qual a participação das exportações de carne suína (ou produtos derivados/embutidos) no faturamento da empresa. Visando o conhecimento de quanto tempo a empresa atua no mercado internacional, também foi elaborada pergunta aberta.

Sobre o mercado internacional, as empresas responderam sobre quais os principais destinos de exportação da carne suína, além de indicar quais os mercados a empresa pretende atingir. Diante disso, as empresas indicaram quais os principais obstáculos para a exportação de carne suína e também buscou-se saber a intenção de saber quais negociações comerciais incrementariam mais valor comercial para a empresa, essa divisão será feita através de diferentes regiões do mundo⁸.

Por fim, foram realizadas perguntas que objetivaram saber qual a relação entre empresas/integrados e quais as maiores dificuldades encontradas na adaptação de novas tecnologias. Também foram entrevistados produtores locais da Microrregião de Concórdia, no intuito de conhecer as dificuldades enfrentadas pelos mesmos no contexto atual relativo às novas demandas.

Outra fonte de pesquisa foram os dados secundários extraídos Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína - ABIPECS, que auxiliaram na elaboração de tabelas de exportação entre o Brasil e diferentes países estudados. Isto posto, os dados do número de propriedades e de número de suínos em cada Microrregião de Santa Catarina foram levantados através da CIDASC.

No que tange as questões de barreiras tarifárias, foram pesquisados quais países utilizam as barreiras protecionistas através de taxas ou cotas de importação, e seus respectivos números.

Também importante fonte de informação foram as entrevistas feitas com profissionais de empresas públicas como a Cidasc, a fim de

⁸ Regiões: América do Norte, América do Sul, América Central, União Européia, África, Ásia, Oriente Médio e Oceania.

saber quais as maiores demandas que as missões internacionais possuem sobre a carne suína. Foram realizadas entrevistas com Ex-Secretários da Agricultura de Santa Catarina e a Associação Catarinense dos Criadores de Suínos – ACCS.

A estruturação do trabalho buscou o entendimento de toda a dinâmica que a suinocultura catarinense, sendo o presente capítulo direcionado para a introdução ao tema, os objetivos, (geral e específico) e a metodologia do trabalho.

No segundo capítulo é apresentado o conceito de protecionismo e restrições ao comércio e a importância da OMC no contexto da economia internacional e a evolução das Rodadas de Negociação, tais como Uruguai e a incompleta, mas importante, Rodada de Doha (2002). São apresentadas, ainda neste capítulo, as barreiras protecionistas que os mercados impõem à carne suína e suas respectivas taxas ou cotas de importação. Também são apresentados os mercados potenciais, excluindo a União Européia que será tema em capítulo posterior.

No terceiro capítulo é apresentado o panorama da suinocultura brasileira e mundial, com os números de exportação, importação, maiores consumidores e os custos de produção em países selecionados.

No quarto capítulo será dado panorama geral da suinocultura catarinense, tendo breve histórico da suinocultura nas regiões estudadas. Os números das propriedades e dos números respectivos de suínos também foram apresentados. A presença das instituições locais de apoio na cadeia produtiva⁹ suína, tais como Cidasc, Epagri, e Embrapa salientando a importância de tais órgãos públicos também foi foco do capítulo, tendo em vista a importância das mesmas. Como aporte teórico principal foi apresentado os conceitos de microlocalização e macrolocalização por Kon sobre a Indústria (1994).

Já no quinto capítulo apresentar-se-á o mercado da União Européia e os seus desafios, tais como bem-estar animal, a Política Agrícola Comum – PAC. Por fim, serão apresentadas as conclusões do trabalho verificando se a pergunta de pesquisa e se os objetivos foram devidamente alcançados ao longo do trabalho apresentado.

⁹ Segundo Dantas et al (2002, p.37) “cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos”.

2 PROTECIONISMO, RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC

O tema protecionismo não é novidade quando trata-se de comércio internacional de mercadorias. A proteção da economia local, principalmente no que se refere aos empregos é um dos pontos de constante discussão entre as teóricas que abarcam o tema de livre comércio x protecionismo. Seja pelo viés liberal ou pelo protecionista, as empresas encontram no comércio internacional cada vez mais barreiras, tendo em vista que não apenas são utilizadas barreiras tarifárias, mas também as barreiras técnicas, e as barreiras não-tarifárias.

Durante o período do mercantilismo já eram notados os primeiros sinais de artifícios protecionistas. Por exemplo, Jean Baptist Colbert administrados de negócios no reinado de Luis XIV, que submeteu toda a economia francesa ao controle estatal. Em 1665, tendo como foco o regulamento aduaneiro protecionista, que segundo Campos, fora o “primeiro grande passo em direção ao protecionismo industrial planejado” (CAMPOS, 1990, p. 200).

Alguns autores, como Coutinho (2001, p. 31) citam o protecionismo como a “força do mal”, com certo tom de exagero. Por trás do sistema de proteção, principalmente pelas barreiras técnicas (não-tarifárias), existe o quesito de segurança alimentar que busca proteger os consumidores locais de produtos cuja procedência e nível de qualidade devem satisfazer as demandas de proteção de cada país. Como foram citados nos capítulos anteriores, itens como resíduos na carne são extremamente importantes para que a qualidade seja certificada. No caso de Santa Catarina, tal item é controlado de perto pelas empresas públicas e privadas, entretanto, a utilização de ractopamina serve como fator de não-exportação para o mercado europeu, por exemplo, muito embora as empresas estão modificando o sistema para não utilizar tal produto de melhoria das carcaças.

Ora, a competição aliada à proteção de empresas e empregos locais faz com que cada país adote barreiras técnicas, mesmo que em dada região do globo os produtos possuam qualidade para a venda.

Em 1662, a aplicação de taxas já era tema de discussão, segundo a obra de William Petty, com o título *Treatise on Taxes and Contributions*. No capítulo XV, *Of Customs and Free Ports*, Petty faz a seguinte passagem sobre as taxas e as benesses geradas por elas para os príncipes da época.

O direito alfandegário é uma contribuição de *excisum* retirado dos bens para fora dos domínios do príncipe ou importador para seu interior. Nestas terras (Reino Unido) é de 1/20, não de acordo com os preços correntes entre os negociantes de cada artigo, mas de acordo com outros valores fixos e estabelecidos pelo Estado, embora aconselhado, na maioria dos casos, por pessoas interessadas. Não posso conceber muito bem quais as razões naturais por que se deve pagar a um príncipe esse direito, na importação e na exportação, parece haver, com efeito, alguma razão para que a ele se pague por condescender com a exportação de coisas que outros países efetivamente careçam. (PETTY, 1983, p. 41).

Note que os argumentos datados ainda do século XVII tratam apenas das taxas cobradas nas aduanas, não tratando de outras formas de barreiras, tanto vistas na atualidade. De forma evidente, as taxas cobradas pelos governos sempre buscaram os aumentos de receitas, seja para as benesses dos reinados ou para a prática de políticas públicas que deveriam em princípio, terem retorno positivo para a sociedade.

O conceito de protecionismo é denominado de diversas formas, seja na tributação de taxas ou na aplicação de barreiras técnicas. São variados, porém, de forma geral buscam explicitar como são realizadas as formas para um produto ter dificuldade de entrar em determinados mercados.

Para Coutinho (2003, p. 31) o protecionismo é o principal elemento de guerra comercial entre países, sejam ricos ou em desenvolvimento, ou como o autor prefere citar, globalizados ou globalizantes. Ainda, segundo o autor, o protecionismo é uma espécie de “pedágio usado para dificultar a competição comercial estrangeira”.

Já para Barral (2001, p. 14) protecionismo pode ser definido como “utilização de medidas visando a modificação de um fluxo comercial, geralmente buscando favorecer produtores nacionais”.

Para os cepalinos, em especial para Prebisch, o protecionismo seria necessário pelo fator salarial dos trabalhadores, haja vista que os recursos muitas vezes são alocados para o setor exportador (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 26).

Além de fatores empregatícios e de salário, outros elementos fazem parte da teoria que abarca o protecionismo. List, por exemplo, ressalta a questão do nacionalismo. Segundo o autor, que em grande

parte das vezes teve posição contrária a teoria smithiana, cita no capítulo XV denominado “a nacionalidade e a economia da nação” de sua obra Sistema de Economia Política, que a nação é elemento crucial, cada qual com suas diferenças históricas e culturais. Para List “a nação deve proteger sua independência e seu comércio exterior” (LIST, 1983, p.124).

Em outro ponto, ainda o mesmo autor, trabalha com a tese da indústria infante¹⁰, tendo como base a formatação da economia local, sendo assim, tendo ganhos de competitividade com os concorrentes.

As medidas protecionistas só se justificam com o intuito de fomentar e proteger a força manufatureira interna, e somente no caso de nações que, por possuírem território extenso e uniforme, população numerosa, recursos naturais abundantes, agricultura em estágio avançado e elevado grau de civilização e de desenvolvimento político, tiverem capacidade de competir com as grandes nações agrícolas, manufatureiras e comerciais, e com as maiores potências navais e comerciais. (LIST, 1983).

A teoria de List defendia a indústria infante, além dos aspectos ligados ao nacionalismo e a importância da diferença entre as nações. Citando a teoria da indústria infante, Roll (*apud* Vieira 2004, p. 115) estabelece que List “considerava a proteção como uma política transitória, que colocaria todos os países que possuísem os recursos materiais e humanos necessários no mesmo nível que os mais avançados”.

Todavia, o que se encontra nos mais diversos mercados, e nos mais diferentes ramos da economia internacional é que as ferramentas de proteção estão cada vez mais atuais, mesmo em economias ditas como desenvolvidas. Pode-se citar o caso de países europeus e os Estados Unidos, com ampla capacidade produtiva nos mais diferentes gêneros econômicos, entretanto, com as mais variadas práticas protecionistas, mesmo tendo o setor como List considera “desenvolvido”.

¹⁰ Indústria infante é conceito utilizado constantemente quando o assunto se trata de proteção de mercado doméstico. É a indústria que está em sua fase de nascimento, ainda não totalmente solidificada, portanto, necessita de proteção interna para que se desenvolva.

A medida protecionista tem o intuito de proteger seus produtores locais, bem como pode ser utilizada como estratégia para barganhar a compra ou venda de outros produtos. As estratégias de negociação variam de produto para produto, de país para país, e mais constantemente de acordos bilaterais ou multilaterais que os países vêm adotando como forma de se fortalecer internacionalmente.

No embate entre os teóricos clássicos, Adam Smith posiciona-se entre o lado mais liberal no comércio. Para Smith, o individualismo poderia levar a sociedade para o avanço. Ainda segundo Smith, o principal benefício do comércio exterior é a exportação de produtos excedentes que não têm demanda” (SMITH, 1983).

Para autores como Cervo (2009, p. 6) o liberalismo é pregado por nações que estão em nível melhor em termos econômicos, mas não deixam de usar instrumentos protecionistas, a exemplo dos Estados Unidos e da União Européia no que tange à proteção aplicada nos ramos da agricultura e da tecnologia.

Como já citado, as práticas mais comuns nos séculos anteriores para proteger a economia era a utilização de taxas ou tarifas. Com o passar dos anos as práticas de proteção ganharam o conceito de neoprotecionismo, amplamente estudado por Prazeres (2002, p. 93), que assim define o termo:

O neoprotecionismo difere-se do protecionismo pelos mecanismos novos de que se utiliza e pela importância que tais instrumentos passaram a adquirir na busca dos mesmos objetivos de proteção. Enquanto os instrumentos clássicos de proteção consistiam em tarifas, cotas e subsídios, o neoprotecionismo caracteriza-se pela utilização de formas mais sofisticadas de proteção não - tarifária, ainda que sejam empregadas com o mesmo fim das medidas protecionistas tradicionais.

Esta nova forma de proteção pode ser explicada pelo fato da segurança alimentar, da não entrada de produtos com níveis duvidosos de qualidade ou garantias para o bem-estar da população, além de outros itens, que no ramo da agricultura, pode ser apresentados de diferentes formas, além da segurança ou dos m de bem-estar animal, por exemplo. Há ainda o questionamento de empresas, associações e produtores de que realmente as ações adotadas pelos países nestes itens são necessárias, seja pelo fator saúde, ou pela aplicação de normas de bem-

estar animal. O fato é que protecionismo ou neoprotecionismo, os desafios estão cada vez mais evidentes, principalmente na suinocultura, como será apresentado ao longo do capítulo.

Diferentes nações possuem em seu histórico medidas de proteção. Países como Alemanha e Estados Unidos já impuseram tarifas protecionistas a produtos ingleses (SINGER, 1983) com o objetivo de não apenas proteger, mas também com intuito de melhorar a manufatura em ambos os países. No caso brasileiro, adotou-se a Política de Substituição das Importações – PSI, durante o período que praticamente pode-se delimitar entre as décadas de 1950 e meados de 1990.

Sobre os casos de livre comércio bem-sucedidos, Marc Sidwell (2009, p.20) cita que a abertura econômica de Hong Kong beneficiou esta região, tendo em vista que Hong Kong deixou de utilizar tarifas, ultrapassando economias como a do Reino Unido e economias mais fechadas como as africanas, situando que Hong Kong, no final de Segunda Guerra Mundial, era mais pobre que muitos países do continente africano.

Para Hollanda Filho (1998), existem casos de sucesso nos dois pontos, seja pelo livre comércio ou no protecionismo. No caso de sucesso do livre comércio, o autor cita que a Holanda, no século XVII, fora beneficiada pelo livre-comércio pelo fato de que este país dominava o comércio mundial no período. Por outro lado, o autor cita que diferentes países no continente europeu, a exemplo da França adotaram políticas protecionistas durante o período que engloba a década de 1880, além da Alemanha ter implantado medidas de proteção no ramo agrícola. Em contraposição, segundo Hollanda, países como a Dinamarca, Bélgica e Holanda, fizeram uso do livre-comércio pelo fato de serem nações com maior nível de comércio do que industrial, além de possuírem pequeno mercado interno (HOLLANDA, 1998, p. 13).

Para a aplicação de instrumentos de proteção da economia não são necessários apenas a imposição de tarifas ou adoção de barreiras técnicas. A utilização de subsídios estão presentes, principalmente na agricultura. Estados Unidos e Europa são exemplos da prática de utilização desta forma de ajuda aos produtores locais. Com o *Agricultural Adjustment Act* de 1933, por exemplo, os Estados Unidos, através do que se chamou de *Declaration of Emergency*, foram executadas ajudas para os produtores, tendo em vista a melhoria dos estoques e dos preços agrícolas naquele país.

No *Agricultural Adjustment Act* de 1949, também foram citados os ajustes dos preços das commodities. Cabe salientar que o que era chamado de *basic commodities* (principais produtos com subsídios)

eram compostas por: milho, algodão, amendoim, arroz, tabaco e trigo. Em nenhum dos dois casos, tanto em 1933 quanto em 1949, foram citados produtos cárneos, tais como carne suína, bovina etc.

Os produtos com proteína animal entram no *Agricultural Adjustment Act* de 2002, tendo em vista a assistência para produtores locais no controle de estoques. No mesmo artigo relacionado a essas assistências (sec 101004, assim denominado), também são expostas ajudas para produtores que tenham perdas com a mortalidade dos animais em suas localidades.

No Brasil, casos de protecionismo são encontrados nos mais diversos setores, como serão verificados ao longo deste capítulo. Para tentar encontrar soluções no comércio internacional, a criação da OMC foi fundamental, como pode ser verificado no próximo tópico.

2.1 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC E AS RODADAS DE NEGOCIAÇÃO

Diante das intensas trocas internacionais surgiu também a necessidade da regulação. com o intuito de maior liberalização do comércio, que por sua vez, fez com que organismos multilaterais fossem criados. A Organização Mundial do Comércio – OMC surge com o propósito de que o mercado internacional buscasse o livre-comércio, seja com a queda das tarifas internacionais entre os países ou na resolução de questões técnicas, tais como as barreiras sanitárias, entre outros.

Os diferentes instrumentos de política comercial podem ser respaldados pelos organismos multilaterais, que além da OMC conta com a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, nas questões que levam em conta os procedimentos que levam em questão os problemas sanitários de cara região, de bem-estar animal e de segurança alimentar como um todo.

Antes, porém, houve outras tentativas de maior equilíbrio no comércio mundial com a criação da Organização Internacional do Comércio – OIC, através da Carta de Havana, nos anos 1950, todavia a suposta criação de tal organismo multilateral não foi empreendida pelo fato dos Estados Unidos, principal potência na época, serem contrários com a formatação do organismo.

A OMC fora antecedida pelo *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT, fundado em 1947. Os objetivos do GATT, segundo CAMPOS (1990, p.74) eram os seguintes:

- a) não discriminação de tratamento entre os países membros, quer sejam grandes potências econômicas, nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas;
- b) gradual redução de barreiras tarifárias aduaneiras e não-aduaneiras;
- c) estudo e fixação de normas de intercâmbio que garantam o livre fluxo das mercadorias no comércio internacional ;
- d) vigilância recíproca contra a adoção de quaisquer medidas discriminatórias capazes de anular as concessões acordadas; e
- e) contribuição das partes integrantes para a permanente elevação do padrão de vida dos povos.

Nota-se que já em 1947, o GATT possuía a preocupação de reduzir os mecanismos de defesa dos países nas questões tarifárias. No caso das tarifas, houve evolução no que tange a redução das mesmas em âmbito mundial, mostrando resultados positivos. Por consequência, a ocorrência de barreiras não-tarifárias cresceu, como veremos ao longo do capítulo.

Assim como na OMC, o GATT também procurou, através das Rodadas de Negociação, melhorar o fluxo de comércio, principalmente em questões voltadas para redução tarifária. Essas rodadas de negociação possuem datas de início, mas o final das execuções das mesmas, como passar do tempo, tem sido cada vez mais longos, o exemplo mais claro do tempo indeterminado é a inconclusa Rodada de Doha, iniciada no ano de 2002, no Catar.

No ano de 1947, mesmo ano da fundação do GATT, houve a Rodada de Genebra, com temas voltados para a redução tarifária, bem como a rodada ocorrida na cidade de Annecy (1950) e em Torquay (1951). Isto posto, a segunda Rodada ocorrida em Genebra, no ano de 1956, foi a primeira a incluir embates nas questões não-tarifárias¹¹ (GRIECO, 2001 p. 100).

Entretanto, ficam evidentes que as tarifas eram as grandes questões levantadas nas primeiras rodadas durante o GATT, com

¹¹ Os temas levantados na Rodada de Genebra em 1956 que incluíam as barreiras não-tarifárias foram voltados para os elementos fitossanitários, cotas e contingentes tarifários (GRIECO, 2001, p.100).

pequena evolução na Rodada de Genebra de 1956. Nota-se que os temas voltados para a sanidade animal não fora elemento de dedicação pelos negociadores.

Apenas na Rodada Dillon (1960-1962) houve a posição dos Estados Unidos questionando o protecionismo agrícola da Europa, na Rodada Kennedy (1964-1967) ocorreram resoluções no campo industrial (GRIECO, 2001, p. 101)

Verifica-se que na Rodada de Tóquio (1973-1979), já ocorre longa duração nas negociações. A Rodada deu ênfase para acordos que incluíam os chamados PED's (países em desenvolvimento) e "maior liberalização para produtos tropicais", tais como café, chá e cacau (GRIECO, 2001, p.102)

A última Rodada de Negociações do período do GATT deu-se no Uruguai, entre os anos de 1986-1994, quando em Marrakesh, no Marrocos, seriam dados os passos para a formatação da então Organização Mundial do Comércio. É nesta Rodada que a questão agrícola entra em discussão de maneira mais efetiva, principalmente no que tange os subsídios. Entre outros pontos conquistados na Rodada, estão as reduções de tarifas em 37%, a criação do Acordo de Salvaguardas, além do Código relacionado aos subsídios (LIMA, 2004, p. 81). Também foram discutidos meios para redução tarifária, além de propriedade intelectual (GRIECO, 2001, p. 104).

Quanto a participação do Brasil nas Rodadas de Negociação, sempre foi intensa, desde a fundação do GATT até a criação da OMC. Porém, foi nas últimas décadas que o Brasil se fez mais presente, principalmente no que se refere a questões de subsídios agrícolas como o algodão nos Estados Unidos, obtendo vitória nesta ocasião.

Com a formatação da OMC, em 1994, esta surge com a filosofia de que os membros teriam mais participação nas decisões. Segundo "Prazeres (2002, p. 28) as decisões são tomadas por consenso, salvo disposição expressa em sentido contrário". Para Lafer, (*apud* PRAZERES, 2002, p. 28) "a função do consenso é de reduzir o medo de se vincular por uma decisão não desejada, contribuindo desta forma para a segurança jurídica de todos os membros da OMC".

Entre os objetivos da OMC segundo Prazeres (2002, p. 31) estão:

A obtenção, na base da reciprocidade e de vantagens mútuas, de redução substancial de tarifas e de demais obstáculos ao comércio, bem como a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais internacionais. Neste

mesmo sentido, os membros reafirmam seu propósito de preservar os princípios fundamentais e de favorecer a consecução dos fins que sustentam o sistema multilateral de comércio, articulados agora pela OMC.

A OMC conta hoje com 153 países, entretanto, o que se vislumbra é que o papel da OMC no tempo hodierno não se faz presente de forma que a maior parte das nações esperam. Mesmo com a melhora na participação diplomática brasileira, acordos estão ainda indefinidos, principalmente na ramo da agricultura.

Basta a verificação dos grupos que compõem a OMC, tais como o Grupo de Cairns¹², o G20¹³, NAMA-11¹⁴, FAN-s¹⁵ e os W52 *sponsors*¹⁶.

A existência destes grupos evidencia que existem valores discrepantes no que concerne a importância de posição de cada país dentro da OMC, seja para defender a indústria local, seja para obter facilidades para se posicionar em diferentes mercados, ressaltando cada vez mais a importância da diplomacia brasileira.

Sob outro ponto de vista em relação às dificuldades das negociações na OMC, Brogini (2002, p. 140), ressalta que “os membros da OMC que entram em negociação, na verdade, estão levando consigo os interesses dos grupos poderosos em seus territórios”.

Todavia, deve-se ressaltar que os aspectos políticos são importantes tendo em vista o posicionamento diplomático, aqui já citado. Porém, quem deve tomar a iniciativa, tanto de proteger o mercado local quanto para abrir mercados é a indústria local, respaldada pelo serviço diplomático negociador do país, no caso brasileiro, pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM, e para abertura de mercados com o Itamaraty e seus serviços de política externa.

Diante disso, o país pode ser respondente ou reclamante dentro da OMC. Atualmente o Brasil possui ações como respondente e reclamante em diversos setores, como pode ser verificado no Mapa 1¹⁷. O Canadá,

¹² Grupo composto por 19 países que defendem a maior liberalização do comércio agrícola.

¹³ Grupo composto por países em desenvolvimento que buscam reformas também no setor agrícola, apesar do nome G-20 são 23 membros que o compõem.

¹⁴ NAMA significa non agricultural market access. Este grupo, do qual Brasil também faz parte estão inseridos países que buscam abrir mercados para produtos industriais.

¹⁵ São 15 países neste grupo, buscando melhores negociações nos acordos antidumping.

¹⁶ Por fim, este grupo engloba nada menos que 109 membros.

¹⁷ O Mapa 1 segue o mesmo formato que o do site oficial da OMC.

por exemplo, o Brasil é respondente no financiamento de aviões, e é reclamante no mesmo setor, sendo que o Canadá responde a medidas que afetam as exportações de aviões.

Os Estados Unidos, país no qual o Brasil possui maior número de ações como reclamante são as mais variadas, tais como: padrões de convenção em gasolina, compensação sobre taxas ao aço, patentes, medidas *antidumping* sobre taxas no metal, garantias de crédito e suporte que os agricultores dos Estados Unidos oferecem à exportação de produtos agrícolas além da medida antiga sobre *dumping*¹⁸ na laranja.

Na América do Sul pode-se citar que o Brasil é reclamante de medidas *antidumping* contra a carne de frango e dos salvaguardas sobre o algodão na Argentina. Por outro lado, a Argentina reclama do Brasil com medidas *antidumping* contra resinas.

Por fim, pode-se citar a União Européia, onde o Brasil é respondente em medidas que afetam a importação de pneus recauchutados, pagamentos de importação, s no setor automotivo. Já no que concerne a reclamação do Brasil contra a União Européia são as medidas que afetam a importação de frangos, de diferentes tratamentos relativos ao café, aos subsídios ao açúcar, entre outros.

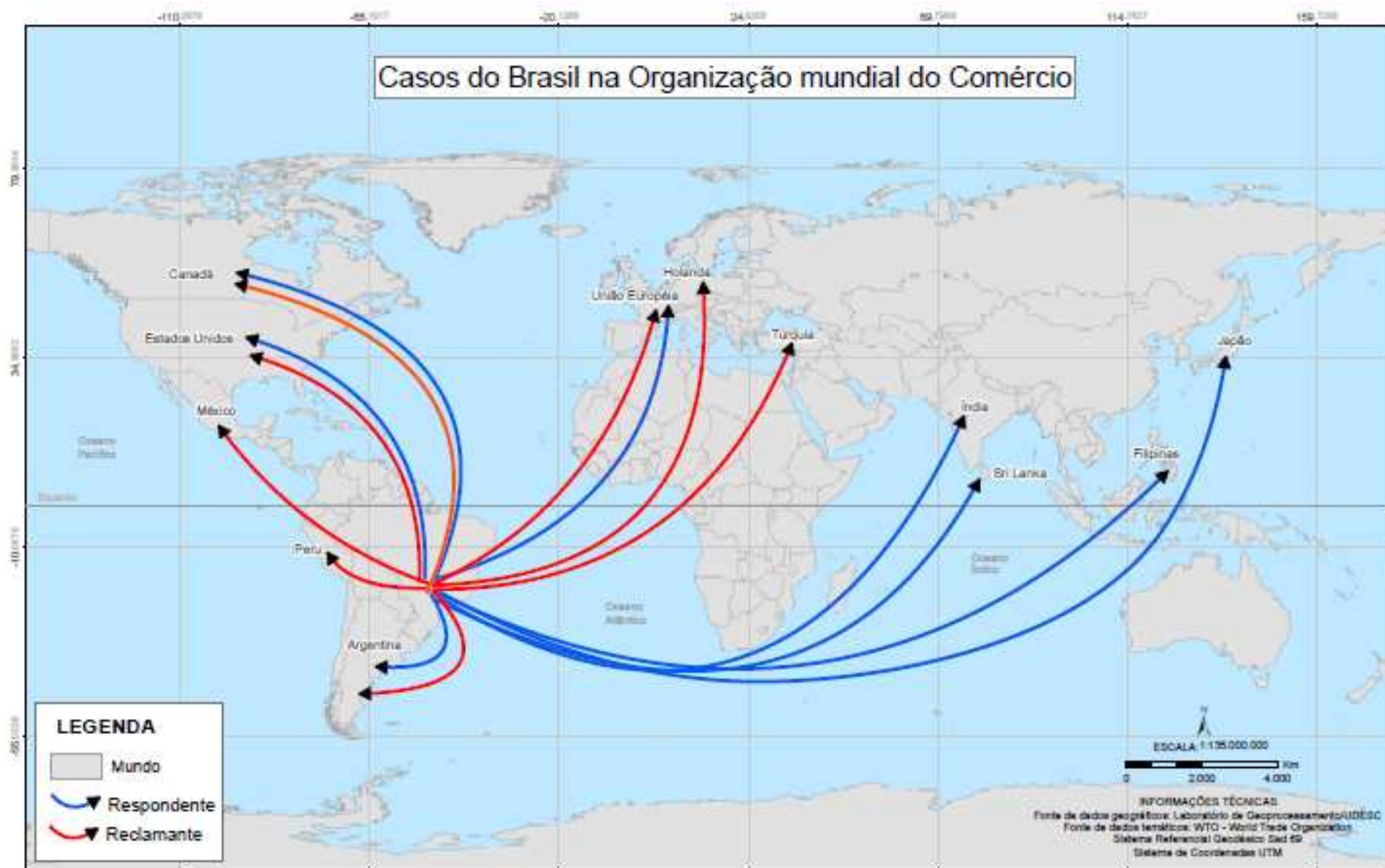
Para que essas negociações tenham maior agilidade, o desafio transpassa as fronteiras de Santa Catarina, como no caso das negociações sobre a suinocultura. A dependência de melhoria nas medidas que podem ser tomadas na Rodada de Doha possuem tempo indefinido, haja vista que seu início foi no ano 2002. Uma das medidas importantes são os acordos bilaterais ou acordos entre os blocos. Pode-se citar o Acordo Mercosul-União Européia, entretanto, o mesmo ainda não é utilizado em sua amplitude.

No ano de 1995, foi assinado o Acordo Quadro Inter Regional entre Mercosul e União Européia, em seu Artigo 5º denominado “Diálogo Econômico e Comercial”, é dada ênfase para a cooperação comercial, SEM EXCLUSÃO de qualquer setor. Ora, sabe-se que o setor agrícola é embate não apenas entre Brasil e União Européia, mas também em outros países.

Também pode ser verificado que o Brasil não possui nenhum caso seja como respondente ou reclamante no continente africano, ressaltando os laços criados recentemente entre o governo brasileiro e países como Angola e Moçambique.

¹⁸ Dumping é a prática de colocar preços mais baixos que os valores justos de mercado.

Mapa 1: Casos da OMC no Brasil.



Atualmente, a Rodada de Negociação vigente é a de Doha, ainda sem conclusão desde o ano de 2001. Os embates que se arrastam em tal rodada é pelo fato de que não se encontram soluções para o setor agrícola, tendo divergências principalmente pelos países com boa capacidade de competição, como o Brasil.

Segundo Baumann (2004, p. 153) alguns dos objetivos da Rodada de Doha estão localizados em negociações para abertura de mercados agrícolas, redução dos subsídios à exportação de produtos domésticos aos agricultores, redução de barreiras tarifárias e não - tarifárias para serviços e produtos ambientais, entre outros.

Em entrevista com o Ex-ministro da Agricultura do Brasil na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, Reinhold Stefanes¹⁹ teve-se o seguinte relato: “Doha se mostrou uma fórmula comercial inexecutável. É difícil imaginar que possam se resolver as questões de subsídios e de proteção do mercado europeu ou mesmo norte-americano por um acordo diplomático. Tanto que eu jamais acreditei em seu sucesso, tampouco compareci às reuniões. E, ao final, vimos que, de fato, minha tese se comprovou, pois não houve avanço. Deve-se considerar que cada país, por exemplo, a Índia, a China, a Argentina, tem peculiaridades e compatibilizar os interesses é extremamente complexo e difícil. Em síntese, as barreiras somente vão cair quando houver desequilíbrio entre produção e consumo. O que aparentemente está começando a acontecer”²⁰.

Com o relato acima, a tarefa que se faz útil ao Brasil, que por consequência ajudaria o setor agrícola de Santa Catarina, inclusive o setor de suínos são os acordos bilaterais citados no capítulo anterior, sem que se utilizem os meios necessários através da OMC.

Em entrevista com diplomatas de Zurique, o relato sobre Doha está balizado especialmente nos acordos sobre todos inclusive os bens não-agrícolas (NAMAS). As dificuldades encontradas são as contrapartidas que cada país deseja obter com importações ou exportações dependendo do país.

Segue o diplomata: “A maior dificuldade para a conclusão exitosa das negociações é a demanda (liderada pelos Estados Unidos e apoiada pelos Ped’S) de maiores concessões dos emergentes nas

¹⁹ O autor agradece a gentileza pelo Ex-Ministro ter respondido o questionário.

²⁰ Entrevista realizada em Março de 2011.

negociações em NAMA e Serviços, sem que haja disposição para concessões equivalentes em agricultura”.²¹

No campo empresarial, em entrevista na Aurora, o executivo da empresa citou que “o papel do governo é imprescindível em Doha”. Entretanto, o que se visualiza no âmbito internacional a intensa dificuldade das resoluções no campo agrícola. Por fim, mesmo com a Rodada sem estar completa, avanços foram realizados no ambiente internacional, desde o GATT de 1947 até a inconclusa Doha. Os maiores desafios, para a suinocultura (assim como todos os outros produtos de origem carne), estão nas barreiras não tarifárias.

2.2 BARREIRAS TARIFÁRIAS, COTAS E SUBSÍDIOS NA CARNE SUÍNA CATARINENSE

As barreiras impostas pelos mercados internacionais geram desafios para as empresas do setor público e privado, além da adequação destas e dos produtores. No que tange as barreiras tarifárias, estas são mais discutidas no âmbito político que empresarial, sendo negociadas através da OMC para a redução gradual das mesmas. Já nas barreiras não-tarifárias o esforço é maior e abrange toda a cadeia, desde a diplomacia do país aos produtores locais.

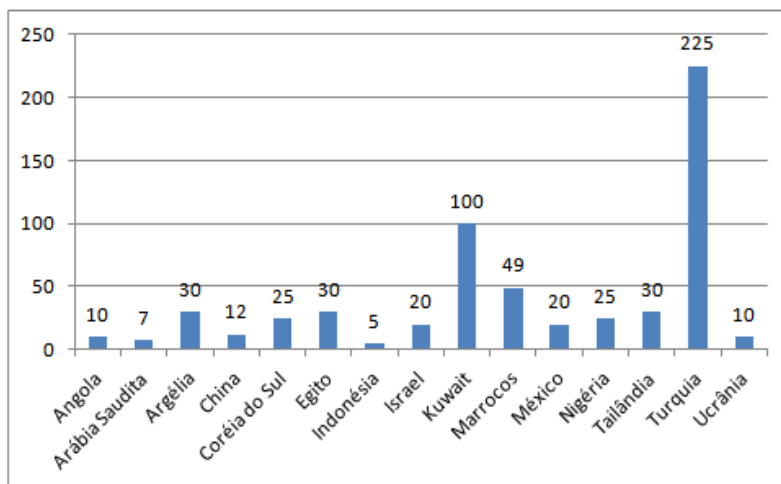
Tendo uma variada gama de barreiras protecionistas ou restritivas no comércio internacional, a carne suína se depara desde tarifas, subsídios constantes nos Estados Unidos e Europa, cotas de importação em determinados países ou simplesmente o não aceite do conceito de regionalização como mencionado no capítulo 1 do presente trabalho.

Um dos mais tradicionais mecanismos de proteção são as barreiras tarifárias. Trata-se de uma taxa cobrada sobre uma mercadoria que é importada. Pode ser específica ou *ad valorem*. A específica cobrada mediante preço fixo por cada unidade de mercadoria. A *ad valorem* é um percentual da mercadoria importada (MAGNOLI, SERAPIÃO, 2008).

No gráfico 1, são apresentadas as tarifas aplicadas por diferentes países sobre a carne suína originada no Brasil, como pode ser visualizado a seguir:

²¹ Entrevista realizada em Abril de 2011.

Gráfico 1: Tarifas aplicadas a carne suína (em %)



Fonte: MAPA, 2010.

Mesmo países que não compram carne suína do Brasil têm já as tarifas definidas caso o mercado seja aberto *a posteriori*. No caso da China que mantém tarifa de 12% sobre a importação da carne suína. O comércio com este país, entretanto, pode ser facilitado caso haja entrada de carne via Hong Kong, onde as tarifas são zeradas. Assim como Hong Kong, Cingapura, que é bom comprador de carne suína brasileira também possui tarifa zero para importação da carne.

Na América do Sul, a Colômbia mantém tarifa de 11,6% +BP²², sendo o único país da América do Sul juntamente com a Venezuela a manter tarifas na carne suína. No caso Venezuelano, a tarifa está em 12% + BP.

A Coréia do Sul é outro país asiático com não importa carne suína brasileira, mas mantém já as tarifas programadas, no caso dos sul-coreanos ela está em 25%, que pode se tornar um valor alto para a venda para aquele mercado. Essa tarifa é praticada para a carne congelada, não especificando se manterá tarifas para importação de animais vivos.

²² Banda de Preço

Outro mercado importante para venda de carne suína de empresas catarinense é o ucraniano. Neste país, carnes congeladas excluindo carcaças, patas, e desossados, possuem tarifas em 10%.²³

Há tarifas que praticamente são proibitivas para o comércio internacional, no caso o brasileiro fazer negociação. Na Turquia, as tarifas chegam a 225% sobre a carne suína congelada. O mesmo ocorre no Oriente Médio, grande importador de carne de frango, mas as tarifas na carne suína atingem 100%.

No continente africano, importante mercado potencial para as próximas décadas, a Nigéria possui tarifas de 25% e o Egito 30%. Na América Latina, o México, importante consumidor de carne suína possui tarifas de 20%, sendo que seu principal parceiro de vendas são os Estados Unidos, que possuem grande produção de suínos.

Os acordos multilaterais são importantes no que tange o comércio de diversos itens. Um dos casos pode ser citado entre Mercosul-Índia, onde o mercado indiano reduz a tarifa para o Brasil por estar inserido Acordo de Preferências Tarifárias Fixas entre Mercosul e Índia. Esse acordo não teve muito sucesso, haja vista que apenas 450 itens são beneficiados, em um horizonte de mais de 9000 em nossa nomenclatura de comércio exterior^{24, 25}.

Outro instrumento de política comercial adotado pelos países são os sistemas de cotas para importação. Segundo Magnoli e Serapião, “trata-se de restrição quantitativa a importação de determinado produto. Em geral, as cotas são distribuídas a países ou empresas de certos países. A principal diferença entre tarifa e cota é que, neste último caso, o governo não auferir nenhum ganho tributário” (MAGNOLI, SERAPIÃO, 2008).

No caso mais clássico de cotas sobre a carne suína, a Rússia mantém cota de 177.500 toneladas. Essa cota é praticada para todos os países, com exceção de Estados Unidos, União Européia e Paraguai. Isso prejudica seriamente o Brasil e, por conseguinte Santa Catarina, pelo fato do mercado russo ser o principal comprador da carne suína catarinense.

²³ O mercado ucraniano foi fechado no mês de Junho para o Brasil, em virtude dos resíduos que, segundo o governo deste país, foram encontrados na carne suína.

²⁴ Soraya Saavedra Rosar, em seminário da CAMEX - Câmara de Comércio exterior da FIESC, no qual o autor esteve presente.

²⁵ Os dados sobre as tarifas sobre a carne suína foram cedidos pelo Ministério da Agricultura.

Os subsídios²⁶ também podem ser relacionados como instrumentos de política comercial, principalmente quando são aplicados nas exportações. Porém, muitos subsídios são “camuflados” e aplicados durante o processo produtivo, tornando o produto nacional mais competitivo.

Os russos citam que a carne brasileira possui alta qualidade e que também estão comprando produtos de outras linhas do Brasil como é o caso das linhas nuggets e pizzas²⁷.

Em questionário aplicado em empresa exportadora, os subsídios elevados dos concorrentes internacionais fazem parte dos principais obstáculos para exportação de carne suína. A empresa possui entre 11 e 20% da participação das exportações de carne suína em seu faturamento no ano de 2009. A empresa possui como seus principais destinos de exportação a Rússia, Cingapura, Hong Kong e Ucrânia, a empresa atua no mercado internacional há 45 anos.

Já em outra exportadora, com porcentagem também entre 11 e 20% do faturamento da empresa alocado na exportação de carne suína, também são citados os elevados subsídios como obstáculos para exportação de carne suína. A empresa também tem como fonte maior de exportações o mercado russo, seguido do ucraniano, em terceiro o argentino, seguido de Cingapura.

Em missão na Rússia, o Ex-Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, ressaltou a produção neste país. “Visitamos unidades em Moscou e Leningrado, eram coisas ainda muito velhas, da década de 1930. Em Moscou era da década de 1950. Mesmo as nossas empresas, que precisavam de readequações, Sadia, Aurora e Perdigão, readequações estas que a União Européia impôs, davam de goleada nas unidades deles”²⁸.

Todavia, como já ressaltado a Rússia, passa por momento de renovação em suas estratégias de produção de proteína animal, principalmente no que se refere à carne suína, não podendo mais, o mercado catarinense, se espalhar no sistema produtivo russo como se fora de décadas passadas.

²⁶ A cultura russa é contra o subsídio. Relato de Ex-Secretário de Agricultura Moacir Sopelsa, que participou da missão catarinense na Rússia.

²⁷ Entrevista realizada com ex-funcionária de empresa exportadora que trabalhou na unidade da Rússia, Geórgia-Ucrânia-Cazaquistão-Uzbequistão.

²⁸ Entrevista realizada em Agosto de 2010.

Em entrevista com o Ex-Secretário da Agricultura, atual Presidente da Cidasc, Enori Barbieri, o mesmo citou a importância que as relações internacionais possuem. “Estivemos na Ucrânia, com propósito definido. Levamos empresários que adquirissem fertilizantes daquele país, em troca da compra da carne suína catarinense para a Ucrânia²⁹”.

2.3 BARREIRAS TÉCNICAS NA SUINOCULTURA: O NEOPROTECIONISMO E OS DESAFIOS DE SANTA CATARINA

Entretanto, não estão nas tarifas, nas cotas ou até nos subsídios dos governos externos as maiores preocupações da suinocultura catarinense. Estas preocupações são depositadas nas barreiras técnicas, aqui aplicadas aos resíduos encontrados na carne, além é claro, das barreiras sanitárias, de bem-estar animal e de meio ambiente. Estas barreiras técnicas (Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT), e discutidas no âmbito do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS da OMC, e se encontram como os maiores desafios enfrentados pelas empresas e produtores de Santa Catarina.

Todavia, as barreiras também têm seu ponto positivo no que tange à sua aplicabilidade, tendo em vista que pode ser utilizada bom nobre valor de segurança a saúde humana e animal (proteção de doenças, por exemplo).

Para Bhagwati, “estas restrições são costumeiramente aplicadas através de instituições e processo estabelecidos para regular importações, inclusive o exercício do poder político pelo ramo executivo do governo na realização de acordos de restrição comercial com outros países” (BHAGWATI, 1989).

“O acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio – (TBT) da OMC, que em seu artigo 2.2 prevê quais objetivos legítimos podem ser invocados para sustentar uma barreira técnica, destacando-se

²⁹ Entrevista realizada em Setembro de 2010.

expressamente dentre eles, a proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal”³⁰ (LIMA, 2004).

Cabe ressaltar que as medidas tomam exagero, sendo que muitas delas não são resolvidas via OMC, mesmo que sejam necessárias provas científicas para manutenção de tal barreira sanitária. No caso da suinocultura catarinense, livre de Febre Aftosa sem Vacinação, fica atestada a qualidade da carne, tendo em vista que não possui casos de Peste Suína Clássica e muito menos casos de Peste Suína Africana. Ainda sobre o tema Lima (2004) cita:

As medidas SPS da OMC incluem, leis, decretos, regulamentos, requerimentos e procedimentos que definem critérios para produtos manufaturados, processos e métodos de produção, testes, inspeção, procedimentos de certificação e aprovação, tratamentos de quarentena, incluindo requerimentos associados com transporte de animais e plantas, ou com materiais necessários para sua sobrevivência durante o transporte, prescrição de relevantes métodos estatísticos, procedimentos de amostragem e métodos de verificação de risco, requerimentos de empacotamento e etiquetagem diretamente relacionados à segurança alimentar

A sanidade não é elemento recente nas aplicações das empresas que trabalham com carne suína em Santa Catarina. Já em 1949, Victor Fontana, da Sadia, dava destaque para tal desafio:

O ponto nevrálgico era como não poderia ser diferente: o problema higiênico sanitário. A conservação de carne exigia, após o abate dos animais, um rápido e eficiente resfriamento, para evitar a sua deterioração. Com as carnes que não sejam prontamente resfriadas, não se consegue um produto final com a durabilidade

³⁰Como cita Lima: “entre as regras sobre barreiras não-tarifárias negociadas por ocasião na Rodada do Uruguai, encontram-se as sanitárias e fitossanitárias, que compõem uma categoria bastante peculiar e são acolhidas pelo Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitosanitárias” (LIMA, 2004).

que se deseja e com as características organolépticas naturais. (FONTANA, 2002, p. 84).

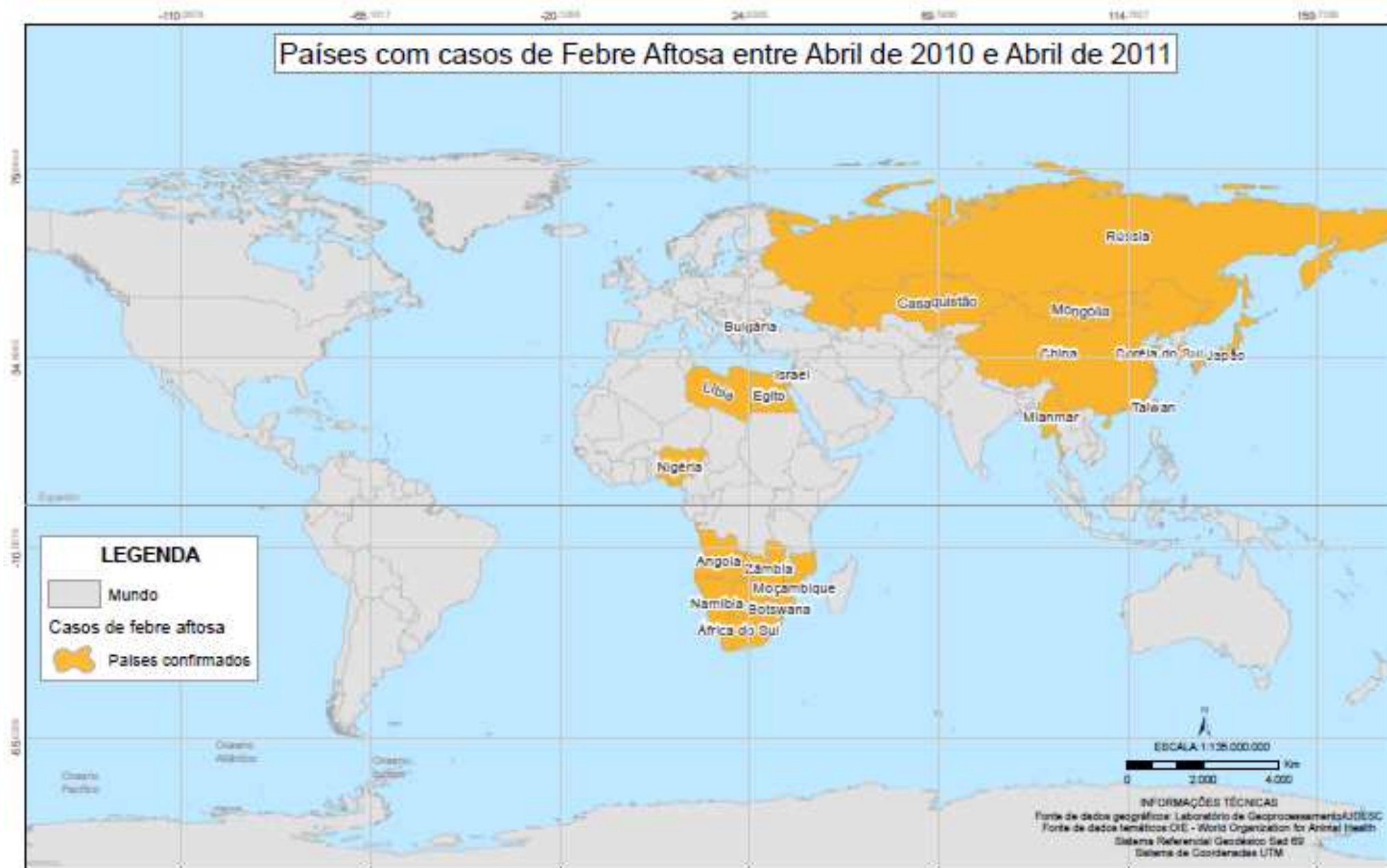
Ao tratar das questões sanitárias, o organismo multilateral que trata das doenças é a OIE. Entre as doenças mais importantes para que sejam efetivadas barreiras sanitárias estão a Febre Aftosa e a Peste Suína Clássica. Em entrevista com o Ex-Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, o mesmo citou a importância de Santa Catarina ser livre de Febre Aftosa e o papel político exercido pelo mesmo nas negociações durante missão na Europa. “A certificação (de Santa Catarina ser livre de febre aftosa) necessitava de presença política. No Brasil, nem todos os estados tinham a sua própria Cidasc, como temos aqui em Santa Catarina. A posição do estado, comparado ao Rio Grande do Sul, era bem melhor. Eu estava interessado em colocar a marca de Santa Catarina, respaldada com base técnica”.³¹

A Febre Aftosa, doença da qual Santa Catarina é livre sem vacinação desde 2007, de acordo com a OIE, pode ser encontrada em diferentes países. Sua importância é tamanha que na América do Sul existe acordo para que não exista manipulação de seu vírus no continente.

Na Ásia, mais precisamente na Coreia do Norte, foram encontrados focos de aftosa, ocasionando perda de mais de 17.000 cabeças de porco. Na vizinha Coreia do Sul, o número foi muito maior, sendo 3 milhões de cabeças sacrificadas, dando prejuízo de mais de 1,8 bilhão de dólares. A perda foi tamanha que os sul-coreanos tiveram que importar carne suína dos Estados Unidos. Ainda no continente asiático, a China interrompeu a compra de carne suína alemã, pelo fato de ter sido encontrado resíduos na carne daquele país (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2011).

³¹ Entrevista realizada em Agosto de 2010.

Mapa 2: Casos de Febre Aftosa.



Como pode ser visualizado no Mapa 2, os países com casos de febre aftosa de forma mais recente estão localizados na Ásia e no sul da África, não tendo nenhum caso ocorrido em regiões das Américas, incluindo América do Sul. O último caso de Febre aftosa no Brasil, por exemplo, ocorrera em 2006, e mesmo assim sem focos em Santa Catarina. Na Argentina, o último caso também data de 2006, enquanto no Paraguai os últimos focos foram encontrados em 2003.

Em mais um motivo para a não compreensão de barreiras impostas a carne suína catarinense, o mercado asiático, como apresentado no mapa 2, possui grande número de regiões afetadas pela febre aftosa, tendo casos ocorridos na China, Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Mongólia, entre outros. Ora, e mesmo com esse comparativo sanitário, tem-se barreiras impostas para a carne, não explicando de forma clara quais os motivos reais para a não entrada do produto de Santa Catarina.

As exportações para o mercado asiático também ressaltam, segundo pesquisa nas empresas exportadoras a importância para os elementos sanitários e de resíduos, como mostra a Figura 1 a seguir:

Figura 1: Itens prioritários para abertura de mercado asiático.



Fonte: Entrevistas com empresas, 2010.
(MARTHINS, TALAMINI, FERNANDES, 2010)

Por fim, também foram entrevistados produtores que indicaram que a questão sanitária é melhorada a partir de do controle do fluxo de pessoas nas respectivas instalações. Como a maioria das doenças é transmitida pelo ar ou pelo contato das pessoas com os animais, são evitadas visitas as granjas sem necessidade, tendo em vista a fácil proliferação de doenças.

Conclui-se neste capítulo, que as barreiras tarifárias tiveram redução de importância ao longo das Rodadas de Negociação, tanto durante o período do GATT quanto no atual período da OMC. Além disso, com a redução das mesmas tarifas, são implementados novos meios de proteção no mercado mundial, como pode ser observado no mercado asiático, com o incremento de medidas de proteção no que tange a sanidade animal e de controle de resíduos.

3 PANORAMA DA SUINOCULTURA BRASILEIRA E MUNDIAL

3.1 O PAPEL DA AGRICULTURA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Sabe-se que a economia brasileira atravessou diferentes ciclos até presenciar a maior dinâmica competitiva que apresenta nos últimos 10 anos, seja na indústria, nos serviços, e na cadeia agrícola. Os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, do café são extremamente citados na literatura sobre a história econômica brasileira.

De início, o açúcar foi o primeiro produto tipo exportação do Brasil, por volta de 1520, então produzido no Nordeste do país, mais especificamente na Zona da Mata. O café, por sua vez, começou a ser produto tipo exportação em 1890, sendo responsável por mais de 60% da pauta de exportação brasileira, tendo sua principal região de cultivo as regiões Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Anos depois o café seria produzido em maior escala no estado de São Paulo. No final do século XVII tem-se o ciclo do ouro, em Minas Gerais, tendo se esgotado no final do século XVIII (BAER, 1996, p. 34).

Na exportação de itens agrícolas, durante estes ciclos, porém outros produtos podem ser citados, não com a mesma importância que o café possuiu ao longo de grande parte da economia brasileira como cita Baer, (1996, p. 36):

As exportações de algodão não apresentaram resultados muito melhores que as do açúcar, com um aumento de apenas 43% no período de 1850-1900. Os elevados custos de transporte do interior para os portos parecem ter sido uma das principais causas para o lento crescimento dessas exportações. As exportações de fumo na Bahia iniciaram-se nas últimas décadas do século XIX e nunca se tornaram significativa devido às péssimas práticas de produção empregadas, que tornaram o produto não competitivo no mercado internacional. No final deste século começaram as exportações de cacau produzido no sul da Bahia e, depois da introdução de uma variedade de alto rendimento vinda do Ceilão, em 1907, as plantações expandiram-se rapidamente e o Brasil

tornou-se um dos principais exportadores do produto.

Nota-se que ao longo destes ciclos a lista de produtos exportados pelo Brasil não tinha qualquer valor agregado, sendo apenas itens agrícolas nos quais o país era competitivo, ao contrário do que se encontra hoje, como aviões da Embraer, motores, carnes industrializadas, entre outros itens.

Albuquerque e Nicol, (1987, p. 64) tratam o tema relativo aos principais produtos de exportação na história brasileira (cana de açúcar, ouro, café) como a “abordagem do produto principal”. Para os mesmos autores, o café teve sua enorme importância haja vista que foi o produto que introduziu a economia brasileira no cenário capitalista mundial. A relevância do café é tamanha que entre os anos 1921-1930, ele representava nada menos que 69,8% do total das exportações (ALBUQUERQUE, 1987, p. 99). Por fim, os autores enfatizam que “a acumulação do capital não somente permitiu a expansão da própria cafeicultura como levou crescimento e diversificação na economia” (Idem, p. 174).

Conforme a tabela 2, verifica-se a representatividade do café no total de exportações do Brasil entre os anos 1925-1962, mostrando a notável participação de tal produto. Nota-se que com o passar dos anos tem-se volatilidade do produto e a queda da participação do café nas exportações do Brasil declina a partir da inserção de produtos manufaturados, especialmente com a política de governo elaborada nos anos de Juscelino Kubistchek.

Tabela 2: Principais produtos exportados pelo Brasil 1925-1962.

Produto	1925-1929	1935-1939	1945-1949	1957-1959	1962
Café	71,7	47,1	41,8	57,9	53
Algodão	2,1	18,6	13,3	2,7	9,2
Cacau	3,5	4,5	4,3	5,6	2
Minério de Ferro	0	0	0	3,3	5,7
Açúcar	0,4	0	1,2	3,7	3,2
Fumo	1,9	1,6	1,8	1,2	2
Sisal	0	0	0	1,1	1,9
Manganês	0	0	0	2,5	2,2
Borracha	2,9	1,1	1	0	0
Madeira de Pinho	0,4	1	3,5	3,9	3,2
Outros	17,1	26,1	33,1	18,1	17,6

Fonte: BAER, 1996.

Por sua vez, Suzigan e Villela (1973, p. 63) ainda sobre o café, citam que a política de longo prazo não seria benéfica para a economia brasileira, tendo em vista a intensa prioridade para tal setor, não deslocando investimentos para os demais.

Interessante notar que o ramo das carnes não aparece entre os mais importantes no que tange a exportação neste longo hiato de tempo, mesmo o país contendo condições mais propícias que a Europa para a criação de gado, por exemplo. Isso se explica pelo fato de as principais empresas começarem a ter mais força após a década de 1950, quando se tornam mais competitivas nacional e mundialmente.

Os avanços do setor dada a modernização do campo e da entrada de empresas industriais no setor contribuiu para a maior competitividade. Ou seja, há uma maior capitalização da agricultura, que leva a maior produção, produtividade e diversificação das atividades agrárias e pastoris.

É durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente em 1934, que houve a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, que perdurou entre 1934 até 1949, tendo como atribuições tratados comerciais, indústria e comércio de carne, criação de departamentos e institutos relacionados a produtos agrícolas, entre outros afazeres durante a gestão de Getúlio Vargas (IANNI, 1996, p. 36). Segundo o mesmo autor estas seriam as “primeiras manifestações da tecnoestrutura

estatal” que se desenvolveria nas décadas seguintes. Para Ianni, (1996, p.40):

Devido à forma pela qual desempenhou suas funções, os problemas aos quais dedicou-se e à realizações de política econômica às quais esteve vinculado, o Conselho Federal de Comércio Exterior pode ser considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental. De fato, essa foi a primeira ocasião em que se reuniram funcionários governamentais, empresários e técnicos para estudar e propor soluções para vários problemas do sistema econômico-financeiro e administrativo nacional.

Outra tentativa de melhorar o planejamento brasileiro foi o desenvolvimento, nas décadas de 1930 e 1940 do *Niemeyer Report*, (cujo nome é referência ao inglês Otto Niemeyer). Otto³², na ocasião, citou que a economia brasileira era extremamente dependente de exportação de poucas lavouras, sendo assim, uma fraqueza na economia do Brasil (BAER, 1996, p. 58). Fica evidente, como mostrou a tabela anterior sobre a dependência das exportações de apenas um produto em nossa balança comercial.

Ora, a dependência de praticamente apenas um produto em nossa balança comercial, no caso o café, fez com que problemas na Balança de Pagamentos sejam gerados, seja através do câmbio, da interrupção de importações por determinados países ou mesmo no surgimento de competidores no produto.

Ao longo da história brasileira os governos tentaram implementar, cada um de sua forma, planos para a economia como um todo, ou apenas setores da mesma fossem fortalecidos. Um desses foi o Plano SALTE durante o Governo Dutra (saúde, alimentação, transporte e energia). Mesmo assim, o setor de alimentos foi um mero item dentro de tal plano, haja vista que não foi bem-sucedido³³.

Por outro lado, a Comissão Econômica Conjunta Brasil - Estados Unidos (1951-1953), apesar do pouco tempo de vida, obteve mais êxito sendo tratados, entre outros pontos, a importação de produtos agrícolas e

³² Inglês trabalhou no Brasil durante parte do Governo de Getúlio Vargas.

³³ O plano não durou mais do que um ano por problemas na execução e também por problemas financeiros (BAER, 1996, p.75).

construção de silos, além de acompanhamento técnico e como consequência: a diversificação da pauta de exportações (BAER, 1996, p.76).

Durante o Governo Médici (1969-1974) houve a tentativa de implementação do Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo – MBAG. Um pouco diferente do SALTE, este plano tinha como meta ações na área de educação, saúde, saneamento, agricultura e abastecimento, além de englobar as áreas de desenvolvimento científico e tecnológico (MATOS, 2002, p. 65).

Um dos planos mais estudados na literatura histórico-econômica brasileira é o Plano de Metas, no Governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Com um enfoque muito maior para o setor de manufaturas, o Plano também incluía em seu bojo a expressão “fornecimento de alimentos”. Todavia, como já citado, o Plano de Metas de JK, foi muito mais importante para o setor de manufaturas e a construção de Brasília, que teria sua construção concluída em 1960.

A importância dada para o setor de manufaturas foi tamanha, que, segundo Baer, (1996, p. 79), a agricultura contribuiu para o Produto Interno Bruto no período de sua gestão em apenas 18%. Aparentemente isso afetaria o setor agrícola, entretanto, isso serviu de base para o desenvolvimento para a indústria brasileira de maior competição (BAER, 1996, p. 79). A mudança de política, segundo Baer, mudou a partir de 1964, quando o governo propôs mudança na diversificação da pauta exportadora³⁴.

No Governo de Castello Branco (1964-1967), o Plano de Ação Econômica do Governo –PAEG- tinha também a agricultura como prioridade, haja vista a importância e necessidade de sua modernização no Plano (BADO, 2006, p. 39).

É na visão de Rangel (2005, p. 17), que se estabelece interessante posicionamento entre a relação entre agricultura e indústria e como estas se complementam O autor cita “que em um país subdesenvolvido, o que chamam de atividade agrícola, é na realidade uma mescla de produção agrícola e produção industrial.

³⁴ “A fim de aumentar a taxa de crescimento e de diversificação nas exportações o governo implementou medidas como: abolir impostos estaduais de exportação, simplificou procedimentos administrativos para exportação e incentivos fiscais para exportar” (BAER, 1996, p. 221).

De forma evidente, o Brasil passou de país subdesenvolvido, com pouca representatividade e competitividade em âmbito internacional, para uma economia de relevância, e o principal, em mais setores do que no passado, tais como a já citada aviação, o setor alimentício e na política diplomática mundial.

No comércio exterior, o Brasil adotou a Política de Substituição de Importações no período que engloba 1940-1964, tornando a economia mais fechada ao mercado externo, ocorrendo mais uma vez os problemas que poderiam ser erigidos no Balanço de Pagamentos (BAER, 1996, p. 221).

É na década de 1960 que o setor agropecuário começa a ter mais representatividade. Delgado (1985, p. 19), cita a mudança de parâmetro tecnológico como o momento de transição para o desenvolvimento rural:

Inicia-se com certo vigor processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira. Esta mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

Pode-se posicionar o surgimento da Embrapa, na década de 1970, como um dos grandes marcos para o desenvolvimento e modernização no que tange às melhorias na agricultura do Brasil. A pesquisa genética, em suínos, por exemplo, é de suma importância para a continuidade e melhoria da atividade como um todo.

Já no Governo Sarney (1985-1989), o Plano de Ação Governamental - PAG que durou entre 1987-1991, tinha como metas a expansão da exportação e apoio à agroindústria, porém, segundo Matos (2002, p. 92), o plano não foi tão eficiente.

Por fim, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), umas das políticas adotadas foi a Garantia de Preços Mínimos. Entretanto, na suinocultura brasileira este é um tema que ainda não virou realidade, haja vista que o setor, principalmente os produtores, ainda buscam tais garantias.

Na seqüência do capítulo serão abordados as diretrizes tomadas pelos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva com real contribuição, principalmente da relação do Brasil com a política externa.

3.2 PANORAMA DA SUINOCULTURA BRASILEIRA E O PAPEL DA TECNOLOGIA

A suinocultura no Brasil está representada principalmente nos estados do sul do país, tendo Santa Catarina como destaque no campo sanitário, com altos índices de competitividade. O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de exportação de carne suína do país, inclusive à frente de Santa Catarina. Para concluir os estados sulinos, o Paraná aparece como importante polo produtor e exportador do Brasil, sendo também competitivo por possuir grande produção de milho, quando comparado aos outros estados do sul.

Nos casos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a forte colonização italiana e alemã foi importante para a suinocultura, tendo o aprendizado da vida no campo sendo fundamental para alicerçar a atividade. Por outro lado, a expansão na fronteira suinícola ganhou espaço em mais estados no Brasil, ganhando unidades da Perdigão e Sadia, e Aurora em unidades que se espalham pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, fazendo da região Centro-Oeste mais um pólo do *agribusiness* brasileiro. As plantas das empresas citadas buscaram, principalmente, a forte competitividade dos insumos como o milho e a soja.

Quanto ao deslocamento das atividades da suinocultura, a região Centro-Oeste é sempre citada. Entretanto, em entrevista com um representante da Associação Goiana dos Suinocultores, uma funcionária teve o seguinte posicionamento. “Nossa capacidade aqui na região atingiu o limite. Tínhamos 50 mil matrizes, houve aumento da capacidade para 75 mil, no entanto, nenhuma grande empresa posicionou para aumentar a capacidade instalada no futuro³⁵”. A mesma funcionária também citou a importância da proximidade das unidades industriais pelo fator locacional do milho.

³⁵ Entrevista realizada no primeiro semestre de 2011.

Entretanto, não apenas os fatores da proximidade geográfica quanto aos insumos, ou o fator cultural são importantes. O elemento tecnológico também se faz presente, e nos dias atuais é vital para a competitividade das empresas e dos produtores. As exigências cada vez mais fortes dos consumidores, a importância que a mídia ganhou nos últimos anos, a travessia das pessoas do campo para a cidade, o acesso as informações cada vez mais facilitados foram elementos que as pessoas no atual contexto também utilizam para saber melhor sobre a cesta de produtos que consomem.

Com a intensa quantidade de propagandas veiculadas em jornais, revistas, televisão e pela internet apelando para produtos mais saudáveis causam impacto na escolha de qual produto o consumidor deseja adquirir.

A tecnologia foi fundamental para baixar as taxas de gordura dos animais, a busca da informação pelo porco *light*. Não apenas no que diz respeito às taxas de gordura, mas também são adotadas outras medidas, mais utilizadas em equipamentos e sistemas de informação, como as utilizações de rastreabilidade e o tratamento de dejetos.

Sendo inclusive elemento de premiação fora do país, um dos destaques da tecnologia adotada na suinocultura foi o melhoramento genético do macho suíno híbrido terminal, também chamado de “Embrapa MS58”³⁶. O suíno é resultado da união de três raças, sendo que há melhorias em diversos aspectos, tais como as carcaças, cortes com maior valor (EMBRAPA, 1999). Segundo a EMBRAPA, as melhorias com tal genética são apresentadas a seguir:

- a) Aumento aproximado de 3 % de carne na carcaça;
- b) Diminuição de 3 mm na espessura de toucinho da carcaça;
- c) Melhor conformação de pernil;
- d) Maior rendimento de pernil e lombo;
- e) Aumento de 5 mm na profundidade do lombo;
- f) Melhor conversão alimentar³⁷.

Cabe ressaltar que o macho MS58, foi datado de 1999 e que já houve evolução no que tange as melhorias genéticas.

Kon (1994, p. 117), cita que o desenvolvimento tecnológico faz parte da análise da economia industrial, sendo que esta, quando

³⁶ Agradecemos a gentileza de Jerônimo Fávero pelo envio do material sobre o macho MS58.

³⁷ Para melhor compreensão, a “conversão alimentar” pode ser entendida como eficiência na transformação dos alimentos (FÁVERO, 1999).

adicionado ao processo de produção, também necessita de melhorias, e em um dos pontos de ajuste seria os recursos humanos da empresa.

Segundo a mesma autora, a dinâmica do desenvolvimento econômico está intensamente ligada ao processo de acumulação de capital, e o desenvolvimento de forças produtivas é impulsionado pela inovação tecnológica. Isto posto, são também condicionantes para a evolução das sociedades, gerando oportunidades de interação entre recursos materiais e humanos (KON, 1994, p. 121).

Sobre o ponto de vista da ciência e da técnica presentes na indústria, Rangel (2005, p. 339) cita sobre a importância no ato de importar tecnologia:

Em nossos dias, nenhum país pode renunciar à importação de tecnologia. Mesmo os países mais avançados, dotados de máquinas de pensar mais completas e vultosas, em termos de homens e meios materiais, carecem de acompanhar de perto o que estão fazendo os outros.

O papel da ciência mostra-se evidente nas pesquisas por melhores equipamentos, melhorias do solo, do ambiente para cultivar determinadas sementes, genética dos animais, entre outros. Nota-se, na suinocultura, um intenso conjunto de atividades entre diferentes agentes, sejam públicos ou privados, de capitais nacionais ou internacionais.

Para tanto, são necessárias constantes adaptações nos recursos humanos, tanto internamente quanto externamente ao ambiente das empresas. Cabe ressaltar que a grande maioria das empresas trabalham com o sistema integrado, necessitando muitas vezes capacitar os produtores diante de novos desafios.

Sobre todos os aspectos de melhoria na produção, Delgado (1985, p. 91) indica sobre tal elemento fundamental na conquista de melhorias:

A indústria processadora de alimentos e matérias-primas, também desempenha um papel de mudança tecnológica. Aqui, certamente, são as normas sanitárias e de classificação comercial (tipos e padrões de produtos), aliados às exigências de mercado por determinadas características dos produtos agrícolas (formato, sabor, coloração, durabilidade etc.) que obrigam o produtor rural a seguir um determinado padrão de tecnologia indicado pela agroindústria.

Ora, as novas tecnologias desenvolvidas e adaptadas ao contexto de exigência dos consumidores, geram, por sua vez, novas demandas e desafios não apenas às agroindústrias, mas também aos produtores que fazem com que o suíno possa chegar para o abate de forma tal que não ocorram perdas durante o processo. Diante disso, por vezes, ocorrem dificuldades na adaptação dos produtores na adoção de novas tecnologias, como mostra a pesquisa realizada nas empresas exportadoras de Santa Catarina nas entrevistas para o presente trabalho.

Outro ponto encontrado na suinocultura é o chamado *linkage* (elos intersetoriais). No Brasil o “Sistema S”³⁸, possui cursos voltados para a agricultura, desde melhorias no cultivo, até a gestão financeira da atividade agrícola. Dada a expansão do *agribusiness* no Brasil, estes cursos são cada vez mais utilizados pelas empresas. No caso da Aurora, a própria empresa capacita os produtores com dois diferentes programas para a melhoria do aprendizado dos colaboradores.

Existe o *link* entre os entes privados e públicos no que tange a tecnologia aplicada à suinocultura. As tecnologias aplicadas podem ser os sistemas de rastreabilidade, a biotecnologia e os cuidados com os dejetos dos suínos. As pesquisas podem ser divididas dentro das próprias agroindústrias, ou com auxílio do Ministério da Agricultura, através da Embrapa. Ganha espaço, também, o papel das universidades, que na Europa são constantemente sujeitos participantes do aparato tecnológico.

No que tange a rastreabilidade, segundo Missaglia (2007, p. 109), esta possui como objetivo “minimizar riscos de contaminação de produtos e facilitar, localizar eventuais problemas, apontar responsabilidades e encontrar soluções”. Diante disso, as empresas pesquisadas aplicam os sistemas de rastreabilidade em seus sistemas de produção. Entretanto, as dificuldades levantadas pelas pesquisas mostram que a rastreabilidade é facilitada na empresa, mas deve possuir maior abrangência, desde o produtor até as prateleiras dos supermercados.

³⁸ O Sistema S é composto por Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), com função ligada aspectos ligados na aprendizagem no meio rural. O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), possui função importante na área industrial. Além destes ainda tem-se o Sesi, (Serviço Social da Indústria), o SENAC, (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), SEST, (Serviço Social de Transporte), além do SENAT, (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).

A identificação dos animais começou há 3.800 anos, marcando os animais com ferro quente com as características dos animais gravadas em alguns casos. Ainda no Império Romano eram marcados pelos donos ou pelos seus respectivos criadores (BLANCOU, 2001, p. 420). Já em 1746, em um decreto do Rei da França, pelo fato das preocupações com a peste bovina, os animais marcados com a letra “M”, deviam ser abatidos.

Mais recentemente, na década de 1990, a rastreabilidade fora aplicada pelos termos de sistemas de reprodução e de programas de saúde, sendo que nos tempos atuais tem crescido cada vez mais a preocupação dos consumidores em relação à origem dos produtos (MADEC, et al., 2011, p. 523).

A Aurora Alimentos utiliza o sistema de rastreabilidade em suínos há cinco anos. Nas demais empresas os sistemas também começaram há menos de uma década, sendo que apenas uma das empresas pesquisadas está com o processo de aplicação ainda em processo de implementação.

Em entrevista com uma gerente de empresa exportadora teve-se o seguinte relato sobre o sistema de rastreabilidade: “no ano 2000 foi adotado o sistema até a origem dos animais. Os pontos positivos são a segurança da empresa nos controles internos, o alcance de informações com agilidade e a transparência e confiança de governos e clientes das práticas industriais. São mantidos registros rastreáveis desde a origem dos leitões, creches e terminador, bem como de alimentação, intervenções medicamentosas, ambiência de criação, condições de apanha, condições de transporte, limpeza dos animais e período de carência medicamentoso. No abate é mantido rastreabilidade de recebimento, condições sanitárias dos animais, tempo de espera, número de animais carregados e entregues no abate, temperatura de resfriamento de carcaças e/ou congelamento, histórico de cortes de carcaças e de industrialização e seus critérios de performances”³⁹.

Já em outra empresa exportadora, foi constatado que esta utiliza sistemas de rastreabilidade semelhantes aos da União Européia. Na entrevista também foi citado que no caso dos suínos existe maior facilidade, pelo fato dos sistemas serem integrados, e que a partir disso possuem acompanhamento técnico e sanitário do fornecimento de leitões até o recolhimento dos animais para o abate.

³⁹ Entrevistas realizadas em abril de 2010 e março de 2011.

Figura 2: Medidas tomadas pelas empresas exportadoras de Santa Catarina no item Rastreabilidade.



Fonte: Entrevista nas empresas. Elaboração do autor.

Como pode ser verificado na Figura 2, são diversas as medidas tomadas pelas empresas no que tange ao sistema de rastreabilidade, o que coloca a cadeia suinícola de Santa Catarina de forma competitiva neste item. O desafio verificado está em que todos os elos estejam intimamente conectados, dado que o número de produtores é grande. Como foi ressaltado nas entrevistas, o sistema de integração facilita na aplicação da rastreabilidade, existindo dificuldades pelos produtores independentes.

Em outro ponto, a biotecnologia é usualmente utilizada nas empresas, sejam estas públicas ou privadas. Podem ser entendidas como conjunto de técnicas que permitem a manipulação de organismos vivos (WILKINSON, 1989, p. 7). Na suinocultura brasileira a genética é

principalmente fonte de pesquisa na Embrapa em parcerias com as agroindústrias.

Com a constante mudança dos consumidores apelando por carnes mais saudáveis, com baixos teores de gordura, estas fizeram com que o nicho de mercado mudasse, tendo um perfil empresarial com maior atenção dedicada a saúde. Quando o tema é apresentado normalmente é citado os Organismos Geneticamente Modificados – OGM, entretanto, de forma evidente, na cadeia de suínos a genética animal é o tema mais importante.

A genética é importante pelo ponto de vista da melhora da qualidade dos animais, fazendo com que as raças tenham cada vez mais qualidade, indicando produtos com variados tipos de gordura, velocidade de crescimento, quantidade de cruzamentos e até produção de leite, além do sabor.

No Brasil, destacam-se os suínos das raças Landrace, originária da Dinamarca, que está ligada a boa qualidade da carcaça, e o Large White, com origem inglesa. Entretanto, as raças cruzadas são as mais encontradas, representando 75% dos registros em 2010 (ABCS, 2010).

Em uma entrevista numa empresa exportadora de Santa Catarina, o relato sobre genética foi citada como importante ferramenta. “A seleção genética dos animais tem sido importante sob aspecto de capacidade de conversão de proteína vegetal e animal. A qualidade da carne ao abate com menos gordura e esta entremeada ao músculo, confere à carne maior grau de saudabilidade e sabor. A seleção genética também foca a resistência dos genes ao stress animal”.

Interessante notar que em outra entrevista, em outra empresa exportadora, o foco sobre os índices de gordura ainda são uma questão a ser levantada na qualidade da carne. “A banha foi praticamente eliminada na totalidade, porém teve que ser trazida de volta aos poucos pelos aspectos do sabor”.

Isto posto, revela-se não apenas os aspectos das empresas estarem aptas para conseguirem inserir e manter a carne suína nos mercados externos e também no mercado interno, mas também de adequar os instrumentos que nela estão inseridos, tais como a importância da genética e da rastreabilidade. Sob o ramo da pesquisa, não apenas a suinocultura catarinense conta com a Embrapa, mas a brasileira como um todo.

Porém, quando se trata de genética, não apenas a Embrapa é quem sede o conhecimento técnico para as empresas exportadoras da suinocultura brasileira. Outra empresa fornecedora é a Agrocere, que também atua no campo da avicultura e de sementes. Também ganham

cada vez mais espaço as empresas chinesas, intensamente encontradas nas feiras ligadas ao agronegócio no Brasil.

Ao abordar o tema ligado à biotecnologia e mais especificamente a genética na empresa pública de importância para a suinocultura nacional, a Embrapa, é a que possui não apenas destaque nacional, mas também internacional. Fundada em 1973, a empresa presta hoje serviços em todas as regiões do país, como a já citada unidade voltada para suínos e aves na cidade de Concórdia. Pesquisas que variam da biotecnologia, sanidade animal, genética, bem-estar animal, agroecologia, nanotecnologia são alguns dos temas que podem ser elementos de pesquisa da Embrapa.

No ano de 2008, foi lançado o Programa de Aceleração da Embrapa (PAC-Embrapa), com maior envolvimento do Governo Federal no que tange à capacitação dos profissionais da empresa. O número de colaboradores da empresa com pós-doutorado de 23 no ano de 2008, para 50 no ano de 2010 (MAPA, 2010).

Dentro do contexto das políticas públicas lançadas pelo Ministério da Agricultura na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ganhou espaço além do PAC-Embrapa, os acordos internacionais, a implementação de indicação geográfica em determinadas regiões produtoras do país, entre outros temas. Além disso, foram mantidos outros programas, tais como o de Combate à Febre Aftosa.

Dentre os temas das políticas adotadas pelo Ministério de Agricultura está a implementação de Indicações Geográficas, que buscam identificar a origem geográfica para um determinado produto, sendo que este possui características próprias, que podem ser relacionadas ao solo, clima, entre outros elementos específicos de uma dada região. O programa de Indicação Geográfica teve início no ano de 2005, e Santa Catarina é o primeiro estado do Brasil a buscar tal identidade. Em princípio, além de identificar as identidades de um produto, a Indicação também pode ser um fato gerador de ganhos em agregação de valor para a cadeia de suínos em Santa Catarina.

Na primeira etapa do projeto de Indicação Geográfica no Brasil, sete produtos foram escolhidos sendo os vinhos do Vale dos Vinhedos, carnes do Pampa Gaúcho, couros do Vale dos Sinos e vinhos de Pinto Bandeira todos estes no Rio Grande do Sul. Os demais são café do Cerrado Mineiro, cachaça de Paraty e frutas do Vale do São Francisco, em Pernambuco. Como pode ser verificado no mapa 3.

Mapa 3: Indicações Geográficas no Brasil.



Todavia, não apenas a Embrapa e incentivos a delimitação de Indicações Geográficas são executados pelo papel das empresas públicas no ramo agrícola no Brasil. No quadro a seguir, são apresentados alguns dos principais programas criados ou mantidos pela Embrapa durante os anos 2003-2010, com seus respectivos objetivos, data de início e área dos programas. Ressalta-se a diversidade das áreas dos programas, porém, a intensidade dos programas voltados à defesa e aos mercados internacionais são os de maior destaque, independente da década em que foram criados.

Tabela 3: Programas de Governo na Agricultura.

Programa	Objetivos	Área	Ano
Política de Garantia de Preços Mínimos	Garantir preços mínimos quando os preços de mercado forem inferiores	Preços	1966
Programa de Integração Regional Cooperativa no Mercosul	Negociações entre Cooperativas no Mercosul	Internacional	2003
Ampliação da Produção Integrada	Integrar recursos naturais e mecanismos de normalização das atividades agropecuárias dentre elas o bem-estar animal e qualidade dos produtos	Diversos	1990
Manutenção da Infraestrutura Agropecuária	Apoio ao pequeno e médio produtor no armazenamento e processamento e beneficiamento dos produtos, entre outros	Infraestrutura	1991
Promoção Tecnológica Agropecuária	Inovação, prospecção, melhoramento genético e biotecnologia	Tecnologia	2005
Programa Nacional do Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal	Monitorar a qualidade e inocuidade dos alimentos, entre outros	Defesa	Animal/1979 Vegetal/2006
Manutenção do Programa de Vigilância Agropecuária Internacional	Impedir ingresso no Brasil de produtos e insumos que possam comprometer a saúde humana/animal/vegetal. Além de garantias nas exportações dos produtos brasileiros nos mercados internacionais por certificação de área livre de aftosa	Defesa	1999
Manutenção do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa	Erradicar a Febre Aftosa	Defesa	1993

Continua

Continuação

Manutenção do Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica	Erradicar a Peste Suína Clássica	Defesa	1980
Manutenção do Programa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	Garantir segurança higiênica, sanitária e tecnológica e qualidade dos produtos de origem animal	Defesa	1950
Sistema Brasileiro de Produtos de Origem Animal, parte do Sistema Unificado de atenção e Sanidade Agropecuária	Padronizar e harmonizar os sistemas de inspeção	Defesa	2006
Manutenção do Programa Fiscalização de produtos destinados a Alimentação Animal e Vegetal	Assegurar qualidade e conformidade dos insumos da Alimentação animal	Defesa	1974
Promoção Internacional do Negócio	Ampliar participação brasileira em mercados já abertos e estimular número de exportadores	Internacional	2005
Negociações Internacionais	Aumentar Inserção internacional da agropecuária removendo barreiras	Internacional	2005

Fonte: Mapa, 2010. Elaboração do autor.

Observando a tabela acima, fica evidente que a partir dos anos 2000 criam-se novos incentivos para o acréscimo de promoções para a busca maior dos produtos no mercado internacional. Na suinocultura, os mercados mais exigentes só podem ser abertos com o aparato de defesa sanitária eficiente. Verifica-se que já na década de 1950 os programas de higiene e a preocupação sanitária estavam entre as atribuições da área agrícola, sendo que nas décadas de 1980 e 1990, criam-se os Programas para erradicação da Peste Suína Clássica e Febre Aftosa, respectivamente, dando os primeiros saltos para a abertura dos produtos para exportação.

Todo esse aparato tecnológico, de defesa animal, de promoção de exportações entre outros programas que existem nas empresas públicas ou privadas possuem como pano de fundo a importância que historicamente a agricultura possui na economia brasileira. Desde a geração de empregos diretos ou indiretos, de participação no PIB na economia, entre tantos outros fatores.

A suinocultura atravessou recentemente um movimento de integração maior no país, atingindo estados que anteriormente não possuíam grande participação na suinocultura nacional. Embora Santa Catarina e Rio Grande do Sul continuem sendo os estados de maior produção e exportação, a região Centro-Oeste também teve incrementos tanto na exportação quanto na produção, principalmente nos casos de Goiás e Mato Grosso.

Como pode ser verificado na tabela a seguir, Santa Catarina possui a maior produção de carne suína do Brasil, tendo seu volume incrementado entre os anos de 2004 e 2010.

Tabela 4: Produção de carne suína no Brasil milhões de cabeças.

Estado	2004	2005	2.006	2007	2008	2009	2010
Santa Catarina	7.071	7.458	8.421	8.670	8.422	8.640	8.685
Rio Grande do Sul	4.791	5.242	5.609	5.800	6.366	7.059	6.926
Paraná	4.587	4.781	5.009	5.084	5.166	5.673	5.563
São Paulo	2.167	2.128	2.236	2.207	1.909	1.915	1.902
Minas Gerais	2.697	3.249	4.037	4.193	4.521	4.747	4.784
Mato Grosso do Sul	853	908	867	867	886	959	1.215
Mato Grosso	976	1.293	1.359	1.416	1.686	1.835	1.858
Goiás	1.186	1.326	1.403	1.459	1.548	1.668	1.758

Fonte: Abipecs, 2011.

No segundo posto de número de cabeças está o Rio Grande do Sul, com forte capacidade de produção e de exportação. Além de internamente Santa Catarina ter presenciado um pequeno deslocamento de produção, no Brasil também ocorre, como já citado nos Estados do Centro-Oeste devido ao maior cultivo de grãos nessa região.

Todavia, um dos executivos de uma empresa exportadora destaca: “houve crescimento, o mercado cresceu, o mundo consome mais carne suína, e os problemas com dejetos estão sendo contornados em Santa Catarina”. Em outra empresa exportadora foi destacado que

“existe atualização tecnológica para o Oeste de Santa Catarina e de responsabilidade com o meio ambiente. Os motivos que podem levar a migração do oeste para outros locais é compromisso ambiental e a proximidade com a região de essência produtiva em grãos. Santa Catarina tem vantagens sanitárias sobre os demais estados na atualidade, e por isso o endereçamento a alguns mercados será mais rápido”.

Por fim, conclui-se que houve crescimento no que tange a produção de carne suína no Brasil, entre os anos 2004 e 2010, crescimento este tendo como pano de fundo tecnologias adotadas por empresas públicas e privadas, na adoção de política públicas de defesa animal e também de internacionalizar mercados, além das empresas adotarem sistemas de rastreabilidade para melhor desempenho no mercado.

3.3 PANORAMA DA SUINOCULTURA MUNDIAL

O panorama da suinocultura mundial apresenta-se de maneira singular no que se trata de produção, consumo e exportações. A China, maior produtora, lidera também o consumo. Na importação, o Japão fica na liderança, mostrando que os países asiáticos são intensos consumidores e importadores da carne.

A competitividade da carne suína brasileira é elemento-chave na abertura, mas de outra forma também sofre fechamentos de mercados, tais como Coreia do Sul e União Européia. No que tange a tecnologia, a carne suína brasileira, como verificado no subcapítulo anterior, nada fica devendo neste item, tendo grande estrutura que alavanca a produção, seja para consumo interno ou para exportação. Além disso, a cadeia é competitiva não apenas na indústria, mas também com os produtores.

Sobre o ritmo de consumo, estes se expõem de maneira diferente em cada região, sendo que com o aumento da renda devido ao crescimento econômico dos países asiáticos, a exemplo da China, Coreia do Sul, Vietnã, além da sólida trajetória do Japão nas últimas décadas fazem com que o foco de investimentos fosse migrado para estes mercados. Outros continentes, como o Africano também fazem parte do rol de maior consumo de proteína animal, dentre elas a carne suína.

Isto posto, com o aumento de renda dos países asiáticos, a projeção em curva ascendente em termos de consumo de proteína animal é favorável para a suinocultura catarinense e brasileira. Além do consumo da China, países como Coreia do sul e Indonésia devem crescer em consumo per capita a taxas de 1,38% e 1,70 por ano respectivamente até o ano de 2017 (MAPA, 2009).

Tabela 5: Consumo Mundial de carne suína (mil t – equivalente carcaça)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China	41.015	42.113	43.010	45.139	46.014	42.710	46.691	48.823	50.050
União Europeia	20.689	20.683	20.528	20.632	20.631	21.507	21.024	20.782	20.580
Estados Unidos	8.684	8.818	8.822	8.660	8.643	8.965	8.806	9.013	8.428
Rússia	2.429	2.417	2.338	2.486	2.639	2.803	3.112	3.049	3.119
Brasil	1.975	1.957	1.979	1.949	2.191	2.260	2.390	2.423	2.545
Japão	2.322	2.330	2.529	2.509	2.452	2.473	2.486	2.467	2.437
Vietnã	1.190	1.244	1.386	1.583	1.731	1.855	1.880	1.876	1.867
México	1.334	1.358	1.470	1.464	1.489	1.523	1.605	1.770	1.766
Coreia do Sul	1.202	1.286	1.336	1.311	1.420	1.502	1.519	1.480	1.524
Filipinas	1.134	1.167	1.169	1.198	1.239	1.275	1.270	1.298	1.380
Ucrânia	599	623	606	545	585	715	828	713	770
Outros	5.794	5.960	6.109	6.081	6.419	6.503	6.539	6.647	6.660
Total	88.729	90.267	91.624	93.956	95.453	94.091	98.150	100.341	101.126

Fonte: Abipecs, 2011.

Como pode ser verificado na tabela 5, a China é a maior consumidora de carne suína no total relativo a quantidade, é preciso destacar que na cultura chinesa voltada para o consumo de tal proteína, aliado a grande população, naquele país, o que contribui para o elevado consumo.

Em segundo lugar estão os 27 países com compõem a União Européia, nota-se que o consumo chinês é maior do que o dobro do bloco inteiro. Os Estados Unidos, em terceiro lugar, entre os anos analisados, praticamente possuem consumo estagnado, sendo abastecidos pela carne suína do próprio país. Destaque para o Vietnã, que obteve bom volume de crescimento de consumo no período

Nota-se, que entre os maiores consumidores mundiais nenhum país pertence ao continente africano. Porém, das quatro exportadoras entrevistadas na pesquisa, três selecionaram tal nicho que pretendem atingir nos próximos três anos. E uma das exportadoras foi citado que o mercado africano possui crescimento constante, com consumo em elevação.

Diante da importância do continente africano, acordos foram firmados entre o Brasil e países da África. A Embrapa, por exemplo, possui sede em Gana desde 2006, com programa voltado para a

promoção do crescimento e desenvolvimento econômico e social, tendo como objetivo a troca de conhecimento. Entre os itens de cooperação da Embrapa com Gana estão as melhorias na defesa animal e de transferência de tecnologia.

Além do escritório em Gana, a Embrapa possui os Laboratórios do Exterior – LABEX, com unidades nos Estados Unidos e na Europa, também voltados para melhorias tecnológicas, além de pesquisa em sanidade animal. Nos Estados Unidos e na Europa, o foco da pesquisa é voltado para o meio ambiente e tecnologia agroalimentar (EMBRAPA, 2009, p. 39).

Esta posição do Brasil em possuir maior integração com outros países pode ser verificada durante os últimos dez anos. Para Vigevani e Cepaluni (2007, p. 275), o governo Lula “procurou inserir o Brasil no comércio mundial, acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras”. Essa forma de inserção internacional é o que os mesmos autores chamam de “autonomia da diversificação”, tendo como base não ficar apenas dependentes das relações norte-sul.

Sobre este ponto, as relações do Brasil com mercados mais diversificados se fazem necessárias, tais como a China, a Rússia, além de outros mercados asiáticos. Como pode ser conferido na tabela 6, dentre os maiores mercados importadores de carne suína estão situados nestas regiões.

Tabela 6: Importação Mundial de carne suína (Mil-Toneladas).

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Japão	1.108	1.091	1.269	1.314	1.154	1.210	1.267	1.138	1.150
Rússia	799	707	614	752	835	894	1.053	845	850
México	325	371	458	420	446	451	535	678	685
Estados Unidos	486	538	499	464	449	439	377	378	385
Coreia do Sul	164	163	233	345	410	447	430	390	380
Hong Kong	237	260	285	263	277	302	346	369	370
China	91	124	137	88	53	182	709	270	350
Canadá	91	91	105	139	146	171	194	180	200
Austrália	60	72	82	105	109	141	152	176	195
Ucrânia	2	13	64	62	62	82	238	186	120
Filipinas	31	22	24	23	24	26	46	59	125
Outros	360	531	636	703	920	726	848	842	835
Total	3.769	4.050	4.474	4.740	4.885	5.071	6.195	5.511	5.645

Fonte: Abipecs, 2011

O mercado japonês aparece em primeiro lugar em importações mundiais. Cabe ressaltar que este mercado não compra carne suína catarinense e tampouco do resto do Brasil pelo fato das questões sanitárias. Porém, em entrevista com o vice-presidente da Abipecs, Jurandi Machado⁴⁰, foi apontado que o suíno que este país deseja comprar é da raça Duroc, muito difundida no Brasil no passado, mas com pouca criação nos últimos anos. Em entrevista na Aurora, a visita japonesa à empresa também verificou que se verificar interesse na carne suína, caso concluído, os interesses são da raça Duroc, que possui carne de maior sabor⁴¹.

Em segundo lugar nas importações mundiais, a Rússia é o principal mercado comprador do Brasil. Ao mesmo tempo que existe a dependência deste mercado, o mercado russo é oscilante, com constantes interrupções na importação de carne suína, mesmo de Santa Catarina, com seu *status* sanitário. Em 2011, o mercado russo embargou a carne de três estados do Brasil sendo eles: Mato Grosso, Paraná e Rio

⁴⁰ Entrevista realizada em Dezembro de 2010.

⁴¹ Entrevista realizada em março de 2011.

Grande do Sul. Do mesmo modo, a Ucrânia também embargou a carne suína nestes três estados.

Além disso, a Rússia planeja ser autosuficiente em produção de proteína animal, como vem sendo constantemente anunciado por Medvedev e Putin, respectivamente presidente e primeiro-ministro do país. Em pesquisa realizada nas empresas, foi citado que o plano envolve ser autoficiente pela importância em itens como segurança alimentar e proteção do povo. Porém foram citadas as dificuldades na produção de grãos, pois o país só possui uma safra, diferente do Brasil que consegue obter duas por ano. Outro ponto citado pela empresa foi o fato que as barreiras técnicas impostas pela Rússia fizeram com que Santa Catarina se desenvolvesse para outros mercados, ficando, desta forma, mais preparada para a conquista de novos mercados. Ficando em quinto lugar na produção de carne suína, a Rússia sofre com o clima para a produção da carne.

Outro elemento importante na produção são os custos de produção de cada país. Segundo a Interpig⁴², o Brasil possui o menor custo de produção dos países que formam a rede (1,03 euros/carcaça), enquanto que França e Irlanda possuem os maiores custos (1,52 e 1,47 respectivamente). Como citado, os grãos são fator crucial para a produção de carne suína, e representam 75% dos custos de produção na atividade (INTERPIG, 2010).

No que tange a produção de suínos em nível mundial, a China aparece em primeiro lugar, tendo grande aumento da produção entre os anos 2002 e 2010. Em contrapartida, a sua produção ainda conta com dificuldades nas instalações sanitárias, apresentando ainda atividades de “fundo de quintal”. A União Européia e seu mercado protegido aparece em segundo lugar, ao contrário da China com desenvolvimento tecnológico avançado, principalmente na rastreabilidade, porém com dificuldades em algumas questões sanitárias como será apresentado em capítulo posterior. Os Estados Unidos, por sua vez, abriram o mercado para a carne suína brasileira, entretanto as vendas ainda não se concretizaram. Segundo a Aurora, dificilmente existirá venda para esse mercado, pelo fato de ser altamente competitivo e com enorme

⁴² Rede de instituições de pesquisa, universidades, associações e órgãos públicos dos principais países produtores de carne suína com objetivo de harmonizar as metodologias dos cálculos de produção. Os países integrantes são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Irlanda, Itália, Polônia, Reino Unido e Suécia. Não participam a China e os Estados Unidos. Os dados foram gentilmente cedidos por Marcelo Miele, da Embrapa.

quantidade de subsídios. O Brasil é o quarto no ranking dos produtores como mostra a tabela a seguir.

Tabela 7: Produção mundial de carne suína (mil ton).

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China	41.231	42.386	43.410	45.553	46.505	42.878	46.205	48.905	50.000
União Europeia	21.531	21.712	21.753	21.676	21.791	22.858	22.596	22.159	22.250
Estados Unidos	8.929	9.056	9.313	9.392	9.559	9.962	10.599	10.442	10.052
Brasil	2.565	2.560	2.600	2.710	2.830	2.990	3.015	3.130	3.170
Rússia	1.630	1.710	1.725	1.735	1.805	1.910	2.060	2.205	2.270
Vietnã	1.209	1.257	1.408	1.602	1.713	1.832	1.850	1.850	1.870
Canadá	1.709	1.730	1.780	1.765	1.748	1.746	1.786	1.789	1.750
Japão	1.236	1.260	1.272	1.245	1.247	1.250	1.249	1.310	1.280
Filipinas	1.095	1.145	1.145	1.175	1.215	1.250	1.225	1.240	1.255
México	1.070	1.035	1.064	1.103	1.109	1.152	1.161	1.162	1.161
Coreia do Sul	1.153	1.149	1.100	1.036	1.000	1.043	1.056	1.062	1.097
Outros	5.342	5.329	5.265	5.336	5.504	5.714	5.240	5.219	5.352
Total	88.700	90.329	91.835	94.328	96.026	94.585	98.042	100.473	101.507

Fonte: Abipecs, 2011.

Um dos pontos favoráveis que a suinocultura nacional obteve nos últimos anos foi a qualidade da carne suína exportada. Anteriormente, a maior parte de carne era exportada via carcaça, com pouco valor agregado, como cita o Presidente da Agrocere, Fernando Pereira:” a proporção de quantidade de carcaça exportada é menor do que 15%, a quase totalidade de exportação é de cortes”(SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2011).

Segundo um executivo da Aurora, Hong Kong, compra bastante miúdos, ao passo que a Rússia não quer mais comprar carcaça, sendo que estão comprando mais cortes, tais como pernil, costelinha, carré e paleta. No caso do Japão, caso seja aberto o mercado, adaptações podem ser feitas nas fábricas, devido ao corte diferenciado que o mercado exige, com as peças extremamente divididas, e não peças grandes. Já no Brasil, os produtos da carne suína mais consumidos são *in natura* (37%) seguidos de cortes processados como linguiça (24%) e salsicha (12%) (AGROANALYSIS, 2010, p. 36).

Diante da intensa competição dos mercados no ramo suinícola, dos constantes embargos da Rússia, da não abertura de países como Coreia do Sul, Japão ou blocos como a União Européia, ressalta-se a importância do Brasil firmar acordos internacionais, principalmente os bilaterais.

Os números das exportações de carne suína podem ser verificados na tabela a seguir, mostrando um número considerável de competidores neste ramo, em diferentes partes do mundo.

Tabela 8: Exportação Mundial de carne suína (mil-ton).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	731	779	989	1.209	1.359	1.425	2.117	1.857	2.027
União Europeia	993	1.140	1.302	1.143	1.285	1.286	1.727	1.415	1.700
Canadá	864	975	972	1.084	1.081	1.033	1.129	1.123	1.165
Brasil	590	603	621	761	639	730	625	707	625
China	307	397	537	502	544	350	223	232	250
Chile	59	80	103	128	130	148	142	152	130
México	61	48	52	59	66	80	91	70	80
Austrália	81	77	62	56	60	54	48	40	39
Vietnã	18	12	22	19	20	19	11	13	13
Noruega	0	0	5	3	6	2	1	3	6
África do Sul	2	1	1	1	1	1	4	4	4
Outros	32	64	49	41	34	34	31	25	13
Total	3.737	4.176	4.716	5.006	5.225	5.162	6.149	5.641	6.052

Fonte: Abipecs (2011).

Todos os mercados exportadores acima mostraram curva crescente nas exportações no período analisado com exceção da China, Austrália e Vietnã. Destaque para os Estados Unidos, que praticamente triplicaram as exportações, vendendo, como já citado, para países como México e Japão.

O Brasil, por sua vez, manteve praticamente o mesmo nível de exportação, sendo que poucos mercados foram abertos neste período. Cabe destacar, que após 5 anos de embargo, a África do Sul abriu o seu mercado para a carne suína brasileira.

Diante deste panorama mundial, é possível verificar que países como Estados Unidos, ou blocos como a União Européia, mostram importantes números não apenas nas exportações, mas também no consumo de carne suína. O Brasil, além de ser competitivo com ambos os mercados na questão sanitária, também possui vantagem com os principais exportadores da Europa no que se refere aos custos. Fica evidente a importância dos acordos bilaterais e a resolução dos acordos SPS na OMC.

3.4 SUINOCULTURA E A IMPORTÂNCIA DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Para se compreender a importância do Brasil e da cadeia suinícola especificamente no comércio mundial, é preciso analisar como o país se insere na Divisão Internacional do Trabalho. Neste sentido, os custos de produção e a diversificação de produtos estão diretamente relacionados com a intensidade tecnológica que é utilizada no setor.

Além das vantagens tecnológicas, os custos de produção e produtos diferenciados, ganha importância a Divisão Internacional do Trabalho, e o papel do Brasil no contexto, sempre tentando verificar pelo ponto-de-vista do ramo suinícola, principalmente no aparato da tecnologia. São diversos os autores que abordam tal assunto, tais como Pochmann, Singer, além de autores da Cepal e da análise do sistema-mundo de Wallerstein.

Porém, não existe apenas o conceito de Divisão Internacional do Trabalho. Na análise sobre o trabalho, Karl Marx trabalhara com a denominação de divisão social do trabalho sendo esta compreendida como “a totalidade da forma heterogênea de trabalho útil, que difere da ordem, gênero, espécie e variedade (BOTTOMORE, 1983, p. 112).

Em conceito utilizado por Lênin e bastante ressaltado em nível mundial é o que se refere ao “imperialismo”. Esse conceito é destacado pelo fato de que países com maior força nas relações externas utilizam este poderio de diferentes formas, exercendo a hegemonia em praticamente todas as áreas importantes ao redor do globo (BOTTOMORE, 1988, p. 187).

A relação dos países ditos como “avançados ou atrasados” pode ser situada em outros quesitos, seja no poder bélico norte-americano e sua imensa capacidade de monopolizar os ideais no que compete as relações internacionais e geopolíticas neste item.

Para Lênin, o imperialismo é dado por contornos do capital e sua respectiva acumulação em âmbito global, como pode ser conferida pela citação abaixo dada por Bottomore (1988, p. 187), sobre Lênin:

O imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação.

Outra visão é dada por Parag Khanna, quando este cita que atualmente encontra-se, em nível global, em três níveis de que o autor chama de superpotências. Estas seriam divididas em Estados Unidos, União Européia e China, tendo países como Brasil, México, Argentina, entre outros chamados de “segundo mundo” (KHANNA, 2008).

Pode-se observar, no que tange a agricultura, que as negociações internacionais, a exemplo da Rodada de Negociação da OMC, Doha, são constantemente alteradas e definidas por países que representam o que costuma chamar de “países avançados”, e que de forma bastante evidente interferem na tomada de decisão final no que se refere a Rodada de Doha, ainda inconclusa. Estes países ou blocos, Estados Unidos e União Européia são, em diversos casos, os grandes definidores das políticas internacionais no âmbito agrícola. Entretanto, o Brasil, a partir da década de 2000, teve nova postura, passando de praticamente mero espectador para um grande player no cenário mundial, principalmente tendo em vista a política externa adotada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, como já mencionado.

Não seria exagero citar que existe, atualmente, um imperialismo do aval da União Européia sobre as questões agrícolas, e que implicam diretamente nas diretrizes da suinocultura em termos globais. A busca do “padrão” para exportação. Entre as empresas entrevistadas, duas citaram que o aval europeu para exportação de carne suína é de extrema importância. Este “carimbo” também foi citado por associações que representam a suinocultura catarinense e brasileira, verificada nas entrevistas de campo.

Ora, a história e a cultura da carne suína na União Européia são fatores evidentes tal importância que itens como segurança alimentar cada vez ganham mais espaço, desta forma sendo compreensível a atuação do bloco. Entretanto, a necessidade do aval europeu dificulta todo e qualquer tipo de venda não apenas para a União Européia, mas

para países com alta importância compradora como Coreia do Sul e Japão. Sabe-se que nas Relações Internacionais, não apenas itens ligados a agricultura são o que estão “na mesa” de discussão, envolvendo os mais diversos ramos, tais como aviação, fertilizantes, além de outros itens que são ligados a agricultura, como pode ser citado o algodão no embate entre Brasil e Estados Unidos.

As análises sobre a Divisão Internacional do Trabalho recorrem a elementos que tentam posicionar as nações em países desenvolvidos e países de periferia. Entre os fatores centrais para o desenvolvimento do país a tecnologia adotada nos produtos e maquinarias é um dos fatores preponderantes. Em outro ponto, a extrema dependência de exportação de produtos primários seria maléfica para a nação.

Sob o aspecto da Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil leva vantagem no que tange os custos de produção na cadeia suinícola mundial, como levantados no tópico anterior, tendo produtos de qualidade com baixo custo, se comparado aos países da União Européia. Além de fazer frente no campo tecnológico, que são as bases para a melhor competitividade do setor não transformar a economia em dependente de importação tecnológica de outras partes do globo. No que se refere ao posicionamento das relações exteriores, as estratégias de diversificar mercados foram bem-vindas, com a maior aproximação de mercados como o chinês, devido a dependência do mercado russo nas exportações.

A Divisão Internacional do Trabalho está intensamente ligada às revoluções tecnológicas, como aponta Lima (2007, p. 64). Na pauta dos avanços tecnológicos, o Brasil atualmente exporta tecnologia para países como a Venezuela, através da Embrapa, além das parcerias já citadas com Estados Unidos e Europa, não ficando a mercê das inovações, ou dependente de tecnologia de outros locais.

Outro fator relevante é de onde provem a “nacionalidade” das empresas do setor em estudo. Na suinocultura brasileira, as principais empresas são de capital nacional, tais como a BRFoods (composta por Perdigão e Sadia), a Aurora, que é formada por diferentes cooperativas. A Seara Alimentos, em contrapartida, que já foi de capital nacional, agora pertence ao grupo norte-americano Marfrig. Com foco no mercado bovino, mas com participação em diversos setores, entre eles a suinocultura, a JBS-Friboi é de capital brasileiro. No ramo avícola, a Macedo Koerich, então de capital brasileiro, foi adquirida pela Tyson Foods, dos Estados Unidos.

Lima (2007, p. 66) chama a atenção para a tecnologia, o que o autor chama de revolução-científica-tecnológica, tendo como base a

produção intensiva, a automação, a pesquisa, entre outros. Segundo o autor, essa revolução alterou o desenvolvimento capitalista, e transformaram a indústria mundial.

Para Singer (1987), existe um conjunto de países que a partir da segunda metade do século 19 se transformaram em “centro industrializados da Divisão Internacional do Trabalho, situados no Hemisfério Norte, sendo compostos pela Europa Ocidental, países da América do Norte e o Japão. Isto posto, outros ficaram localizados na periferia, centrados apenas em produtos primários (alocados ou em alimentos ou matérias-primas), voltados para o mercado externo. Sendo assim, o mundo estaria dividido em países exportadores de produtos industriais e em outra esfera em exportadores de matéria-prima (SINGER, 1983, p. 107).

Porém, na década de 1960, a Divisão Internacional do Trabalho, ganhou nova forma com a inserção de novos países antes vistos como mais atrasados na industrialização que a partir deste período iriam participar de maneira mais ativa na economia internacional (SINGER, 1983, p.110). Segundo Singer, isso não implica em dizer que países antes menos competitivos estariam equiparados a países como Estados Unidos e Japão.

Na análise do Sistema-mundo, formatada por Wallerstein, o papel do Estado é crucial, sendo este o centralizador das ações. Para Voigt (2007, p. 111) “o moderno sistema mundial entendido como uma economia mundo capitalista possui múltiplos centros políticos, ou seja, diversas unidades políticas que disputam a hegemonia do sistema como um todo: os Estados.”

Ainda para Wallerstein a influência européia no sistema mundial é encontrada em grande escala, formando o que o autor irá chamar de geocultura européia: a “história do sistema-mundo moderna, tem sido em grande parte, a história da expansão dos povos e dos estados europeus pelo resto do mundo (WALLERSTEIN, 2007, p. 29).

De fato, trazendo para o âmbito agrícola, a influência agrícola no mundo é cada vez mais forte, sendo que muitas das diretrizes no mercado agrícola necessitam do aval europeu.

Outra abordagem importante no que se refere a Divisão Internacional do Trabalho é elaborada pela CEPAL, com seu conceito de centro-periferia. Segundo Bielschowsky (2000, p. 16):

Centro-periferia é o conceito fundamental da Cepal. É empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico da economia mundial e para explicar a distribuição dos seus ganhos. De acordo com esse conceito, a Divisão Internacional do Trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente de estágio de desenvolvimento.

Com os conceitos acima citados sobre a Divisão Internacional do Trabalho, pode-se concluir que no caso brasileiro a economia já foi exportadora de produtos sem nenhum valor agregado, vivendo de ciclos exportadores de matéria-prima, como o ciclo do café. Como passar dos anos as manufaturas ganharam espaço, e mais recentemente na última década o país passou a investir mais em tecnologia. No que se refere a tecnologia, a Embrapa, com o PAC-Embrapa, recebeu mais investimentos, podendo participar mais da produção de inovações em nível mundial. Entretanto, a influência da Europa na tomada de decisões em âmbito mundial ainda é foco de desequilíbrio na agricultura mundial.

4 ESTRUTURA PRODUTIVA DAS REGIÕES EM SANTA CATARINA

O objetivo deste capítulo é apresentar a estrutura de produção da suinocultura em Santa Catarina. Inicialmente, expõem-se as estruturas ligadas a Microrregião de Concórdia, que neste capítulo será objeto de estudo mais profundo. Definidas as estruturas desta Microrregião, as demais regiões que possuem unidades produtivas, ou que sejam importantes na criação de suínos também são objetos de estudo, de forma breve, sempre utilizando a localização geográfica definida pela CIDASC como ADR's (Agências de Desenvolvimento Regional) cada uma com seus municípios integrantes. Neste capítulo são apresentados os resultados das entrevistas com as empresas, associações, e autoridades públicas sobre a importância da infraestrutura na suinocultura catarinense, além do papel das empresas públicas como Cidasc, Embrapa e Epagri.

4.1 MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA E A ESTRUTURA PRODUTIVA

O processo de desenvolvimento econômico e histórico da Microrregião de Concórdia, mais especificamente da cidade de Concórdia está intimamente ligado à agricultura e as empresas que fazem parte da região. A colonização de origem alemã, mas principalmente italiana e a migração de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina foi elemento crucial para a Microrregião, seja em aspectos econômicos com as indústrias seja no aspecto cultural. O chimarrão, bebido em grande quantidade no estado gaúcho é peça freqüente nas residências das pessoas que habitam a região que circunda Concórdia.

A criação de porcos no oeste catarinense antecede à chegada dos imigrantes, por toda a parte, o que tirou por vezes muitas famílias da maior pobreza, foi a criação de porcos- do- mato (ACCS, apud Queiroz, 2009). A suinocultura foi uma das grandes responsáveis pela expansão e modernização da indústria do Estado a partir da década de 1940, elevou o setor alimentício à liderança da arrecadação estadual e foi mola propulsora para a riqueza oestina, onde se estabeleceram os maiores complexos agroindustriais do país (ACCS, 2009).

Na Microrregião de Concórdia, estão localizadas duas das mais importantes empresas da agroindústria do Brasil, e com extrema participação no comércio internacional, na comercialização de carne

suína, bovina e de aves. A Sadia, localizada em Concórdia, e a Seara/Marfrig⁴³, situada em Seara. Tendo em vista a grande geração de empregos, ambas participam ativamente, seja de forma direta ou indireta da economia local, que além dos empregos possui efeito multiplicador também para os produtores que vivem na Microrregião. O comércio local é intensamente afetado pelo número grande de colaboradores que as empresas possuem, assim como a importante arrecadação de impostos etc.

Na tabela 9, pode-se verificar que a cidade de Concórdia é a que possui a maior população com enorme vantagem sobre as demais cidades, representando 48% do total. Em seguida, vem a cidade de Seara, com 17.827 mil habitantes.

Tabela 9: População dos municípios da Microrregião de Concórdia.

Município	População
Alto Bela Vista	2.071
Arabutã	4.048
Arvoredo	2.241
Concórdia	70.393
Ipira	4.771
Ipumirim	7.400
Irani	9.754
Itá	6.552
Lindoia do Sul	4.662
Paial	1.830
Peritiba	2.977
Piratuba	4.446
Presidente Castello Branco	1.779
Seara	17.827
Xavantina	4.316
Total	145.067

Fonte: FIESC (2010).

⁴³ Infelizmente, os dados sobre esta empresa não são encontrados com a maior facilidade como o material da Sadia.

Como já ressaltado a atividade agrícola é intensa na Microrregião. Não apenas na criação de suínos, mas também com presença no cultivo de milho, mandioca, na criação de aves, e também na produção de leite. Mesmo diante de um setor como o de serviços que cresce as atividades ligadas à agricultura são base para as demais na Microrregião.

Para Clemente (2000, p. 18) “as microrregiões resultam da subdivisão das mesorregiões⁴⁴ em espaços que apresentam especificidades, basicamente relacionadas à produção”.

A Microrregião de Concórdia é a principal no que tange o abate de suínos tendo participação de 29,3%, seguido da Microrregião de Joaçaba com 16,1% (SÍNTESE AGRÍCOLA, 2008). Já na avicultura a Microrregião de Concórdia detém 13,3 % do número de abates, sendo o terceiro maior do Estado, sendo precedido pelas Microrregiões de Chapecó com 20,7% e Joaçaba com 20,8% (SÍNTESE AGRÍCOLA, 2008) mas à frente de Microrregiões importantes como a de São Miguel do Oeste e Xanxerê.

A principal empresa na Microrregião de Concórdia tendo como um dos produtos principais a carne suína é a Sadia. Com fundação em 7 de Junho de 1944, a Sadia passou de uma empresa local, com nascimento em Concórdia, para décadas mais tarde se tornar umas das empresas líderes de venda no Brasil e no mundo. A trajetória inclui moinhos de trigo, venda de banha, exportação de aves e suínos.

Para Osório Furlan (1998, p. 81) no livro “Uma Vida”, o autor destaca a importância da cidade de Concórdia, a importância da localização da cidade e os aspectos que levaram a implementação da empresa no local.

O lugar escolhido era ideal para receber novos empreendimentos. Embora tivesse sido emancipado havia apenas uma década, Concórdia já se destacava como um dos municípios mais prósperos do Estado de Santa Catarina. Para tanto, muito contribuiu o trabalho dos pioneiros gaúchos que ali se fixaram. A cidade contava com pouco mais de duzentas casas para abrigar seus cerca de 2 mil moradores....no solo fértil de seus vales e encostas, aqueles descendentes de italianos e

⁴⁴ Para Clemente (2000, p. 18) “as mesorregiões são estabelecidas com base no conceito de organização espacial e, em seguida, desmembradas em microrregiões”.

alemães obtinham resultados animadores no cultivo de milho, trigo, feijão, mandioca, batata e fumo, assim como na criação de suínos.

De fato, a empresa se posicionara inicialmente em local que daria início de forma sólida aos empreendimentos de Attilio Fontana. Todavia, o Sr Attilio, como era chamado, não contava apenas com sua criatividade e trabalho. É importante verificar que além das mãos do fundador da Sadia, o mesmo também contava, com o passar dos anos e dos desafios, com profissionais capacitados, de acordo com os desejos da empresa. Um dos mais importantes foi Victor Fontana, sobrinho de Attilio Fontana, formado em Química Industrial.

Como descreve o próprio Attilio (1998, p. 134) “sua presença e assistência a nossa criação de porcos, mas principalmente porque introduziu em nossa indústria um padrão de higiene tão elevado que nos permitiu obter bons produtos sem perdas”.

Isso posto, o sucesso de Attilio e, por conseguinte, da Sadia seria construído com a ajuda de outras pessoas capazes de atuar em diferentes setores da empresa. A escassez de mão-de-obra qualificada não é apenas sentida nos tempos atuais, em que o Brasil vive ótimo momento econômico, mas já fora sentida em outros períodos, como na década de 1940, quando Attilio Fontana teve que importar pessoas para a realização de alguns trabalhos, como cita Furlan (1998, p. 102), “a distante província de Vicenza, na região do Vêneto, na Itália, foi um dos celeiros a fornecer profissionais para a Sadia. É que no início das suas atividades, Attilio Fontana trouxe de lá alguns parentes e amigos com as respectivas famílias”.

A ligação da empresa com os suinocultores também foi alterada com o passar dos anos. Costumava-se utilizar suíno do tipo banha, com alto percentual de gordura e pouquíssima carne. Diante disso, a genética ganhou espaço e deu a suinocultura um impulso necessário no que tange a qualidade da carne. Como trata Furlan (1998, p. 79) “Os suinocultores produziam animais sem raça definida, com muita gordura, exageradamente gordos e pesados, com pouca carne. Era preciso mudar todo o sistema, passando os suinocultores a produzir animais de raças melhoradas”.

A qualidade dos produtos que a Sadia buscou não são apenas fruto da corrente do comércio internacional. Em 1948, a preocupação com os níveis de qualidade serem adotados ocuparam diversos setores da empresa, inclusive nos armazéns, como relata Victor Fontana apud Pereira (2006, p. 76) no trecho a seguir:

No armazém encontravam-se estocadas cerca de setecentas caixas (de banha de porco) de sessenta quilos cada uma. E o pior é que as novas produções continuavam apresentando defeitos, eram embarcadas e acabavam retornando para Concórdia, por vagão ferroviário, desmerecendo fortemente a marca Sadia.

Em um ambiente que se tornaria altamente competitivo com mercados cada vez mais distantes, como por exemplo, São Paulo, a acumulação de capital para a empresa foi crucial. Para Harryson da Silva (1991, p.40) “as atividades comerciais desenvolvidas inicialmente por Fontana proporcionaram a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento da primeira empresa do Grupo Sadia em Concórdia, em 1944”.

Nos dias atuais, a competição em nível de qualidade por empresas nacionais e internacionais externo faz com que a busca de lucros seja cada vez mais forte em diferentes mercados. A acumulação de capital por si só não basta para que a indústria seja de fato competitiva lá fora. Um dos pontos que mais preocupa as empresas situadas na Microrregião de Concórdia é o acesso a mão-de-obra qualificada⁴⁵.

Com preocupação voltada para a mão-de-obra mais eficiente tem-se mais um ponto a ser destacado para alavancagem da produção suinícola na Microrregião de Concórdia foi com a criação da Associação Rural dos Agricultores, visando a melhoria na assistência técnica na atividade, com presença de veterinários liderados *a priori* por Victor Fontana. A idéia surgiu de Atílio Fontana em 1951 (ACCS, 2010, p. 35). Segue ACCS (2010, p. 40):

A Sadia preferiu inicialmente apostar na parceria com pequenos produtores e contava com apoio da Associação Rural na difusão de técnicas que proporcionassem melhoria na qualidade da matéria-prima. Em 1951, Atílio Fontana instalava no interior de Concórdia a Fazenda Santa Luzia,

⁴⁵ “A dificuldade é muito grande em todos os setores, tanto industrial como no comércio e serviços. Estamos com enormes dificuldades para contratar trabalhadores qualificados”. Entrevista com profissional da FIESC Alto Uruguai, Abril de 2011.

com objetivo de conquistar colonos para o desenvolvimento na criação de suínos. Os primeiros agricultores eram familiares do empresário, oriundos da Itália.

Em entrevista a Revista Feed Food, Furlan lembra Atílio Fontana “Lembro que muitas vezes o vento trazia aquele vento característico do abatedouro para casa e minhas tias reclamavam do odor. Meu avô dizia: cheiro de dinheiro” (FEEDFOOD, 2010, p. 25).

No ano de 2009, é criada a BrasilFoods, que utiliza a nomenclatura BRFoods, com mais de 100.000 funcionários, resultado da união da Sadia e Perdigão⁴⁶. Para o presente trabalho utilizou-se as marcas da empresa em separado, tendo destacado as unidades produtivas que a Perdigão e a Sadia possuem separadamente.

Outra agroindústria importante na Microrregião de Concórdia com unidade na cidade de Seara é a Seara/Marfrig. Desde 2009, a empresa é controlada pelo conglomerado Marfrig, mantendo a marca Seara Alimentos em diversos produtos.

A Seara foi comprada pelo grupo Marfrig no ano 2009. Juntas, terão a capacidade de abater mais de 10.000 cabeças de suínos por dia, com desempenho 148% maior caso a Marfrig atuasse sozinha, com abate em torno de 4.000 cabeças por dia (RELATÓRIO ANUAL, 2009).

Segundo a empresa, em seu Relatório Anual (2009):

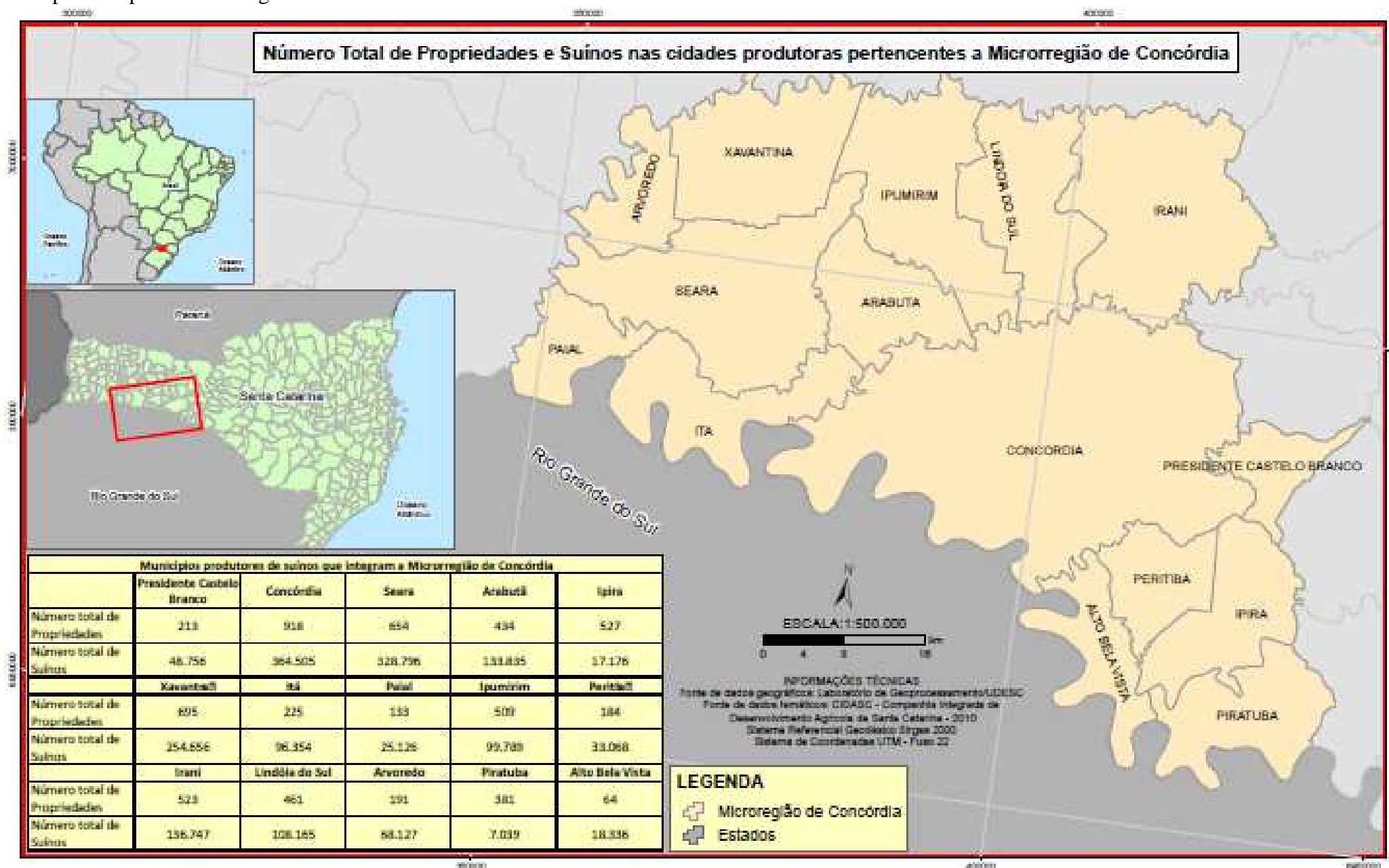
Com esse negócio, a Marfrig ampliará os acessos às maiores redes varejistas e de *food service* do Brasil, estendendo o portfólio de produtos e a carteira de clientes. A absorção da Seara ainda contribui para ganho de espaço nas gôndolas e amplia o acesso da Marfrig a importantes mercados internacionais, entre eles Japão, China, Oriente Médio, Europa e África do Sul.

A seguir é inserido o mapa 4 da Microrregião de Concórdia, que é composta por quinze municípios, fortemente baseados na agricultura, pecuária e outras atividades voltadas no campo. No mapa está localizada além da Microrregião de Concórdia, a localização desta no Estado de

⁴⁶ Houve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no que se refere a BRFoods em 2011. Entretanto, na presente dissertação trabalha-se com Sadia e Perdigão (quando estas são citadas) de forma separada.

Santa Catarina, onde parte da mesma faz fronteira com o Rio Grande do Sul. Também está inserido no mapa a localização de Santa Catarina no Brasil, além das escalas da Microrregião de Concórdia. Verifica-se que o município de Concórdia é o maior no que tange ao tamanho da área, seguido do município de Seara.

Mapa 4: Mapa da Microrregião de Concórdia.



Outro item na economia de Concórdia e a sua Microrregião é a cadeia do milho. Fonte importante de alimentos dos animais da região o cultivo do milho teve aumento de 72% entre os anos de 2005 a 2007 (SÍNTESE AGRÍCOLA, 2008).

A base dos insumos da suinocultura é o milho⁴⁷, que tem sua origem em municípios da região Oeste do Estado, como Abelardo Luz e Xanxerê, além de municípios como Concórdia, com alta produção. Entretanto, Santa Catarina não é auto-suficiente na produção de milho, tendo que comprar o produto do Paraná e Mato Grosso⁴⁸. Este item será destacado adiante, com seu respectivo preço aplicado em Santa Catarina.

Importante ressaltar a importância do setor no que tange ao número de empregos em diferentes ramos na própria cadeia da suinocultura. São 62 granjas registradas na Associação Catarinense de Criadores de Suínos, ACCS, como produtoras de reprodutores puros e cruzados (RELATÓRIOS ACCS, 2008).

O número de propriedades que exercem a suinocultura na Microrregião de Concórdia é bastante considerável, como podemos observar na tabela 10, mostrando os municípios de Concórdia e Seara com maior número de propriedades, muito pelo fato de serem cidades com empresas importantes com unidades industriais, no caso a Sadia, em Concórdia e a Seara Alimentos, em Seara.

Cabe ressaltar que os produtores também são atingidos indiretamente ou diretamente por normas internacionais no setor suinícola sejam elas velhas ou novas no que tange a medidas. Normas sanitárias, de bem-estar animal (principalmente no que se refere a transportes) e recentemente em questões ambientais são citadas pelos proprietários.

Na tabela 10 verifica-se que dentro da Microrregião de Concórdia estão inseridos nada menos que 6.112 propriedades⁴⁹ e 1.740.475 suínos reforçando cada vez mais a importância da atividade no contexto da região. A cidade com maior número de propriedades é Concórdia, seguida de Seara, ambas possuem unidades importantes das empresas Sadia e Seara/Marfrig. Produtores de outras cidades são importantes

⁴⁷ Outro insumo importante é a soja, mas o milho é a fonte principal de insumos na cadeia suinícola.

⁴⁸ Entrevista com Wolmir de Souza, ex- Presidente da Associação Catarinense dos Criadores e Suínos, 2010.

⁴⁹ Lembrando que são excluídas as propriedades com granjas de subsistência, calculando apenas as granjas comerciais.

também, pelo fato de, na maioria dos casos, deslocarem seus animais para estas empresas.

Tabela 10: Número de Propriedades e de suínos na Microrregião de Concórdia 2011.

Município	Propriedades	Número de Suínos
Alto Bela Vista	64	18.336
Arabutã	434	133.835
Arvoredo	191	68.127
Concórdia	918	364.505
Ipira	527	17.176
Ipumirim	509	99.789
Irani	523	136.747
Itá	225	96.354
Lindoia do Sul	461	108.165
Paial	133	25.126
Peritiba	184	33.068
Piratuba	381	7.039
Presidente Castello Branco	213	48.756
Seara	654	328.796
Xavantina	695	254.656
Total	6.112	1.740.475

Fonte: CIDASC, elaboração do autor (2011)

Em sua divisão, os suinocultores estão estabelecidos em integrados⁵⁰, tais como os da Sadia, independentes e granjas de melhoramento genético, tal como a granja da BrasilFoods em Concórdia. Os suinocultores independentes não estão vinculados diretamente a determinada empresa, possuindo maiores dificuldades na criação de suínos e na manutenção das atividades. As granjas de

⁵⁰ Para Luis Carlos de Carvalho Junior (1997, p.214) “o sistema de integração funciona através do fornecimento por parte das empresas matrizes, ração, medicamentos, e assistência técnica e veterinária, o produtor fica responsável pela criação dos animais que são transferidos às empresas para o abate”.

melhoramento genético são, na verdade, multiplicadoras de animais para reprodução. Estas multiplicam o material genético. Pode-se citar, na Microrregião de Concórdia, a presença da Granja Bagdá.

No que tange a Microrregião de Concórdia, esta é beneficiada pela ótima localização da Embrapa, das unidades de atendimento sanitário da Cidasc e de outros serviços públicos importantes, tais como a Epagri. Além disso, os produtores locais sejam eles integrados, independentes ou de granjas de melhoramento genético são atendidos pela ACCS, (com sua representatividade no setor para os criadores de suínos) com sede no município de Concórdia.

Nos itens a seguir serão destacados outras regiões de Santa Catarina na produção de suínos e as suas respectivas unidades das agroindústrias. Ainda neste capítulo serão incluídos os detalhes da importância das empresas públicas em Santa Catarina como um todo, incluindo a Microrregião de Concórdia.

4.2 DEMAIS MICRORREGIÕES IMPORTANTES NA SUINOCULTURA CATARINENSE

Existem pelo menos outras sete regiões em Santa Catarina importantes para a suinocultura no que tange a criação e industrialização da carne. Neste item, elas são compreendidas como Administrações Regionais da Cidasc – ADR, nomenclatura utilizada pela Cidasc para a divisão das regiões no estado.

Pode-se citar as ADR's de Chapecó, Videira, Rio do Sul, Tubarão, Joaçaba, Campos Novos, Caçador e São Miguel do Oeste. Lembrando que na ADR de Tubarão está localizada a cidade de Braço do Norte, importante pólo dedicado a produção de molduras, mas que a cada dia ganha mais espaço na criação de suínos.

Uma das localizações mais conhecidas em Santa Catarina e no Brasil pela intensa criação e industrialização de carne suína é a ADR de Videira. Situada no Vale do Rio do Peixe, possui a Perdigão como uma das indústrias mais fortes e reconhecidas do Brasil e, também por sua inserção no comércio mundial.

Da mesma forma que a colonização de Concórdia e o surgimento da Sadia baseou-se em parte da imigração, a influência da Perdigão está intimamente ligada à colonização italiana. A família Brandalise, tradicional na cidade, fundou a companhia. Se por um lado a família de

Attilio Fontana tinha origem em Vicenza, a família Brandalise provinha de Treviso, ambas na Itália. Segundo ACCS (2010, p. 26):

A família Brandalise, descendente de imigrantes italianos e que daria origem a Perdigão, chegou na região em 1921 e, dois anos depois, viria a fundar um pequeno comércio na então chamada Vila Perdizes. Nessa época, já funcionava um abatedouro que atendia o consumo local. Perto dali, em Rio Bonito (atual Tangará), havia uma casa comercial e um abatedouro pertencente a família Ponzoni, que dez anos mais tarde viria a se associar aos Brandalise e a incorporar o outro abatedouro então existente. É dessa sociedade que, em 1940, surge a Perdigão.

Na região de Videira estão localizadas 1.201 propriedades que contam com 755.459 suínos, que por sua vez são atendidos pela estrutura da Cidasc no que se refere à defesa sanitária. Como citado anteriormente, Perdigão e Sadia uniram forças formando a Brasil Foods.

Nos dias atuais, além de Videira a Perdigão possui unidades com processamento de carne suína nas cidades de Salto Veloso, frigorífico adquirido em 1977, Herval do Oeste, Capinzal e na serra catarinense no município de Lages.

Isso posto, a ADR de Chapecó é berço de umas das mais pujantes empresas ligadas a suinocultura em Santa Catarina: a Aurora. Antes, porém, cabe destacar o Frigorífico Chapecó, que fora extinto em 2005.

Por sua vez, além de trabalhar no ramo suínico, a Aurora atua no mercado de aves e produtos lácteos. Segundo o site da empresa:

Uma história que começou em 1969, quando 18 homens representando 8 cooperativas se uniram para formar a Cooperativa Central do Oeste Catarinense- Aurora Alimentos...hoje são 15 cooperativas filiadas, que representam mais de 70 mil famílias de produtores rurais.

Além de possuir unidades industriais no estado, a Aurora possui unidades em Mato Grosso do Sul, na cidade de São Gabriel do Oeste, e no Rio Grande do Sul estão localizadas unidades nos municípios de Erechim e Sarandi.

Nesta região estão localizadas 1.760 propriedades contando com cerca de 868.746 suínos, o segundo maior de Santa Catarina, apenas atrás da Microrregião de Concórdia. Lembra-se que a região está situada próxima de um dos maiores pólos de cultivo do milho, na região de Xanxerê.

Por fim, a região ainda conta com o Parque Industrial, na cidade de Chapecó, tendo sido estabelecido inicialmente com foco na agroindústria, mas também contando com presença nos ramos de plástico, biotecnologia e industrialização de carnes etc (CÂMARA et al, 2002, p. 281).

Por outro lado, não apenas a região oeste conta com unidades industriais, ou suas respectivas matrizes instaladas naquela região. No Alto Vale do Itajaí encontra-se o Frigorífico Riosulense Pamplona. Embora conte uma unidade industrial em Presidente Getúlio (oeste do estado) a empresa está estabelecida em Rio do Sul e ainda atua em Laurentino, também situada no Alto Vale do Itajaí. Segundo o site da empresa:

A Empresa teve sua origem no município de Agronômica no estado de Santa Catarina, sob o nome de Açougue Riosulense Ltda., e dedicava-se exclusivamente ao abate e comercialização de carnes bovina. O empenho em crescer e a necessidade de fornecer produtos sempre com qualidade e atendimento diferenciado, fez este casal empreendedor acreditar que seria possível também a comercialização de carne suína. Com o ideal de crescer e inovar, que no ano de 1969, transferiu-se para a cidade de Rio do Sul/SC, com modernas e novas instalações para a época, passando então a utilizar nova denominação social: Frigorífico Riosulense Ltda.

Na região de Rio do Sul, as propriedades atingem o número de 986, e o saldo de suínos para comercialização está em torno de 475.008. A empresa Pamplona está situada próxima a BR-470, tendo transporte mais facilitado para os portos de Santa Catarina, como os localizados em Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba, além dos portos do Paraná, como Antonina e Paranaguá.

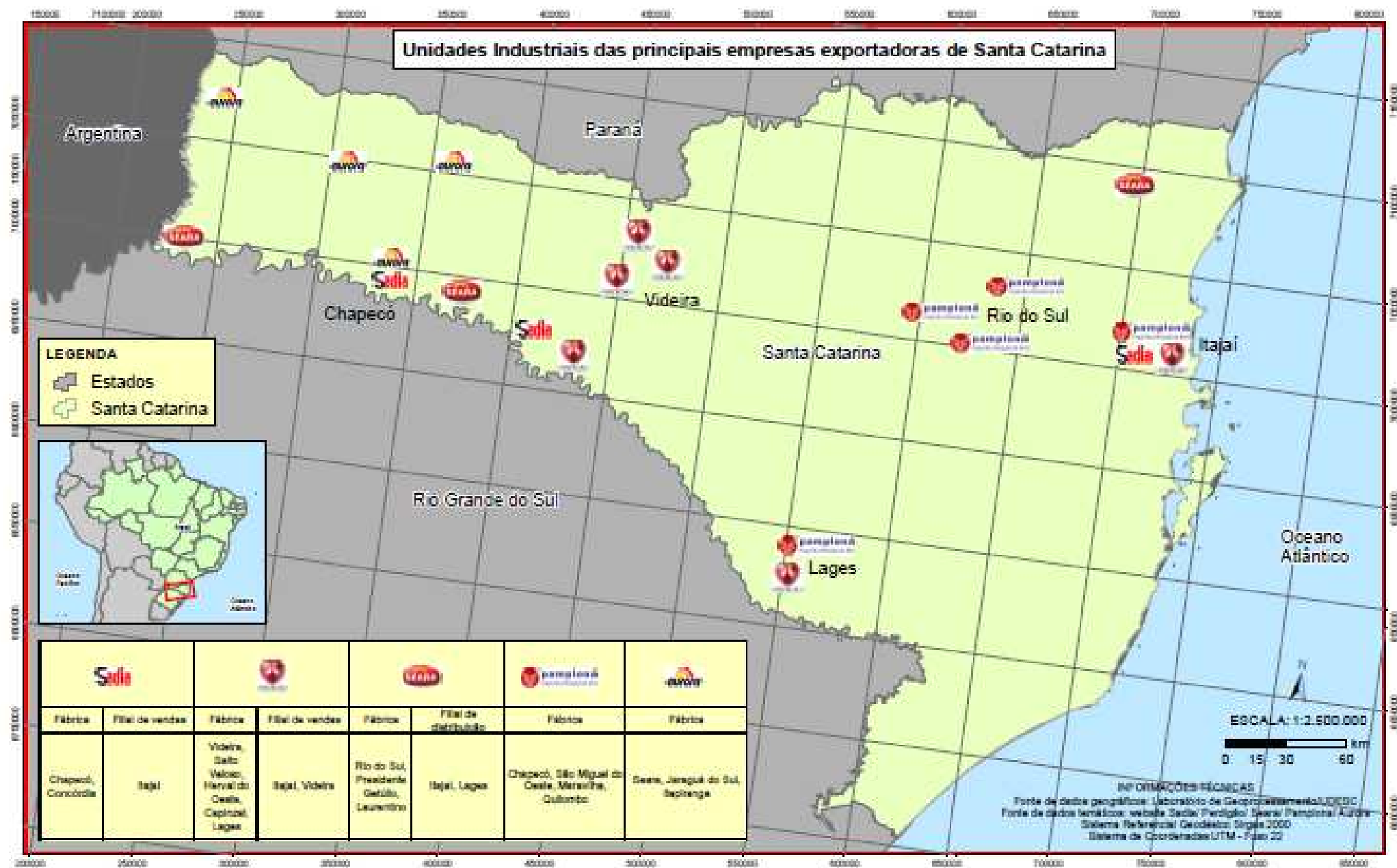
Por fim, outras regiões do estado são importantes no que tange a suinocultura como a ADR de Campos Novos, onde existe forte deslocamento da suinocultura, do oeste para a região mais central. Já na

ADR de Tubarão, principalmente na cidade de Braço do Norte como já exposto, incrementa 1.382 propriedades suinícolas e são nada menos que 686.996 suínos a disposição na região.

No mapa 5 a seguir estão localizadas as unidades industriais das principais empresas exportadoras de Santa Catarina no que se refere a suínos. Não estão localizadas plantas com destino a aves ou outros produtos como carne bovina e a linha de lácteos, embora algumas unidades trabalhem com os ramos em mesmas cidades, como é o caso da Sadia, Perdigão e Aurora.

O posicionamento das empresas é bastante nítido na região oeste, sendo que a região sul do estado possui poucas unidades. Com relação a empresa Aurora, esta possui uma unidade de extrema qualidade tecnológica na cidade de Chapecó, no que tange a produção de suínos e na cidade de Pinhalzinho na produção de leite, com processo de rastreabilidade sendo intensamente disseminado na cultura da empresa.

Mapa 5: Unidades industriais das principais empresas exportadoras de Santa Catarina, 2011.



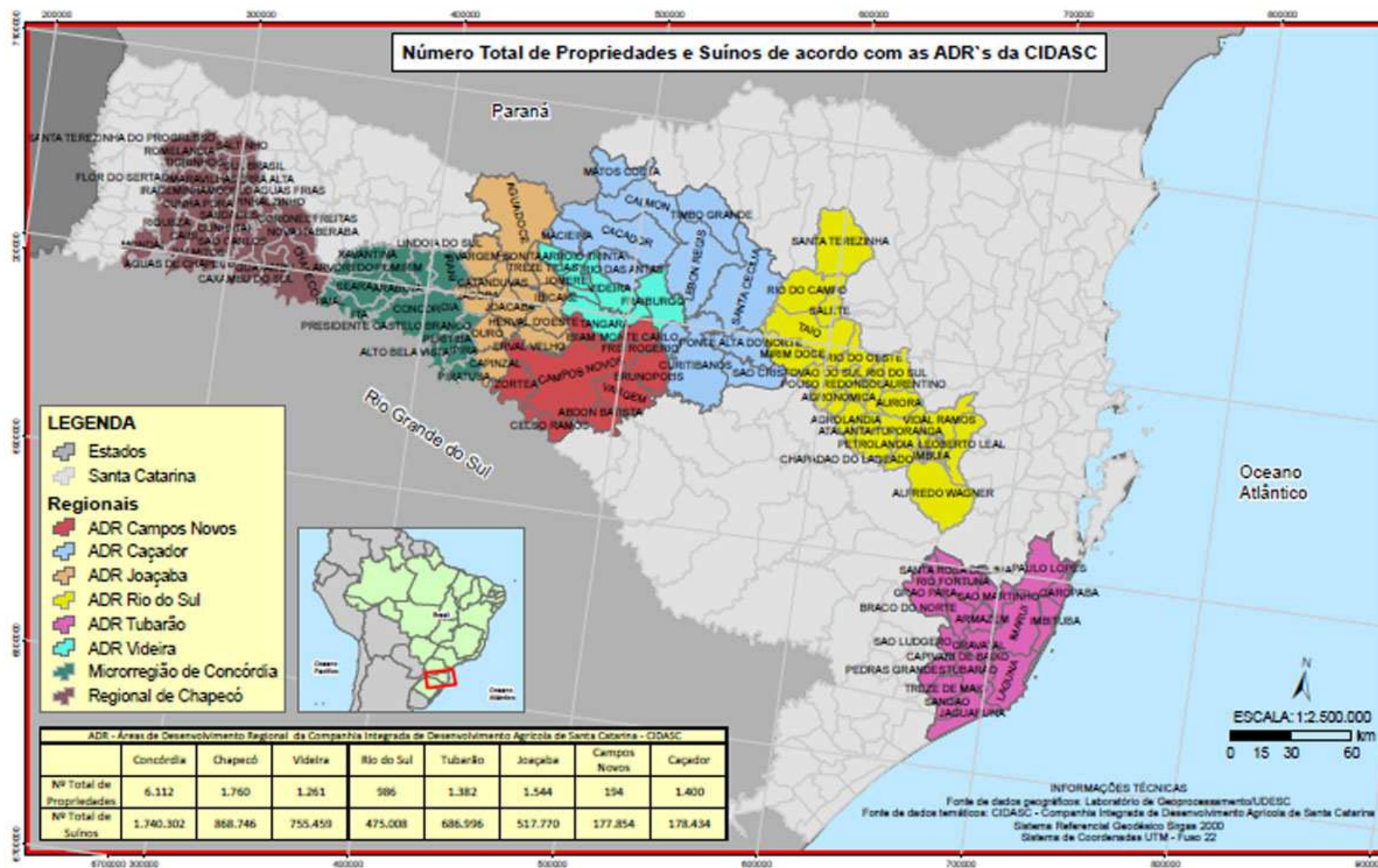
Na região oeste de Santa Catarina, apenas a Pamplona não possui unidade de processamento de suínos, tendo como foco a Região do Alto Vale do Itajaí. Cabe ressaltar que o frigorífico Pamplona possui filial de vendas em Lages.

A Sadia atua em dois municípios com unidades em Concórdia e Chapecó, com filial de vendas em Itajaí, pela evidente proximidade do porto de Itajaí. A mesma estratégia pode ser verificada pela Perdigão, com unidades industriais em Salto Veloso, Herval do Oeste, Capinzal e Lages. Com a criação da BrasilFoods, o fato de ambas empresas possuírem filiais de venda em Itajaí pode ser um ganho de competitividade em razão da diminuição de custos para manter apenas uma unidade de venda.

A Seara Alimentos atua em duas regiões diferentes sendo no oeste em Seara e Itapiranga e no Vale do Itajaí na cidade de Jaraguá do Sul. A Aurora Alimentos, por sua vez, atua de forma sólida no oeste do estado, tendo fábricas em Chapecó, São Miguel do Oeste, Maravilha e Quilombo. A empresa estuda ainda implantar uma fábrica para processamento de suínos em Campos Novos.

No mapa 6, são demonstrados o número de propriedades de suínos e o respectivo número de suínos de cada ADR. Nota-se a intensa presença de propriedades em Concórdia, com quase dois milhões de suínos, espalhados em mais de 6 mil propriedades. Interessante verificar que a população da Microrregião está em torno de 145 mil pessoas, gerando uma proporção de mais 11 suínos por habitante. Como já verificado, a crescente criação de suínos é destaque para a ADR de Tubarão, com mais de 680 mil suínos. Em segundo lugar está a ADR de Chapecó, com mais de 860 mil suínos. Outras regiões possuem criação menor, como Campos Novos e Caçador.

Essa distribuição com grande número de propriedades ao longo de significativa parte do estado faz com que as barreiras sanitárias da Cidasc, que a infra-estrutura rodoviária sejam cada vez mais testadas. A grande concentração de produção na região oeste é presente, pelas características já citadas como a tradição da cultura suinícola.



4.3 IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO E DA LOCALIZAÇÃO NA SUINOCULTURA EM SANTA CATARINA

Na presente seção serão abordados os temas destinados ao fator locacional e do espaço e como estes são relevantes para a agroindústria de Santa Catarina. Foi dada a importância do posicionamento das agroindústrias e como estão favorecidas pelas empresas públicas estarem próximas de suas respectivas unidades e produtores.

Quando se trata de aspectos culturais, sociais ou econômicos as palavras como espaço, território, região, localização sempre vem à tona e são considerados imprescindíveis para o entendimento de determinado assunto. É no espaço que as atividades sociais e econômicas acontecem, geram riqueza ou empobrecem, erigem sucesso ou guerra. A ocupação do espaço é ainda mais rica em detalhes quando se trata de agricultura, agroindústria ou *agribusiness*.

O homem se utiliza dos meios que a natureza nos apresenta, utiliza as técnicas por ele trazidas ao longo dos séculos e que a cada dia estão mais aprimoradas, especialmente quando refere-se a suinocultura, bovinocultura, avicultura, cultivo de frutas como uva, laranja, entre outros.

No mesmo espaço onde são absorvidas estas novas técnicas, ocorrem as dificuldades das mais diversas formas: transportes, meio ambiente, utilização de insumos, escassez de água e energia. A geografia, no que tange os estudos na área de geografia econômica são disciplinas obrigatórias para a compreensão das atividades dadas em um espaço estudado.

Ao citar o conceito de espaço, Santos (2002, p. 100) trabalhou exaustivamente na busca do conceito correto para o mesmo. Para o autor o espaço é resultado da “inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”. Ainda sobre espaço Santos (2002, p. 63) afirma:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único que a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos.

Os objetos técnicos, levantados por Santos, fazem parte de todo um contexto no qual as mais diferentes disciplinas trabalham, e, por conseguinte, as atividades econômicas e sociais. “Através da presença destes objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão conteúdo extremamente técnico” (Santos, 2002, p. 63). Estes objetos são cruciais para os desafios e desenvolvimento da agricultura, dentre elas a suinocultura.

Já para Ratzel (*apud* CORRÊA, 2001, p. 18) o espaço é visto como “base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos. Como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do Homem”. Ainda em Corrêa, o autor cita Lefébvre, “o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2001, p. 25).

Ora, com base nestes autores, o espaço se transforma, torna-se mutável. Trazendo para o campo suinícola, os movimentos do espaço através da história são peremptórios para as regiões de tal modo que muitas atividades econômicas das cidades são absolutamente dependentes da agroindústria que ali se instalam, haja vista o efeito multiplicador que estas geram nas localidades. Se por um lado geram riqueza, por outro geram um certo grau de dependência.

Em outra perspectiva, atividades com maior valor tecnológico também são criadas, como a pesquisa e desenvolvimento, as novas formas de manejo no ramo suinícola além da busca por melhorias no meio ambiente. As novas fronteiras energéticas também são objeto de melhorias através das novas mudanças, como a aplicação de biodigestores em diversas granjas, principalmente em Concórdia e Chapecó.

Sobre outro ponto teórico-metodológico, a localização, é, de fato, fundamental ao se estudar a indústria em Santa Catarina. É neste ponto em que as unidades industriais, em conjunto com as propriedades de criação de suínos, a busca incessante por insumos, energia e transporte eficiente está situada.

Não faltam teorias que tentam explicar da melhor forma as atividades econômicas. Uma delas é a Teoria da Base Econômica, que diferencia as atividades em básicas e não básicas. Como afirma Clemente (2000, p. 54) esta teoria supõe que “as atividades básicas compõem a base de exportação e encontram demanda para seus produtos fora da região. O setor básico produz para consumo e investimento internos à região”. Entretanto, fica difícil a compreensão

em tentar diferenciar setor básico do não básico, como próprio Clemente afirma em seu texto.

Durante a década de 1930 Christaller criou a Teoria dos Lugares Centrais, com foco na Alemanha. Sob o ponto de vista do autor existe uma rede de interdependência, que finda na centralização. Conforme Corrêa (2000, p. 88) sobre a teoria de Christaller:

Os lugares (núcleos urbanos) são vistos como fornecedores de bens e serviços, tanto para si mesmos, como para lugares de menor centralidade. A oferta de bens e serviços centrais, que não são encontrados em toda parte, empresta centralidade a alguns lugares. A organização do espaço realiza-se de acordo com o princípio da centralidade, do qual resulta uma hierarquia dos lugares.

Utilizando a suinocultura catarinense como ponto de vista em Christaller, haja vista que o conceito de distância geográfica é bastante utilizado, e segundo o autor deve-se utilizar fatores como frete, seguro, tempo necessário e armazenagem para que se tenha um correto conceito de distância econômica.

Segue-se, entre outros conceitos, o de Desenvolvimento Regional. Todavia, é necessário que se faça distinção entre desenvolvimento x crescimento. O primeiro, por vezes é apenas baseado em números ou índices, com base em Produto Interno Bruto, de um país, ou de uma determinada região, não bastando para definir a realidade da sociedade que as compõem. Já o segundo trabalha com aspectos sociais e os avanços em diferentes áreas, como na educação, questões ambientais etc.

Sobre o aspecto de desenvolvimento regional cabe ressaltar que este conceito interpreta como determinada região está inserida em diversos aspectos, tendo como base diferentes fatores, tais como renda *per capita*, crescimento econômico, a quantidade de empregos, além de elementos que estão menos envolvidos na forma mais economicista, tais como saúde, educação, lazer, entre outros fatores que diferenciam o desenvolvimento regional do simples crescimento econômico de uma certa localidade (CLEMENTE, 2000, p. 130).

Outras duas teorias trabalham com o conceito de regionalização, tendo o modelo de Weber, que faz uso do que trata de “mínimo custo”, tendo como base a mão-de-obra e o transporte como ponto de partida para o modelo. Segundo Clemente, é “realizada análise comparativa dos

custos destes dois fatores para obter a localização de mínimo custo” (CLEMENTE, 2000, p. 102).

Outro modelo é o de Lösch, com sua teoria geral da localização, em que o papel importante do lucro, este deveria ser maximizado, não apenas levando em conta os baixos custos (CLEMENTE, 2000, p. 106). Também, no modelo de Lösch, ganha importância o papel da “distribuição uniforme das matérias-primas industriais e possibilidades do transporte em todas as direções” (RICHARDSON, 1981, p. 112).

Pelo modelo citado acima, ressalta-se a relevância que o transporte possui para esta teoria, tendo em vista que a logística cada vez ganha mais espaço nas discussões em debates sobre custos, seja em nível do Estado de Santa Catarina, seja em nível nacional, com diferentes medidas tomadas para rodovias e ferrovias, porém, com evidentes gargalos encontrados.

Tendo a Microrregião de Concórdia como exemplo, a suinocultura representa intensa participação na economia da região, não apenas tendo como base a atividade em si, mas o efeito multiplicador que a mesma possui para a região como um todo. Além do número de empregos possuir grande representatividade, a fonte de renda que o setor suinícola apresenta para a Microrregião é fator crucial para o desenvolvimento e crescimento da mesma.

Voltando ao conceito de localização, segundo Kon, um dos pontos preponderantes para a implementação de uma indústria é o seu local de estabelecimento, tendo como objetivos para nortear a instalação (KON, 1994, p. 157). A autora divide a escolha da indústria e macrolocalização e microlocalização como serão destacados abaixo como os principais para a pesquisa do trabalho.

Elementos da macrolocalização para KON:

- a) **custos e eficiência dos transportes:** dada a relevância dos custos dos transportes entre matéria-prima e de produtos acabados. São levados em conta as informações sobre custo unitário do transporte da matéria-prima, volumes das matérias-primas e distribuição;
- b) **disponibilidade de energia:** quesito imprescindível para a realização das atividades;
- c) **suprimento de matérias-primas:** utilização em grande escala de certas matérias-primas constitui fatores influentes na decisão locacional de determinada indústria;
- d) **disponibilidade de água:** cada vez mais um fator de crescente importância

- e) **eliminação de resíduos:** a questão ambiental e a crescente aplicação de leis nessa área são cada vez mais constantes. A eliminação de resíduos tende a ser controlada por leis cada vez mais rígidas;
- f) **economias de aglomeração:** importante infra-estrutura de serviços públicos e privados estão inseridos neste item;
- g) **elementos intangíveis:** são mais subjetivos, tais como tradição de família.

Elementos de Microlocalização segundo KON:

- a) **condições do relevo:** podem ter peso no custo de implementação e podem influenciar nos transportes;
- b) **vias de acesso e comunicação:** proximidade com estradas, vias férreas ou cursos de água são cada vez mais relevantes;
- c) **capacidade da infra-estrutura:** tais como as vias de acesso também são fator crucial para a implementação e manutenção dos empreendimentos;
- d) **situação legal da propriedade:** problemas de instalação ou mesmo de propriedades já estarem instaladas em certo complexo com problemas ambientais, por exemplo, podem gerar questionamentos no futuro.

Segundo Kon (1994) a melhor posição para a localização da indústria é onde os elementos macrolocaçionais e microlocaçionais se encontram. Na busca de maximização de lucro e do papel preponderante que o Estado possui do desenvolvimento econômico e social de determinada região pode-se verificar que a Microrregião de Concórdia e Santa Catarina como um todo é beneficiada com a presença dos agentes citados. A existência de gargalos, tais como a flagrante falta de milho para a criação de suínos é de certa forma “recompensada” em termos de competitividade com a forte presença de empresas de pesquisa, tais como a Epagri e a Embrapa e empresas voltadas para programas de sanidade como a Cidasc. No que tange a melhorias adotadas nas empresas privadas, estas possuem programas de melhoramento no que tange ao cuidado com os dejetos e no tratamento da água, como pode ser verificado no próximo item do presente capítulo.

No próximo item será feita a análise dos resultados com a pesquisa nas associações e empresas que responderam aos questionários e os desafios que a suinocultura enfrenta nestes itens.

4.4 INFRA-ESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, INSUMOS E O PAPEL DAS EMPRESAS PÚBLICAS EM SANTA CATARINA

A infra-estrutura locacional muitas vezes condiciona a competitividade das empresas. Em Santa Catarina este item não é diferente, sendo, atualmente, um dos temas mais debatidos entre associações empresas e de federações ligadas a indústria. No Brasil, a questão da infra-estrutura foi discutida por Santos (2004, p. 38). De acordo com o autor, houve construção de 13 portos fluviais entre 1900 e 1935, facilitando o escoamento da borracha amazônica, período cujo mesmo autor cita como sendo o “momento da mecanização do território brasileiro”. Houve mudanças no que tange a extensão das estradas de ferro de 16.780 quilômetros no ano de 1905 para 108.594 em 1940.

O próprio Atílio Fontana, no início de suas atividades na região de Concórdia, sentia falta da infra-estrutura ferroviária na localidade, como se verifica na citação do mesmo a seguir retirado de Fontana (1998, p. 73):

O transporte ferroviário fora, no começo, uma das mais fortes razões que me atraíram para Santa Catarina. Era fácil e regular. Mas com o passar do tempo, foi se tornando mês a mês mais escasso e mais demorado. De sorte que quando estabeleci e comecei a comprar suínos e cereais para revender...encontrei o transporte em franca decadência. Isso se devia ao fato da Companhia Lambert, de capital francês, que a explorava, estar mais interessada em negociar as terras recebidas para abrir a estrada do que melhorar seus serviços.

Por sua vez, Osório Furlan também cita as dificuldades da logística, sendo esta muito complicada. Como cita Furlan (2002, p. 92):

A ferrovia era utilizada, principalmente, para escoar produtos não perecíveis, como farinha de trigo, banha de porco, produtos salgados e curados, presuntos enlatados e salames. Como não havia ainda materiais termo-isolantes, tomava-se o cuidado de revestir o teto dos vagões com madeira de boa qualidade, para proteger os produtos dos efeitos do calor.

As anomalias eram tantas que em dado momento de sua história a Sadia passou a utilizar aviões para transporte de produtos, tendo em vista que o mercado de São Paulo estava em franca ascensão para estes produtos, de forma evidente chegavam com maior rapidez ao seu destino.

Em seu artigo “*As ferrovias Federais*”, Rangel (2005) tece crítica aos planos federais na década 1960 sobre as ferrovias quando cita a falta de elaboração de política nacional de transportes (RANGEL, 2005 p. 233). Entretanto, o tema infelizmente continua sem grandes novidades. A discussão sobre a melhoria das rodovias, da situação portuária, da implementação de ferrovias são temas com destaque, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nas Comissões na Câmara dos Deputados⁵¹ entre outros.

No que tange as rodovias, a necessidade de integração regional faz com que as rodovias fossem implementadas no Brasil de forma sólida, deixando pouco espaço para outros modais, como o caso da ferrovia. Rangel (2005, p. 359), descreve que a industrialização no Brasil fora instituída de forma estreita com o sistema rodoviário, ainda cita que Washington Luis governara o país com o lema “governar é abrir estradas”.

Todavia, a evolução do transporte rodoviário teve papel importante para a diminuição das assimetrias regionais, podendo, desse modo, integrar de forma mais eficaz as regiões e as pequenas localidades Brasil afora. Rangel (2005, p. 519) em seu artigo *Ferrovia versus Rodovia* faz a importante afirmação:

O transporte rodoviário, por sua elasticidade, que tornava muito difícil seu planejamento, tendia a quebrar os isolamentos regionais e unificar o mercado...o caminhão era um instrumento incomparável,quebrando exclusivismos regionais, impondo novo esquema de divisão territorial do trabalho. O comércio deixava de passar forçosamente pelos portos-empórios, graças ao transporte porta-a-porta, que nem a ferrovia nem a navegação de cabotagem podiam assegurar.

⁵¹ No primeiro semestre de 2011 foi criada a Frente Parlamentar das Ferrovias, entre os assuntos tratados está a implementação da Ferrovia do Frango. A Frente Parlamentar é liderada pelo Deputado Federal Pedro Uczai, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina.

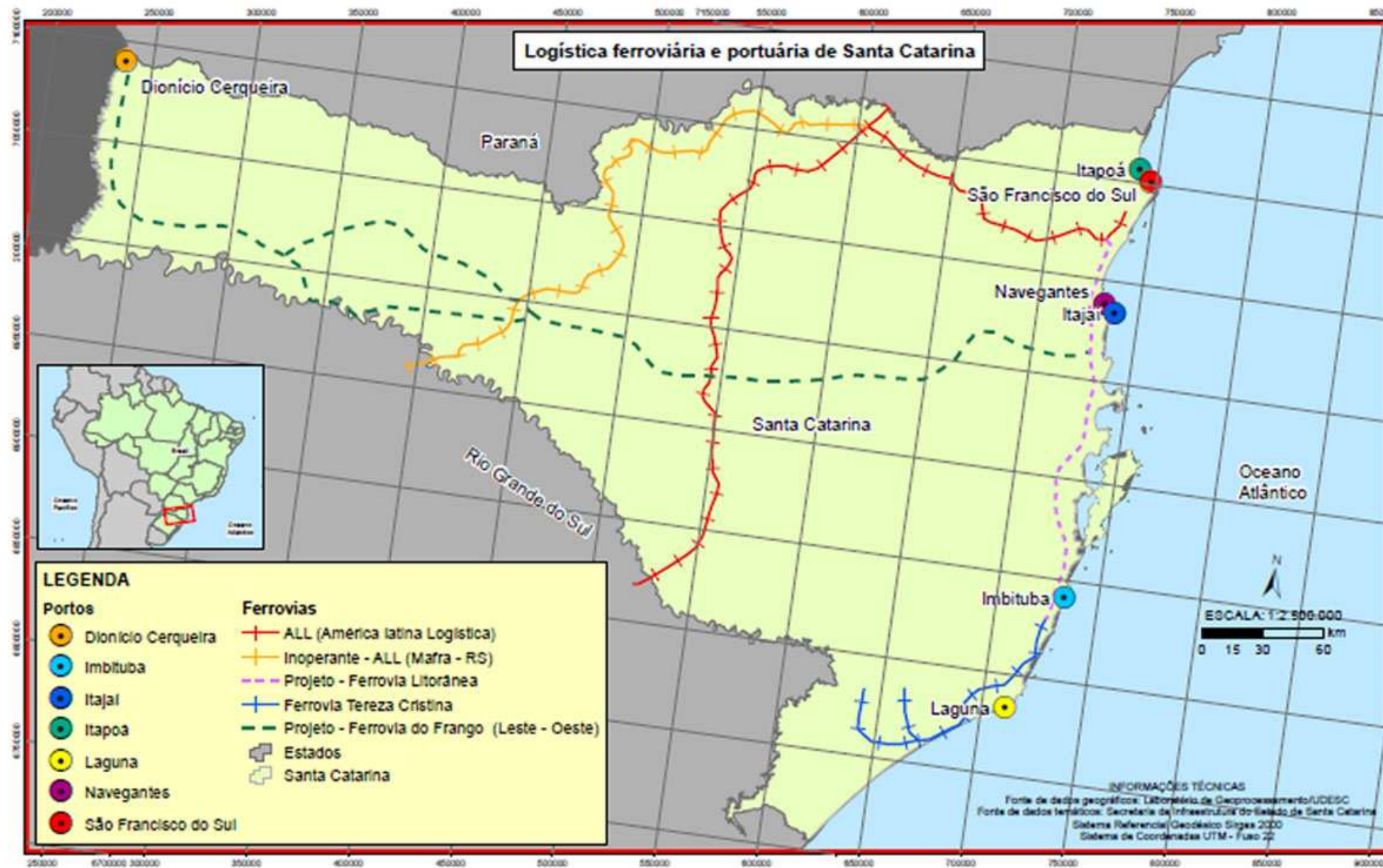
Em Santa Catarina a grande maioria dos transportes é realizada por meio rodoviário, o que gera muitas vezes perda de competitividade, tendo em vista que há perda de milho, por exemplo durante todo o trajeto, além da necessidade de duplicação de mais rodovias como a BR-470.

Quanto aos portos, o estado de Santa Catarina possui boa infraestrutura, tendo como um dos mais movimentados o porto de Itajaí, bastante utilizado pelos produtos de origem suinícola para exportação. O porto seco de Dionísio Cerqueira também é importante para a travessia para países como Argentina. Além disso, com a inauguração do novo porto de Itapoá os gargalos logísticos podem ser mais amenizados, tendo em vista que o porto de Imbituba e de São Francisco do Sul também possuem boa movimentação.

A interligação entre os modais é necessária para que a logística seja mais eficiente. Em longas distâncias, tais como do oeste para a região portuária de Itajaí a ferrovia poderia ser um importante instrumento para as agroindústrias. Já para os produtores, cada vez mais sofridos pelas reviravoltas dos preços dos insumos poderiam ser beneficiados com a interligação de modais com o Estado do Paraná, um dos maiores pólos produtores de milho do Brasil.

No mapa 7 são expostos os portos e as ferrovias de Santa Catarina. Destaque para a Ferrovia do Frango, ainda em sua fase de projeto, que poderia ajudar a impulsionar a suinocultura e avicultura de Santa Catarina, tratando-se de uma das maiores demandas das agroindústrias. Infelizmente, a ferrovia que ligava o município de Mafra em Santa Catarina ao Rio Grande do Sul encontra-se inoperante.

Mapa 7: Logística ferroviária e portuária de Santa Catarina.



Ao mesmo tempo em que a suinocultura gera dividendos para as empresas e produtores a questão ambiental está intimamente ligada ao uso de fertilizantes, utilização intensa de água na atividade desde o cultivo do milho à alimentação dos animais, além dos problemas com dejetos, tão recorrentes. Todos esses elementos estão afetando cada vez mais a suinocultura, criando uma imagem muitas vezes exagerada sobre o tema, mesmo assim deve ser analisada como um desafio.

Entre os anos 2010 e 2011, a Federação das Indústrias de Santa Catarina elaborou o trabalho “*Agenda Legislativa da Indústria*”, e nada menos que 20 dos 37 Projetos de Lei debatidos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina sobre a indústria tinham como tema o meio ambiente. Das formas mais variadas de PL, que tratavam desde captação de água pela chuva à reciclagem de garrafas pet.

As conseqüências no uso incorreto dos resíduos oriundos dos suínos podem ser desde redução da disponibilidade de água, alterações físico-químicas, alterações na biodiversidade aquática e impacto na limitação ao desenvolvimento agropecuário (PALHARES, 2009, p.149).

Para a suinocultura dar uma resposta sobre os temas ambientais foi efetivado no ano 2000 o Termo de Ajuste de Conduta – TAC. O termo foi colocado em prática com diferentes entidades e empresas, tais como IBAMA, FATMA, Ministério Público, empresas privadas como Sadia e Pamploa.

Este TAC foi desenvolvido pelo fato de grande parte das criações de suíno encontraram-se em desconformidade com a legislação ambiental e sanitária, segundo o próprio documento. Com isso, a FATMA fica com o dever de viabilizar o licenciamento ambiental da atividade suinícola.

Os artigos do TAC que mais chamam a atenção são os seguintes:

1.7 A celebração deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas não faculta, em qualquer hipótese, às propriedades suinícolas a destinação de dejetos suínos a quaisquer cursos hídricos ou qualquer outra forma de poluição ao meio ambiente;

1.8 A Companhia Integrada do Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, como responsável pela fiscalização do tráfego de suínos, deverá efetuar o controle através da emissão da GTA – Guia de Transporte Animal, ou seja, nenhuma guia de transporte de suíno será emitida (nenhum animal será transportado), sem

apresentação da autorização / licença ambiental respectiva, na qual deverá constar o número da Autorização/Licenciamento Ambiental do produtor.

1.9 A partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas as agroindústrias somente admitirão a ampliação das instalações e aumento de plantel de seus integrados, bem como de novas propriedades em regime de integração, desde que respeitada a legislação ambiental e sanitária em vigor;

1.10 A partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas os Municípios se comprometem, através de seus representantes legais, a somente realizar quaisquer obras ou serviços para implantação de novas instalações ou ampliações, desde que a propriedade possua o devido licenciamento ambiental, observando-se as condicionantes previstas na cláusula primeira, item 1.6;

1.11 As agroindústrias, na forma do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, se obrigam a adquirir suínos apenas dos suinocultores que tiverem a atividade licenciada.

5.1 Comprometem-se as agroindústrias signatárias em fornecer assistência técnica aos respectivos produtores suinícolas, inclusive para a relocação de esterqueiras, instalações e suas regularizações, após o término dos prazos concedidos na autorização / licença ambiental, conforme disposto neste Termo.

Isso posto, a preocupação ambiental, principalmente na Microrregião de Concórdia, pode ser vital na manutenção da atividade na região. Sabe-se que a Microrregião possui topografia difícil, tornando o manejo ambiental mais complicado de ser executado. Segundo um dos produtores entrevistados: “há muita burocracia nas licenças ambientais e na renovação das mesmas, enquanto que na cidade não se cobra quase nada”. Em verdade, as leis ambientais seguem em ritmo maior em áreas de produção agrícola. Na utilização da água um dos entrevistados da área industrial fala da escassez da mesma: “algumas cidades já estão

sentindo falta da água, foi criado o Comitê da Bacia do Jacutinga⁵² para tratar do assunto e os resultados são positivos”

Na figura 3 mostra-se os resultados das pesquisas obtidas com as agroindústrias no que se refere às melhorias no meio ambiente. Nota-se que além de dar destino melhor aos dejetos, as empresas e propriedades ainda ganham com a energia gerada pelos biodigestores.

Figura 3: Medidas tomadas pelas agroindústrias no meio ambiente



Fonte: Entrevistas com as empresas entre anos 2010 e 2011. Elaboração do autor

Em umas das empresas exportadoras também são realizados atos em que todos os participantes da cadeia suinícola possam participar: fornecedores, integrados e os processos na indústria. Isso posto, a preservação da mata ciliar para proteção das águas também foi citada pelas empresas.

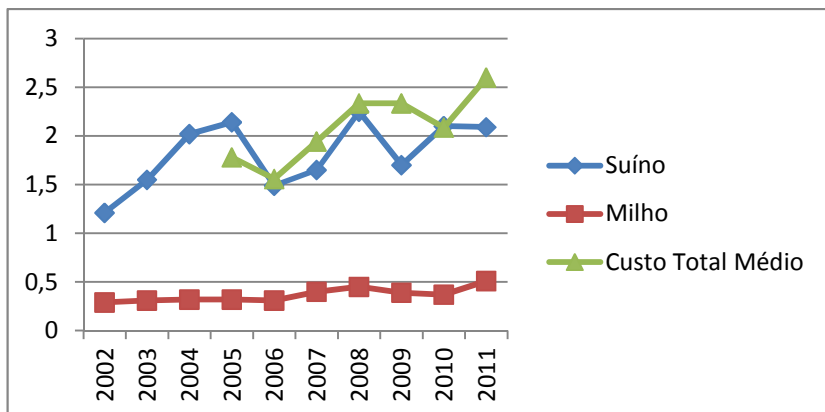
Outro item preocupante para a suinocultura catarinense é o cultivo do milho. Mesmo com a proximidade de uma região altamente produtora de milho como a de Xanxerê, no oeste do estado, existe a necessidade de importar a semente de estados como Paraná e Mato Grosso do Sul. No exemplo da Microrregião de Concórdia esta já fora exportadora do item, como detalha Harryson da Silva (1991, p. 44), “a

⁵² Importante bacia hidrográfica da Microrregião de Concórdia.

produção de milho atendia as necessidades de alimentação dos suínos nas propriedades rurais e os excedentes eram comercializados no município e nos arredores”.

No gráfico 2, expõe-se a volatilidade dos preços entre os anos de 2002 e 2011 entre o preço no milho e preço do suíno em Santa Catarina, além dos custo total médio.

Gráfico 2: Relação do preço do suíno, preço do milho e custo total médio – Em reais.



Fonte: ACCS, 2011.

Entre os anos de 2002 e 2006 os preços do quilo do milho estavam sempre abaixo dos 0,50 centavos. Entretanto a partir de 2007 os preços cresceram a ponto do início do ano de 2011 o quilo atingir mais de 0,50 centavos, preço alto para a suinocultura, que muitas vezes os produtores atuam com prejuízo.

Nas entrevistas realizadas nas indústrias sobre o milho, as maiores demandas das empresas foram em relação a perda de competitividade quando a indústria precisa importar o insumo de outro estado, como o Paraná, além da necessidade de melhorar a infraestrutura nos transportes e o governo estadual efetivar os estoques reguladores.

Com a intensa necessidade do trabalho a ser realizado em conjunto entre as empresas e os produtores, a ligação entre estes atores visa melhorar o desempenho na medida em que as empresas públicas desempenham seu papel. Muitos teóricos ditam a ausência do Estado no

tempo hodierno, entretanto, para estas teses, inúmeros são os exemplos que poderiam ser citados, especialmente na suinocultura, onde o Estado é imprescindível.

Prova disso são as empresas como a Epagri, que realiza pesquisa e desenvolvimento em Santa Catarina. Fundada em 1991, como sociedade de economia mista e atualmente vinculada a Secretaria da Agricultura, a empresa conta com 21 gerências regionais e escritórios espalhados nas 293 cidades catarinenses.

A Cidasc, por sua vez, possui talvez a atividade mais importante ligada a suinocultura, pois esta possui como foco a sanidade dos animais, de todas as espécies. Muito por conta do trabalho realizado pela Cidasc, que hoje Santa Catarina possui *status* de livre área de aftosa sem vacinação.

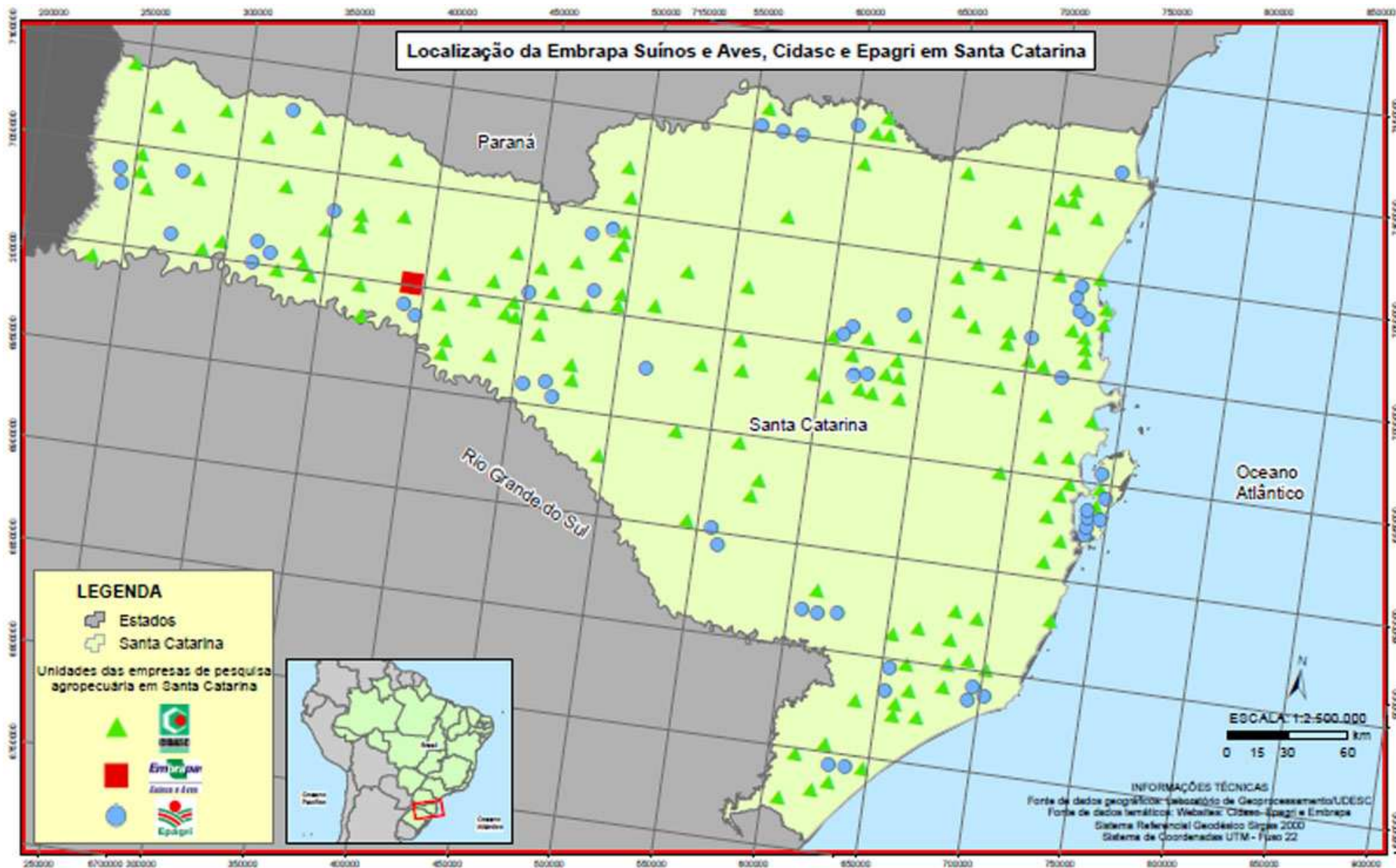
No campo da pesquisa em suínos e aves com atuação reconhecida internacionalmente está a Embrapa, fundada em 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura. Com atuação de destaque em Concórdia, onde está instalada desde 1975, a empresa atua nas melhorias ligadas à genética, utilização do solo, bem-estar animal, entre tantos outros itens.

O Brasil é líder em tecnologia tropical no mundo. Tem uma estrutura de pesquisa boa, incluindo não apenas a Embrapa, mas instituições estaduais de pesquisa, sendo algumas de excelência. É claro que para manter a vanguarda, temos que dar novos saltos. E essa é uma questão, basicamente, de recursos financeiros e prioridades.⁵³

O mapa a seguir mostra as unidades das três empresas citadas acima, e onde as mesmas estão localizadas em Santa Catarina. Verifica-se a importante atuação da Cidasc nas regiões de fronteira, e o posicionamento da Embrapa na Microrregião de Concórdia.

⁵³ Entrevista realizada com Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, março de 2011.

Mapa 8: Localização das unidades da Embrapa, Cidasc e Epagri.



Essas entidades ajudam principalmente no que tange a pesquisa e tecnologia, principalmente a Embrapa. “O papel da Embrapa é importante junto com o da Epagri e Cidasc, principalmente pela tecnologia que ajudou na qualidade da carne na indústria”⁵⁴.

Uma importante entidade para a suinocultura, não apenas de Santa Catarina, mas para o Brasil, foi inaugurada em 2010. O Instituto Nacional de Carne Suína – INCS, que já conta com parceria do Sebrae, tem o papel de fomentador e na realização de assessoria técnica, para prestar serviços também na pesquisa de custos de produção que pode fazer uma visita para o produtor.⁵⁵

Todavia, existem desafios no campo da sanidade animal como relata uma funcionária de uma empresa pública de Santa Catarina. “A Cidasc está com deficiência de pessoal, que foi enviado para o relatório da União Européia que serão contratados 120 novos médicos veterinários, porque quanto mais exigente é o mercado mais temos que fiscalizar, e mais temos que exigir do produtor e a única forma de fiscalizar é tendo o veterinário no campo visitando as granjas. A visita da União Européia de 2002 para a visita realizada em 2009 foi da água para o vinho, para adequação ao mercado do bloco”.⁵⁶

Para Olinger, (2000) da colaboração entre a Associação Catarinense dos Criadores de Suínos e a Acaraesc (atual Epagri) nasceram as exposições e feiras de reprodutores, o registro genealógico e a introdução do suíno tipo carne, através de importações realizadas na Europa e Estados Unidos. Ao mesmo passo, as indústrias foram ao longo do tempo substituindo o porco banha pelo porco carne, tendo em vista que a famosa banha fora substituída por óleos vegetais.

Outro fator importante, que cada vez mais ganha espaço, é a implementação do Sistema “S”, especialmente pelo Senai. Tendo em vista a região oeste, a principal atividade do Senai nesta região é parte de treinamentos nos setores alimentícios e de capacitação de técnicos de segurança do trabalho, principalmente quando as agroindústrias necessitam de tais recursos humanos com esta qualificação.

⁵⁴ Entrevista realizada com o Ex-Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Moacir Sopelsa, na Assembléia Legislativa, Fevereiro de 2010.

⁵⁵ Entrevista com Wolmir de Souza, ex-Presidente da Associação Catarinense dos Criadores e Suínos.

⁵⁶ Entrevista com Sabrina Tavares, médica veterinária que esteve presente em diversas missões técnicas que visitaram o Brasil, inclusive na visita técnica da UE em Santa Catarina.

De acordo com Montibeller e Binotto (2009), os Centros Nacionais de Tecnologia (CNT), que fazem parte do SENAI, tem como função concentrar conhecimento relativo às revoluções tecnológicas e colocar informação disponível para as indústrias na forma de ações educativas, assistência técnica e novos métodos de gestão empresarial. De acordo com os setores industriais na região em que atuam e estão assim organizados:

- a) Centro de Tecnologia e Automação – Florianópolis
- b) Centro de Tecnologia e Cerâmica de Materiais – Criciúma
- c) Centro de Tecnologia e Alimentos – Chapecó
- d) Centro de Tecnologia em Mobiliário – São Bento do Sul
- e) Centro de Tecnologia do Vestuário – Blumenau
- f) Centro de Tecnologia em Eletrometalmecânica – Joinville

O destaque é para o Centro de Tecnologia em alimentos, situado em Chapecó, representando a região Oeste, é pelo fato da crescente importância deste junto às atividades do âmbito alimentar, tendo como foco cursos, e mais recentemente, palestras que vão além da tecnologia aplicada aos alimentos, mas também da importância dos mercados internacionais (palestras sobre protecionismo e barreiras foram realizadas no Centro de Tecnologia de Chapecó) interagindo o conjunto de informações de toda a cadeia de alimentos.

Em outro eixo, antes dos Centros Tecnológicos adotados pelo Senai, a então Acaresc, em 1961, construiu Centros de Treinamento. Segundo Olinger (2000), estes “tinham como função atualizar os conhecimentos dos agentes de extensão rural e profissionalizar agricultores jovens e adultos. Atualmente a Epagri, possui 11 Centros de Treinamento, também localizados estrategicamente”.

Diante de todo o aparato tecnológico, de pesquisa, da situação dos condicionantes locais dos insumos (principalmente milho) e do conjunto das empresas e dos produtores da Microrregião de Concórdia, é importante ressaltar teoricamente sobre Economia Industrial e como pode ser dada a importância do conjunto de empresas, sejam elas públicas ou privadas para o desenvolvimento da suinocultura da região.

Todos os itens citados acima que são determinantes segundo a visão de Kon (1994), podem ser visualizados na cadeia suinícola, em especial na da Microrregião de Concórdia. Por exemplo, os custos de transporte são cada vez mais discutidos, já que a esperança da implementação da Ferrovia do Frango, que também iria beneficiar a suinocultura catarinense, é de que possa ser concluída através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. “Há necessidade de

reduzir o impacto dos transportes e também o impacto tributário das transações entre os Estados. Solicitamos ao Governador que invista em infra-estrutura para fazer estoques reguladores de grãos em Santa Catarina, pois assim, quando dos leilões do governo, os produtores catarinenses poderiam ter acesso facilitado aos insumos para alimentação e menor impacto dos tributos”.⁵⁷ O entrevistado ainda cita sobre transportes: “a ferrovia do frango reduz em parte a ineficiência de transporte, pois temos custo competitivo no campo, mas a medida que iniciamos a logística de transportes, perdemos espaço em todos os produtos agrícolas”.

Conclui-se, neste capítulo, utilizando o conceito de macrolocalização de Kon, que as empresas, ao se instalarem em Santa Catarina contam com aparato que visa à competitividade em alguns setores, tais como eliminação de resíduos, economias de aglomeração e nos elementos intangíveis, pela forte tradição italiana presente, principalmente na Microrregião de Concórdia.

Dificuldades são encontradas na eficiência dos transportes, tanto que na obtenção de milho quanto ao deslocamento do produto final aos portos. O suprimento de matéria-prima é dado pelas empresas e associações como dificultoso, haja vista que parte deste suprimento tem que ser importado de outros estados.

Quanto à disponibilidade de água, apesar da abundância do bem mais rico da natureza no Brasil, é visivelmente preocupante a ponto de várias políticas adotadas pelas empresas possuírem o item como destaque, no tratamento da água, no seu reaproveitamento e na preservação das encostas. Como resultado, empresas públicas e privadas, além do Ministério Público e prefeituras aderiram ao Termo de Ajuste de Conduta, para melhorias não apenas nos aspectos sanitários, mas na conservação do meio ambiente na suinocultura.

Nos elementos de microlocalização, as condições do relevo são um desafio principalmente na região oeste dada a topografia, que constitui, por conseguinte problema na questão ambiental em relação aos dejetos. Por consequência disto, parte da cadeia suinícola está se deslocando para a região mais central de Santa Catarina.

Outro ponto de dificuldade são as questões legais de propriedade, por algumas estarem perto de rios, o que pode gerar punição quanto ao tratamento dos dejetos criados pela suinocultura, caso a propriedade não esteja em local legalizado.

⁵⁷ Entrevista com representante de uma empresa exportadora, Maio de 2011.

5 A UNIÃO EUROPÉIA, PROTECIONISMO E DESAFIOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE

O presente capítulo trata do protecionismo na União Européia e as justificativas para este bloco adotar tais políticas de proteção à carne suína catarinense. Discute ainda as adequações das empresas públicas e privadas, além dos produtores no que concernem as melhorias nas instalações e nos sistemas de produção. O capítulo inicia com uma breve apresentação da história da União Européia, além de apresentar a formação atual da mesma. Isto posto, a Política Agrícola Comum (PAC), importante programa de incentivos e melhorias na agricultura, é exposta. Além disso, são verificados os dados do orçamento da União Européia em despesas da área agrícola. As barreiras técnicas são apresentadas posteriormente, principalmente as sanitárias (Febre Aftosa), e as normas de bem-estar animal, tendo em vista que a União Européia é o mercado que mais aplica tais procedimentos.

A formação da União Européia não foi concretizada de forma única, sendo que foram necessárias diversas etapas para que o atual estágio de integração alcançasse êxito, com seus atuais 27 países-membros. É a partir da Comunidade Européia do Carvão e Aço – CECA, em 1951, que tem-se o embrião da formação em forma de buscar maior integração e harmonia do bloco.

Em 1957, a criação da Comunidade Econômica Européia – CEE e a Comunidade Econômica de Energia Atômica – CEEA, tendo por fim o Tratado de Maastricht, fevereiro de 1992, denominou-se União Européia, sendo utilizada com este nome a partir de 1993.

A CECA teve seu início contando com os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Itália, Luxemburgo, França e Holanda. Composta segundo Vieira (2004, p. 186) “não como simples organização internacional, mas sim como entidade supranacional, dotada de personalidade jurídica própria e de poderes político, normativo e executivo específicos”.

Posteriormente a CEE, criada em 1955, e que viria a substituir a CECA, segundo Vieira, tinha “por fundamento a criação de um mercado comum com livre circulação dos vários fatores de produção entre os países que aderissem ao sistema” (VIEIRA, 2004, p. 187).

Pode-se verificar que em seu bojo, a CEE era interessada em criar espaços para a futura União Européia possuir mais integração entre os países participantes, elemento fundamental para que o bloco conquistasse cada vez mais espaço diante das demandas não apenas

internas como resolução de problemas em diferentes áreas, tais como a agricultura, mas também para que a troca de mercadorias se intensificasse de tal forma para que a dependência do ambiente externo fosse menor.

O tratado da CEE tinha um maior nível de abrangência, e tinha como principais pontos em relação a outros tratados, segundo Vieira (2004, p. 188):

- a) o fato de que previa a realização da denominadas quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de mercadoria, de pessoas, de serviços e de capitais;
- b) a definição de uma estrutura institucional diferenciada para os órgãos da Comunidade, no que tange a composições, atribuições e competência; e
- c) a estipulação da estrutura básica do direito derivado, que viria a se formar por ação dos órgãos da Comunidade, envolvendo regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres.

Após a composição da CECA, ainda com poucos países e da CEE, é no Tratado de Maastricht, na Holanda, a União Européia viria a ganhar seus reais contornos de bloco, visando, assim ter mais países para compor o bloco. Todavia, aumentar o número de participantes de nada adiantaria se outras integrações não fossem executadas, tais como maior busca de integração monetária e econômica, que culminaria na criação da moeda única. Novas normas seriam editadas para que os futuros membros ingressam no bloco, estabelecendo diversas regras para os países entrantes.

Para Baumann (2004, p. 393), o Tratado de Maastricht teve como base para a adesão a união monetária os quatro itens abaixo:

- a) a taxa de inflação não medida a 1,5 pontos percentuais acima da média para os três países da União com as taxas mais baixas;
- b) taxas de juros nominais de longo prazo não superando dois pontos percentuais acima da média para os três países com as taxas de inflação mais baixas;
- c) os países deveriam ter participado do Mecanismo de Taxas de Câmbio sem realinhamentos de suas paridades por pelo menos dois anos;
- d) déficit público inferior a 3% do PIB e uma relação dívida/PIB inferior a 60%. As únicas exceções aceitas seriam no caso de déficit “excessivo” temporário e/ou relação dívida/PIB declinante a um ritmo satisfatório.

Porém, o que tem sido aplicado no último item, no que se refere a dívida/PIB inferior a 60%, é que países como a Itália possuem esta dívida em torno de 130% do PIB nestes últimos anos (2010 e 2011), caracterizando que algumas economias não estão em alinhamento com algumas normas que a União Européia aplicada a novos entrantes, por exemplo.

Outros aspectos também são buscados para a integração eficaz da União Européia, tal como Balanço de Pagamentos, por exemplo, (BAUMANN, 2004, p. 393). No balanço de pagamentos tem-se o retrato da saúde financeira como um todo de cada país, apresentando os respectivos dados sobre superávit e déficit de cada item dentro do Balanço. Um dos exemplos é o resultado da Balança Comercial, que exhibe os dados de exportação e importação de uma dada nação. O saldo positivo neste item ajuda ao país ter resultados melhores no em um determinado período no balanço de pagamentos.

A justificativa de escolher a União Européia para o presente trabalho é pelo fato de ser o mercado mais exigente no que se relaciona a qualidade de diversos alimentos, entre eles a carne suína. A União Européia conta com 27 países (Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Tcheca, Itália, Irlanda, Reino Unido, Países Baixos, Polônia, Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia e Suécia), como pode ser observado no mapa 9.

Mapa 9: A União Europeia.



A União Européia possui em todo o seu território 23 línguas oficiais, distribuídos em 500 milhões de habitantes em todo o bloco, sendo que a Alemanha é o país mais populoso (82,1 milhões) seguido da França com 64,4 milhões de habitantes, segundo dados da própria União Européia de 2010.

Um dos aspectos mais importantes e que tornam a União Européia diferenciada dos demais blocos encontrados no mundo, é de possuir legislação bastante sólida, além de possuir os detalhes ligados as questões econômicas como fora citado acima, como a relação dívida/PIB.

A legislação da UE é feita da seguinte forma: o primeiro passo são consultadas as pessoas, os grupos de interesse e os peritos, que realizam de debate. Após isso, uma comissão apresenta as suas propostas, que em seguida o Parlamento e o Conselho de Ministros tomam a decisão. Isto posto, cabe as autoridades locais executarem a nova norma ou legislação, tendo a Comissão e o Tribunal de Justiça como controlador (UE site oficial, 2010).

Outro aspecto importante que tem gerado cada vez mais competitividade para os países europeus é a cooperação entre os mesmos. Por mais que a cooperação esteja no seio da formatação do bloco, cabe destaque pela relevância que possuem sobre os demais blocos que existem ao redor do mundo.

Para Orcalli (2010, p. 105) essa cooperação entre os países pode ser também chamada de cooperação transfronteiriça. São os países que poderiam ditar como a integração pode ser dada de melhor forma, seja nos aspectos de infra-estrutura ou outros temas para o melhor entendimento entre as nações. Na cooperação pós-Maastricht, os setores, aqui divididos em Estados-membros, grupos de interesse econômico, empresas e operadores econômicos trabalham para os interesses locais do bloco. Orcalli (2010, p. 111) cita o exemplo do vale do Reno, que posteriormente fora “região de batalha entre protestantes e católicos, entre população latina e germânica, constituiu-se em eixo de desenvolvimento europeu”.

Assim como a União Européia, as políticas de cooperação não foram realizadas de forma única, passando por diversas etapas. Para melhor integração, tem-se a criação da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais – CPPRL. Através desta Conferência, buscou-se aumentar a cooperação inter-regional no âmbito europeu. Após isso, na década de 1960, é a vez da criação da Convenção Quadro Européia, também tendo em seu bojo a integração transfronteiriça (BRITO, 2010, p. 129).

Em meados de 2006, um novo elemento de cooperação dentro da União Européia é formatado, desta vez com a sigla AECT, que designa o nome de Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, que como o próprio nome indica não possui em sua natureza a cooperação transfronteiriça, mas sim de cooperação territorial. Todavia, os AECT'S não substituem os outros acordos ou convenções de relacionamento cooperativo entre as nações (BRITO, 2010, p. 131).

São diversas as atividades adotadas no bloco, que são dirigidas desde melhorias ambientais e do clima, na criação de empregos através do desenvolvimento regional, até a competitividade na agricultura, haja vista que este ramo é constantemente protegido, seja por medidas protecionistas ou pela ajuda de orçamento, através da Política Agrícola Comum, como será apresentado no próximo item.

5.2 SUINOCULTURA NA UNIÃO EUROPÉIA E A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

A suinocultura na União Européia é um dos ramos mais importantes na área agrícola do bloco, tendo no setor cárneo a maior disponibilidade de plantéis, quando comparado ao setor avícola e a bovinocultura. Diante disso, a suinocultura é fonte de diversos debates, que adquirem cada vez mais espaço quando trata-se de exportação de suínos para este bloco.

Outro fator importante é a competitividade da suinocultura européia, que possui alto padrão de qualidade, principalmente em países como Dinamarca e Alemanha. O primeiro no que se refere a qualidade, e o segundo pelo número de produção de suínos, o maior da União Européia.

Esta qualidade deriva de intensos processos de rastreabilidade aplicada na cadeia suinícola, além de uma cada vez mais rígida aplicação de normas de bem-estar animal, principalmente no transportes dos animais, para que se evite o estresse dos mesmos durante um trecho e outro.

De todo modo, a qualidade da carne suína de Santa Catarina é extremamente competitiva, não apenas pelo preço praticado se comparado com os custos necessários para a produção em países da União Européia, mas também pelo fato do estado também aplicar a rastreabilidade na maioria das empresas exportadoras.

Na busca pelo mercado europeu a Sadia, na década de 1960, efetuou vendas de carne bovina e suína para o então denominado Mercado Comum Europeu, sendo que em 1970, teve vendas destinadas para Espanha, Portugal, França e Itália, sendo exportadas partes como carcaça (CARVALHO JÚNIOR, 1997, p. 182).

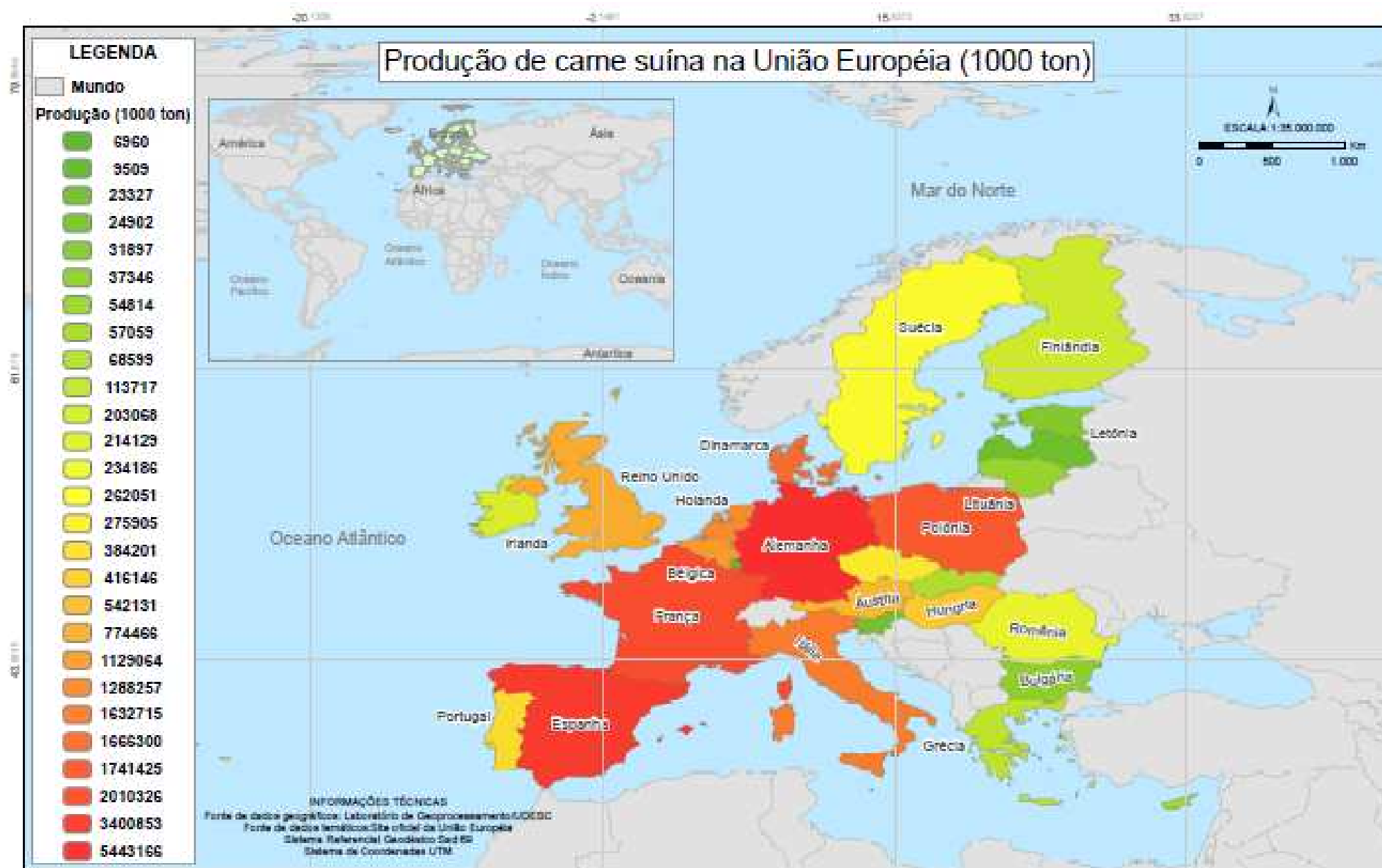
Ainda tratando da Sadia, nos tempos em que Attilio Fontana exercia a direção da empresa as visitas a outros países eram dadas como importante elemento nas melhorias dos processos, como pode ser verificado na citação (FONTANA, p. 139).

Devo dizer que regateei despesas de viagens de estudos com funcionários nossos aos Estados Unidos, à Europa e até ao Japão. Tenho sempre procurado dar oportunidades aos técnicos de melhorarem seus conhecimentos profissionais visitando ou fazendo estágios em indústrias no exterior, as quais trabalham em condições de higiene que se podem comparar as de uma sala de cirurgia, onde tudo é esterelizado. Quase idêntico rigor, na verdade, exige o trabalho de elaboração da carne, porque o risco de contaminação é o mesmo.

Essa busca pela intensa qualidade é verificada cada vez mais, principalmente em mercados como a União Européia, Estados Unidos e países da Ásia, tais como Coréia do Sul e Japão. A necessidade de segurança alimentar, nos tempos atuais, como foi verificado nas entrevistas de campo está entre os itens mais citados.

Os maiores produtores de carne suína na União Européia é Alemanha, com 5.443.166 toneladas, seguida da Espanha com 3.400.853 toneladas e da França com 2.010.326 toneladas. O mapa 10 mostra a produção de carne suína na União Européia entre os seus 27 membros (UNIÃO EUROPÉIA, 2011).

Mapa 10: Produção de Suínos na União Europeia.



Entre as regiões dentro de cada país que se destacam na produção estão a Cataluña e Murcia, na Espanha, a Lombardia, na Itália, além de regiões dentro da Dinamarca (MARQUER, 2010, p. 01).

O mercado europeu não importa carne suína de Santa Catarina, um dos elementos é pelo fato de ser grande produtor da mesma. Entretanto, o problema gerado pelos dejetos, a escassez de terra e água, os custos enormes que os governos investem em subsídios para manutenção dos agricultores no campo fazem com que o mercado sinalize para uma possível abertura nos próximos anos.

Em entrevista realizada com uma empresa exportadora, foi perguntado quais mercados a empresa pretende atingir nos próximos três anos. Segundo a empresa, a União Européia pela representatividade e pelo volume de vendas. Em segundo lugar ficou o mercado africano, que tem tido crescimento constante, e o consumo de carnes apresenta elevações. Também foi questionado qual bloco econômico mais incrementaria valor comercial para a empresa, e novamente a região citada foi a União Européia. Em relação às questões de barreiras de restrição ou protecionismo, os itens mais citados como dificuldades para atingir o mercado europeu são questões ligadas a bem-estar animal, resíduos e aplicação de rastreabilidade.

Já na empresa Aurora, os mercados que a empresa desejaria atingir em três anos foram a União Européia, a América do Sul, a Ásia e África, e nas questões de barreiras da União Européia, também foram citadas os itens resíduos, bem-estar animal e aplicação de rastreabilidade. Quanto aos blocos que incrementariam mais valor para a empresa, a União Européia e a Ásia foram citadas como os nichos mais relevantes.

Em outra empresa exportadora, os mercados que a empresa pretende atingir nos próximos três anos foram: a União Européia, pois tem a possibilidade de ser um passaporte para todos os mercados, junto com a Ásia, no caso mais especificamente a China, para incremento dos volumes de exportação. Quanto aos blocos que incrementariam mais volume, a União Européia foi citada junto com o mercado asiático. No quesito protecionismo/restrições para a chegada ao nicho europeu, o bem-estar animal, aplicação de rastreabilidade e eliminação de resíduos foram os citados como mais importantes.

Também ficou clara a posição das empresas consultadas que o mercado europeu é de fato o que mais interessa para as mesmas no que tange ao incremento de valor aos negócios pelo fato de ser uma região representativa, com alto poder aquisitivo e que possa servir como aval na conquista de outros mercados.

No caso europeu, a carne dinamarquesa possui destaque internacional, sendo exemplo em todos os itens, desde o bem-estar animal até seus respectivos sistemas de rastreabilidade. Entretanto, nas entrevistas com as empresas, estas expõem que em nada fica devendo em termos de qualidade a carne catarinense em relação a carne produzida em solo dinamarquês.

Em entrevista com executivo da Aurora, o sistema de produção de suínos da Dinamarca, tem como elemento fundamental a rastreabilidade. “O sistema de produção deles é amplamente rastreável, tá na mão. Nosso processo de produção não fica devendo nada para o deles, são práticas comparáveis às nossas. Sistema de produção deles é baseado em tradição familiar, os agricultores são altamente profissionais, e é o caminho que estamos muito próximos a chegar, nós não colocamos nenhum adicional que comprometa a qualidade da carne, eles chegaram antes dos mercados que nós gostaríamos de chegar.”⁵⁸

Entretanto, para que a atividade suinícola na União Européia seja mais exitosa nos diferentes itens (sanidade, bem-estar animal, resíduos, rastreabilidade, entre outros) tem-se a Política Agrícola Comum – PAC, que além dos itens acima citados, também pode-se citar que a PAC possui como objetivo manter os agricultores da União Européia no campo, evitando deslocamento para os centros urbanos.⁵⁹

O surgimento da PAC foi dado em 1961, em texto da União Européia cita que a PAC, neste tempo, tinha entre outras funções subsidiar as exportações agrícolas, quando os preços internacionais são menores do que os praticados na Comunidade. Note-se que em 1961, ainda era utilizada a nomenclatura CEE (Site da União Européia, 2011).

Na década de 1980, o apoio para a agricultura local fora tão demasiado que os preços que existiam dentro da CEE eram tão baixos que geraram excedentes. Houve enorme aumento de produção (UE, 2010). Segundo o texto gerado pela própria União Européia as políticas de produção e preços criaram enormes excedentes:

⁵⁸ Entrevista realizada em Abril de 2011.

⁵⁹ Para Magnoli e Serapião “o interessante é que o PAC não começou como um programa de subsídios, mas como um esforço de manutenção de preços domésticos altos para os agricultores europeus mediante a compra, pela EU, de uma série de produtos agrícolas sempre que seus preços caíam abaixo de patamares mínimos. Para evitar avalanche de importações, a EU começou a aplicar também tarifas para equalizar as diferenças entre os preços internacionais mais baixos e os mais altos dentro da UE” (MAGNOLI, SERAPIÃO, 2006).

Os excedentes de produção formam as famosas montanhas de manteiga, cereais e carne de bovino e os lagos de leite e vinho. Os excedentes são escoados no mercado mundial com preços subsidiados, que excluem frequentemente do mercado os agricultores dos países em desenvolvimento. Os apelos a reforma da PAC são cada vez mais clamorosos (UNIÃO EUROPÉIA, 2010, texto oficial).

Em 1981 tem-se a primeira medida de precaução em relação a quantidade produzida internamente, em princípio na produção do leite. Em 1982, a PAC apresenta sua primeira grande reforma, com redução de ajuda para os preços, e com mais visão para a qualidade e não para a quantidade produzida, as práticas de políticas destinadas para melhoria no meio ambiente também começam neste ano. Adiante, em 2003, as práticas de melhorias de meio ambiente seriam acompanhadas de segurança alimentar e de práticas de bem-estar animal na produção dentro do bloco (UE, texto oficial, 2010).

A preocupação da União Européia com o orçamento destinado a agricultura pode ser verificada com os números de investimentos destinados para o ramo. Em 2006, foram aplicados 36% do total de 1,2 bilhão de euros na agricultura para modernizar a produção e a qualidade dos produtos. O item agrícola fora apenas maior que o que a União Européia chama de “competitividade”, tendo como objetivo a geração de empregos no bloco, que obteve 39% do orçamento. Entretanto, no setor agrícola ainda pode ser somado mais 11% no item denominado “recursos naturais” que tem como foco o desenvolvimento rural e proteção ao meio ambiente (UNIÃO EUROPÉIA, 2011).

No ano de 2007, houve aumento da despesa considerável na área agrícola no orçamento da União Européia. Foram investidos 42, 7% em recursos destinados para despesas agrícolas e outras despesas diretas e outros 12,4% em desenvolvimento rural. Em relação às despesas agrícolas houve aumento de nada menos que 17,9% do valor total investido na área (UNIÃO EUROPÉIA, 2011).

Para tanto, a qualidade das carnes, seja ela suína, bovina ou de outras espécies na União Européia também necessitam de rastreabilidade. No caso da carne bovina, esta possui a rastreabilidade e subsídios de seus governos, conforme citação de Zen (2008, p. 39):

O subsídio é o motivo fundamental pelo qual a rastreabilidade funciona bem na Europa, pois cada produtor declara seus animais e recebe um pagamento do governo. Lembrando que nos momentos de crise aguda, tanto da vaca louca quanto da febre aftosa, o sistema expôs muitas falhas... A indústria europeia também não tem muita vantagem em relação a indústria brasileira. A indústria brasileira, por raízes históricas, tem um padrão de funcionamento e controle que atende a demanda do mercado europeu.

Entre os anos de 2008, 2009 e 2010 o orçamento dedicado para as despesas agrícolas foram de 31%. Sempre buscando as práticas para aumento da qualidade dos produtos dentro do bloco.

Em comparação com o Brasil, a União Europeia também possui políticas de modernização agrícola, com o objetivo de não apenas manter o produtor no campo, mas de obter competitividade dos seus produtos internamente no bloco. Todavia, o Brasil, possui vantagem comparativa em relação ao que se refere a quantidades de recursos naturais.

Alguns Programas de melhorias são utilizados pela União Europeia para as melhorias no setor agrícola. Em 2005, foi lançado o Programa “*Do campo à mesa: uma alimentação segura para os consumidores europeus*”, que busca segurança alimentar na União Europeia não apenas focando em produtos produzidos internamente, mas também os que foram importados para consumo no bloco.

Todos os programas adotados possuem raiz na história. O PAC surgiu a partir do momento em que a Europa vivia destruição da agricultura, tendo como fomentador disso as guerras ocorridas anteriormente (UE, 2010).

Outros elementos como a dioxina foram recentemente encontrados em carne suína na Alemanha, gerando intensa queda de venda desta carne, não apenas internamente na União Europeia, mas também da exportação deste país com a China, por exemplo.

Dentro do Programa “*Do campo à mesa: uma alimentação segura para os consumidores europeus*” são listados quatro elementos fundamentais para a segurança alimentar:

- a) normas de segurança dos gêneros alimentícios para o consumo e dos alimentos dos animais;
- b) pareceres científicos independentes, acessíveis ao público;

- c) medidas destinadas a garantir a aplicação das normas e o controle de processos;
- d) reconhecimento de que o consumidor tem o direito de escolher os alimentos com base em informações completas sobre a sua proveniência e os respectivos ingredientes.

Pode-se citar outros programas ou comissões que acontecem paralelamente, como o Comitê Permanente da Cadeia Alimentar e de Saúde Animal. Para a avaliação dos alimentos existe a presença da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos – AESA. As avaliações são dadas de forma abrangente, sendo explorados desde Organismos Geneticamente Modificados – OGM, até a saúde e bem-estar dos animais.

Cabe ressaltar que na União Europeia aplica-se o “princípio da precaução”, que busca verificar antes do alimento ser consumido se este possui boa procedência. Para a melhor análise sobre os diferentes produtos, são consultados os chamados peritos científicos (UE, 2010, p.12).

5.3 AS BARREIRAS TÉCNICAS DA UNIÃO EUROPEIA APLICADAS A CARNE SUÍNA E AS ADEQUAÇÕES AS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SANTA CATARINA

No Acordo de Barreiras Técnicas do Comércio, em sua introdução, reconhece que “não se deve impedir nenhum país de tomar medidas necessárias para a proteção de seus interesses essenciais em matéria de segurança”.

No entanto, o que ocorre é que muitos países utilizam as barreiras técnicas de maneira subjetiva, sem seus verdadeiros embasamentos, como é o caso da União Europeia e da Rússia, esta última com constates embargos, quase sempre sem base sólida para a verdadeira justificativa da proibição da exportação.

Para Barral, (2005, p. 15):

As medidas não-tarifárias, por sua vez, abrangem uma gama variada, e às vezes bastante imaginativa, de medidas cujo efeito é a restrição de produtos importados. Estas medidas se efetivam por mecanismos que vão desde a

proibição direta até exigências administrativas que inviabilizam, ou encarecem, a importação de produtos.

A palavra “imaginativo” citada acima serve como referência para balizamento na questão da suinocultura entre Santa Catarina e União Européia. Ora, os apelos levantados pelo bloco nas visitas a Santa Catarina foram atendidos, quais as justificativas para a União Européia não comprar a carne do estado?

Para Jackson (*apud* PRAZERES, 2005 p. 62):

A capacidade do homem para criar várias formas, sejam implícitas, sejam explícitas, de inibir a importação de produtos concorrentes é tão ampla, que um inventário de tais medidas logo se torna muito extenso. Além disso, é evidente que esta habilidade nunca se interromperá: similarmente às formas de se evitarem impostos, a criação humana de barreiras não-tarifárias indubitavelmente se desenvolverá para sempre. As instituições nacionais e internacionais que lidam com este problema devem reconhecer isto como parte das circunstâncias que têm de enfrentar.

São diversos os desafios que o mercado europeu impõe para a competitividade da carne suína catarinense. As barreiras técnicas são as mais diversas, entre elas as sanitárias, que são fruto da barreira imposta em 1978, devido ao caso de Peste Suína Clássica. A Febre aftosa, citada em capítulo anterior, foi diagnosticada em Santa Catarina como área livre sem vacinação, *status* esse que nenhum outro estado do Brasil possui.

A febre aftosa acarretou diversas perdas no comércio internacional da carne suína catarinense e brasileira. Em decorrência da febre aftosa encontrada nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, em 2005, diversos países interromperam a compra do produto. A África do Sul⁶⁰, por exemplo, interrompeu a compra de carne suína em todo o país, assim como a Albânia e Belarus e Cuba. No caso cubano e no caso de Belarus, esses países são Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação.

⁶⁰ No início do ano de 2011 as compras pela África do Sul foram retomadas.

A União Européia suspendeu a compra de carne bovina⁶¹ dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

No que tange os custos, encontra-se as dificuldades para os produtores e, portanto tem-se o desafio para certificação das granjas. As dificuldades para certificar um animal GRSC A Instrução Normativa 19⁶², biossegurança, cerca, banheiro, roupa adequada para entrar na granja, a visita é controlada, e existe custo alto, em média custa 45 a 50 reais por animal, para certificar a doença, é feita a coleta de sangue, sendo que na primeira certificação a primeira coleta é feita em 100% dos animais”⁶³.

Com participação na Campanha da Erradicação da Febre Aftosa nos anos 2000, Osvaldo Rubin, médico veterinário, apresenta em seu livro de poesias sobre os fatos e histórias da campanha que o trabalho realizado em Santa Catarina “não se iguala a outros estados”, e continua ressaltando “animal de leite ou de corte, pois um rebanho estaria protegido, com 80% vacinado nenhum ficava sem vacina, com a vacina boa e bem conservada,” (RUBIN, 2007, p. 49).

Ora, a justificativa pela não compra da carne suína pela União Européia de Santa Catarina não se justifica pelo fato de ter ocorrido Febre Aftosa no Reino Unido em 2007, ano em que Santa Catarina ganharia o certificado de área livre de Aftosa com vacinação, o mais alto padrão no que concerne a resolução da doença.

O que ganha peso nas questões de proteção da União Européia é que como o setor é altamente difundido ao longo do bloco, a proteção aos empregos ganha peso, mesmo que mercados mais competitivos, através de custos de produção, como o Brasil possuam capacidade de exportar para a União Européia.

No Brasil o controle da doença é realizado pelo Programa Nacional de Erradicação e Prevenção de Febre Aftosa – PNEFA, que é respaldado pelo Ministério da Agricultura.

A atenção dada para a questão da sanidade no Brasil data ainda de 1934, com o decreto nº 24.548, onde houve a intensificação dos serviços de Defesa Sanitária Animal. Isto posto, a Portaria nº 121 de 1993, instalou as normas de combate a febre aftosa no Brasil.

⁶¹ Ressalta-se que a carne bovina também é intensamente afetada pela febre aftosa

⁶² A descrição da Instrução Normativa está anexa no final da dissertação

⁶³ Entrevista com Sabrina Tavares, gerente da Cidasc.

Entretanto, três décadas antes, em 1965, fora implementada a obrigatoriedade de combate a aftosa, sendo que no ano de 1967 foi dado o passo inicial para as vacinações (MAPA, 2007, p. 17).

Outro tema abordado pelas empresas exportadoras como sendo item de restrições é o bem-estar animal⁶⁴. Este conceito ganha cada vez mais espaço entre os pesquisadores, consumidores, e por consequência são desafios para a indústria adotar novos sistemas de produção.

No Reino Unido, o Projeto *Food Strategy 2030*, engloba diversos temas ligados ao ramo agrícola nesta região. Nele são destacados os itens sobre os padrões de bem-estar animal que se busca no projeto, na busca de promover altos padrões para tal quesito no Reino Unido (*Food Strategy*, 2010, p.07)

O bem-estar animal é destacado por cinco variáveis, chamadas de Cinco Liberdades, definidas pelo Comitê Brambell. As cinco liberdades são as seguintes: (LUTDKE, 2010, p.43)

- a) Livres de sede, fome e má-nutrição;
- b) Livres de desconforto;
- c) Livres de dor, injúria e doença;
- d) Livres para expressar seu comportamento normal;
- e) Livres de medo e *diestresse*⁶⁵.

Em entrevista com o pesquisador da Embrapa, Osmar Dalla Costa, o mesmo relatou: “Quando a empresa aplica bem-estar animal, na verdade você não aumenta o custo de produção. Você aumenta a produtividade”. Você aumenta o lucro indireto, que aumenta a satisfação das pessoas que estão trabalhando. Quando trabalhamos com bem-estar não estamos apenas pensando nos animais, mas também em tecnologias, processos em melhorar o bem-estar dos animais e das pessoas que estão envolvidas. Do que adianta o animal chegar no frigorífico cheio de

⁶⁴ Segundo Lutke, “os primeiros princípios sobre bem-estar animal começaram a ser estudados em 1965 por um comitê formado por pesquisadores do Reino Unido, denominado Comitê Brambell, iniciando-se, assim, um estudo mais aprofundado sobre conceitos e definições de bem-estar animal. Esse Comitê constituiu uma resposta à pressão da população, indignada com os maus-tratos a que os animais eram submetidos em sistemas de confinamento, relatados no livro *Animal Machines (Máquinas Animais)*, publicado pela jornalista inglesa Ruth Harrison em 1964. O sistema intensivo de produção de animais teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando houve grande escassez de alimentos na Europa e o modelo de produção industrial em larga escala atingiu todos os setores da economia, inclusive o pecuário” (LUTDKE, 2010).

⁶⁵ Diestresse!: Estresse negativo, intenso, ao qual o suíno não consegue se adaptar, tornando-se causa de sofrimento (LUTDKE, 2010).

fraturas? O bem-estar começa na concepção da granja, da forma que você planeja a granja. Ao planejar uma granja com um mal desenho, com estrutura ruim, os princípios de bem-estar já estão comprometidos”⁶⁶.

Para a melhoria deste item, as empresas de Santa Catarina capacitaram seus colaboradores sobre a prática de bem-estar animal. Através de cursos realizados pela WSPA, as empresas obtiveram melhorias no que se chama de abate humanitário.

Nas melhorias do bem-estar animal, foi adotado o Programa STEPS⁶⁷, em parceria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas principalmente com a organização da WSPA. No total, foram 205 frigoríficos atendidos em Santa Catarina, com duração de 12 meses (tendo início em Julho de 2009 até Agosto de 2011), com treinamento de 3.227 profissionais⁶⁸.

Segundo a WSPA os resultados obtidos no Programa STEPS em Santa Catarina foram⁶⁹:

- a) Adaptação do número de bebedouros e água em quantidade suficiente aos suínos durante o período de descanso;
- b) Redução da utilização do bastão elétrico e substituição por auxílios de manejo que não causam dor;
- c) Reestruturação da área de acesso ao *restrainer*, facilitando a condução e entrada dos animais;
- d) Adequação do sistema de insensibilização;
- e) Insensibilização inadequada (em caso de falhas adotar a reinsensibilização imediatamente).

Um dos exemplos sobre bem-estar animal é a castração dos suínos. Neste item a União Européia pretende barrar tal procedimento até o ano de 2018. De acordo com a ABCS, todas as medidas que envolvem manejo, produção, bem-estar e sanidade são fatos que podem vir a ser futuras barreiras (FEEDFOOD, 2011)

Foi questionado para a Veterinária da CIDASC, que participou recentemente de viagem para a Itália, sobre os requisitos de bem-estar

⁶⁶ Entrevista realizada em 2009.

⁶⁷ Segundo a WSPA, o objetivo do programa é identificar os problemas de bem-estar animal nas agroindústrias, isto posto, são realizados programas de capacitação dos profissionais envolvidos

⁶⁸ Questionário aplicado e respondido pela WSPA, através da Gerente de Produção, Charli Lutke, em 2011.

⁶⁹ Questionário aplicado na WSPA, em 2011.

animal adotados na Europa, e foi colocado que as práticas cada vez mais constantes de melhorias no bem-estar animal são na verdade levantadas pelos próprios consumidores.⁷⁰ “O bem-estar é durante todo o processo, o transporte dos suínos deve durar no máximo oito horas, os caminhões devem conter água e caso seja ultrapassadas essas oito horas os animais são encaminhados para propriedades previamente definidas, os animais dormem e no outro dia eles seguem viagem. Os transportadores de animais devem passar por treinamento do serviço oficial de carga horária de 20 horas sobre bem-estar animal cuidados de emergência e doenças, o certificado é válido por 10 anos e esse certificado deve estar no caminhão também consta diário de bordo, a velocidade dos caminhões é controlada por satélite. Diante disso, os animais vão deitados, reduzindo o estresse dos mesmos”.

As maiores dificuldades na obtenção dos resultados do bem-estar animal em Santa Catarina, segundo a WSPA são as seguintes:

- a) Deficiência no conhecimento sobre o bem-estar animal
- b) Conhecimento e suporte técnico dos fornecedores dos equipamentos de insensibilização
- c) Monitoramento do bem-estar dos animais (ausência de *checklist* bem elaborado com parâmetros específicos e adequados)
- d) Normas brasileiras vigentes não suportam os padrões de bem-estar animal recomendados.

Na imagem a seguir, pode-se visualizar como é tratado o elemento de transporte de suínos na Itália, por exemplo,⁷¹.

⁷⁰ Entrevista com veterinária na CIDASC, 2010.

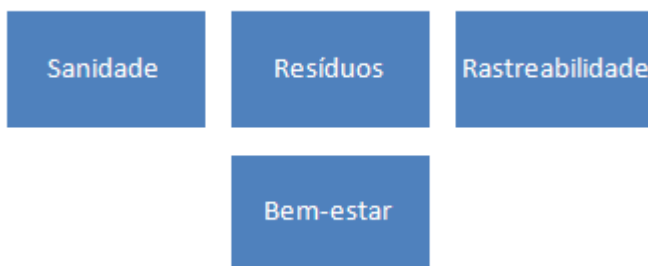
⁷¹ Foto gentilmente cedida por Sabrina Tavares, CIDASC.

Figura 4: Foto de transporte de suínos na Itália.



Conforme a Figura 5, o mercado europeu adota restrições no que tange a questões relacionadas à sanidade, resíduos, rastreabilidade e bem-estar animal de acordo com a maioria das respostas das empresas na presente pesquisa. Sobre a sanidade, a competitividade da carne suína brasileira demonstra excelência. Em uma das empresas entrevistadas foi citado o item *food safety* (segurança alimentar) como elemento importante para a abertura do mercado europeu.

Figura 5: Itens prioritários para abertura de mercado europeu.



Fonte: Entrevistas com empresas, 2010.
(MARTHINS, TALAMINI, FERNANDES, 2010).

Além das questões levantadas acima pelas empresas em relação à União Européia, muitas revelaram que a o mais importante é ter o aval do bloco para que se possa vender carne para outros mercados, tais como o Japão e Coréia do Sul, pelo fato de os mesmos terem grande volume. Entretanto, o mercado sul-coreano também é sujeito a barreiras protecionistas para seus produtores locais.

Em entrevista com o Ex-Secretario Antônio Ceron, que esteve em visita à Ásia, mais especificamente na Coréia do Sul o mesmo relatou: “Depois que estivemos em Seul, veio uma missão técnica da Coréia do Sul seis meses após a nossa visita. Eles também são produtores de carne suína, e havia uma reclamação dos produtores internos, mas sozinhos não dão conta da produção. Só acredito que Japão compre carne suína de Santa Catarina se a União Européia comprar. Eles têm uma exigência sanitária mais forte. É uma questão de balizamento, eles têm seus técnicos, acompanham, mas ao resistentes a abertura do mercado”⁷².

Como mostra a Figura 6 as empresas tomam diferentes medidas na adequação ao bem-estar animal, tais como climatização de granjas, redução de *stress*, forração de pisos, treinamentos com ONG’s especializadas, além do cada vez mais importante abate humanitário. As empresas adotam diferentes medidas, cada empresa com sua particularidade, como já citado.

⁷² Entrevista realizada em Agosto de 2010.

Figura 6: Adequação das empresas no item bem-estar animal em suínos.



Fonte: Entrevistas com empresas, 2010
(MARTHINS, TALAMINI, FERNANDES, 2010).

Mesmo com as medidas tomadas pelas empresas, pode ser observado nas entrevistas, ainda que as empresas adotem melhorias de bem-estar animal, este desafio ainda precisa ser enfrentado, não apenas pelas empresas, mas também pelos produtores ligados a suinocultura de Santa Catarina. O bem-estar animal começou a ser lembrado em diferentes partes do mundo, sendo que não apenas a questão sanitária seja a única fonte de melhorias.

Em entrevista com o Ex-Secretário da Agricultura e atual Presidente da Cidasc, em viagem no Parlamento Europeu e na sede da OIE. O ex-secretario faz o seguinte relato: “Na missão da União Européia, o principal tema debatido foi o item sanitário. Também um item importante foi a utilização de ractopamina na carne. Eles proíbem este produto, que é utilizado como fator de crescimento aqui no Brasil e nos Estados Unidos. Temos 620 granjas em Santa Catarina preparadas para exportar carne sem este produto. No bem-estar animal, empresários de Xanxerê podem trazer uma fábrica de carrocerias para transporte climatizado da Itália. Queremos este item na pauta de insumos agrícolas e não de produtos. Estamos nos precavendo para ser uma exigência do mercado externo⁷³”.

No comparativo entre doenças encontradas no Brasil e em países selecionados na União Européia, segundo dados utilizados pelo banco de dados World Animal Health Disease - WAHID, o Brasil teve seu último caso de Febre Suína Africana no longícuo ano de 1978, onde

⁷³ Entrevista realizada em 2010.

então, a barreira sanitária impedindo a venda de carne suína para a Europa. Na Dinamarca, por exemplo, esta doença jamais ocorreu. O contrário ocorre com a febre aftosa, que o Brasil foi caso da doença no ano de 2006, entretanto Santa Catarina não estava entre os estados afetados. O último caso dinamarquês desta endemia foi em 1983.

Fora da União Européia, mas também com suinocultura dita de qualidade, os Estados Unidos tiveram seu último caso de febre aftosa em 1929. Na França houve casos recentes de Febre Aftosa, ocorrendo em 2001, ao passo que na Alemanha, também citada como origem de carne suína de qualidade o último caso fora em 1988.

Outro fator positivo para a venda de carne suína para a União Européia é que este mercado paga mais que outros mercados, além de possuírem regularidade na efetivação das compras.

Isto posto, além da regularidade, mercados a qualidade demandada pelos europeus e o fator preço também tem mudado com o passar dos anos. “Preço deixa de ser um fator determinante, qualidade é muito mais interessante em grande parte das pessoas, principalmente a partir das pessoas com mais de 45 anos. Os principais problemas para negociar com o Brasil é a falta de informação e a alta carga tributária”⁷⁴.

Em entrevista com o Presidente do Instituto Nacional de Carne Suína, Wolmir de Souza, tem-se a seguinte explanação sobre o tema: “A União Européia paga melhor do que a Rússia, por exemplo. Eles compram mais e possuem estabilidade, não é como a Rússia que compra e faz embargo. A Europa tem um papel fundamental não apenas se comprarem, mas também os outros países vão ter um tratamento diferente com o Brasil”⁷⁵.

Pode-se também analisar que o mercado europeu é importante para outras análises, como a atualização tecnológica. “O fato de você vender para a União Européia é APRESSAR o desenvolvimento tecnológico do setor. A necessidade da atualização constante. Tem que se adaptar as novas normas”⁷⁶.

Na tabela a seguir, é colocado comparativo entre Santa Catarina e o mercado europeu entre os itens estudados ao longo dos capítulos e que representam elementos fundamentais para a exportação de carne suína para a União Européia. Cabe ressaltar que itens como bem-estar animal

⁷⁴ Entrevista com vice-cônsul da Polônia, Wojtek Baczynski, em 2011.

⁷⁵ Entrevista realizada em 2009.

⁷⁶ Entrevista com Jurandi Machado, diretor da Abipecs. Dezembro de 2010.

estão em andamento em ambos os mercados e que os sistemas de rastreabilidade estão sendo aplicadas também em ambas as regiões, embora o sistema europeu já fora ineficiente no caso da vaca louca, como citado anteriormente. No que tange o meio ambiente, também as duas regiões aplicam melhorias em seus sistemas, entretanto nas visitas técnicas este item não foi dado como prioritário e nem mostrado com ênfase nas entrevistas com as empresas exportadoras.

Tabela 11: Comparativo entre Santa Catarina e União Européia.

	Santa Catarina	União Européia
Sanidade	✓	✓
Resíduos e Rastreabilidade	✓	✓
Bem-estar Animal	Em andamento	Em andamento
Meio Ambiente	✓	✓
Custo de Produção baixo	✓	X

Fonte: Pesquisas com as empresas e bibliografias. Elaboração do autor.

Por fim, pode-se concluir que as barreiras adotadas pela União Européia, mostradas nas entrevistas com as empresas exportadoras são diferentes das barreiras asiáticas. Em comum, o item resíduos, que Santa Catarina, como fora mostrado, adota sistemas de rastreabilidade, entretanto a ractopamina ainda é elemento de problema na perda de competitividade do produto pelo fato de ser utilizada na melhoria das carcaças.

No que se refere à sanidade Santa Catarina não tem sido beneficiada pelo *status* de área livre de aftosa sem vacinação, haja vista que as vendas para o mercado da União Européia não foram abertas para as empresas catarinenses.

Outro desafio é o bem-estar animal, que segundo as entrevistas é importante item para a restrição de compra, sendo muito citado pelas empresas exportadoras que demanda mudanças nas instalações das propriedades.

Em relação aos custos, como foi apresentado são desafios no que tange aos produtores, tendo em vista que existe custo para a certificação nas granjas.

As mudanças ocorridas no sistema de produção são evidentes pelo fato de que empresas devem se adaptar a medida que as normas geradas seja internamente, seja externamente, principalmente pela União Européia, na aplicação de brinquedos para os animais, para melhorar o

bem-estar por exemplo. Além da utilização de forros, climatização das granjas, e treinamentos para a prática do bem-estar dos animais.

Por fim, no que se refere a melhoria genética, as empresas se utilizam de material que é fonte de pesquisas em empresas públicas ou privadas. Um dos exemplos é citado pela melhoria do macho MS que fora “criado” pela Embrapa, através de pesquisa resultando em animais para melhor corte.

CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas na suinocultura brasileira e catarinense, em particular, decorrem das melhorias adotadas por todos os atores participantes do processo, as empresas privadas, as empresas públicas, o intenso trabalho das associações sejam elas empresariais ou dos criadores de suínos.

Os desafios que o setor teve que vencer estão entre os mais variados itens, que vão desde a criação e implementação de políticas ambientais até verdadeiras “batalhas”, como nas Rodadas de Negociação da Organização Mundial do Comércio. Ressalte-se que o trabalho desafiador de conquistar mercados externos, no caso da União Européia, não é tarefa apenas de um setor, mas de toda cadeia produtiva, cada qual com suas respectivas responsabilidades.

Em Santa Catarina, a suinocultura representa enorme espaço na economia, haja vista o grande número de propriedades que trabalham no ramo, em especial a Microrregião de Concórdia, com mais de 6 mil propriedades e mais de 1 milhão de suínos espalhados por estas localidades. Um dos fatores determinantes para a localização da intensa atividade suinícola nesta Microrregião é a proximidade das empresas públicas, tais como a Cidasc e a Embrapa, além da tradição histórica com a presença das empresas Sadia e da Seara/Marfrig.

O efeito multiplicador que a suinocultura gera em Santa Catarina, e por conseqüência na microrregião de Concórdia, é confirmado pela intensa “movimentação” que a atividade gera nas indústrias de processamento. Para tanto, é cada vez mais freqüente a introdução de máquinas e equipamentos e o enorme comércio de compra e cultivo de insumos como milho e soja. É ainda perceptível a forte presença de empresas públicas e/ou autarquias investindo e pesquisando em mudanças tecnológicas (melhoramento genético das matrizes), além de oferecer treinamentos constantes. Saliente-se ainda a participação do poder público com investimentos na infra-estrutura ferroviária, como a urgente construção da Ferrovia do Frango, que ligará o extremo oeste de Santa Catarina até a região litorânea, e seus importantes portos.

Em concordância com as análises de Ignácio Rangel sobre o papel dos meios transporte para o amadurecimento do setor produtivo, é notável a importância da rodovia para a transformação do interior do Brasil, sendo o caminhão um legítimo meio para adentrar as estradas mais difíceis que o modal ferroviário dificilmente teria sucesso. Todavia, no caso catarinense, a ligação férrea é necessária para a melhor

competitividade não apenas da suinocultura, mas de outros setores como a avicultura, por exemplo.

Outro desafio verificado na suinocultura catarinense é a obtenção de milho, principal insumo na alimentação dos animais. O produto é cultivado em Santa Catarina, em regiões como a cidade de Xanxerê; entretanto, é necessária a importação de Estados como o Paraná e da região Centro-Oeste do Brasil. A necessidade de importação do milho é dificultada, também, pelo fato de que muitas empresas que cultivam o insumo estão optando pelo processamento, para a fabricação de azeite, por exemplo, o que pode acarretar o aumento de preços, deixando a atividade com menor rentabilidade.

Além da microrregião de Concórdia, outras regiões de Santa Catarina são importantes para a atividade, tais como Videira, Braço do Norte, Joaçaba, Campos Novos, Caçador, Rio do Sul e Chapecó. Todavia, há um princípio de deslocamento da atividade suínica para regiões mais planas, tais como em Curitiba, a própria região de Campos Novos com a instalação de empresas importantes.

Para a geografia, o papel que o espaço representa é fator crucial para a localização das empresas em determinadas regiões. Verificou-se que os fatores locais, tais como a presença mútua de empresas públicas e privadas com foco em agricultura, têm gerado tecnologias a serem adotadas para o desenvolvimento da microrregião de Concórdia. Para entender a questão da localização espacial do setor suínico, buscou-se os aspectos macrolocais e microlocais, estudados por Kon, afim de melhor situar como estes elementos influenciam a formação da estrutura da suinocultura.

Nos elementos macrolocais, conclui-se que aspectos ligados a custos de transporte podem ser melhorados (reduzidos); já na questão portuária existe competitividade, como já ressaltado. No que tange a disponibilidade de energia, este item não foi citado como sendo problemático pelas empresas, tendo em vista as entrevistas realizadas com as mesmas. Tem-se, de fato, melhorias na utilização dos dejetos para a geração de energia a partir do tratamento dos mesmos, diferentemente do suprimento de matérias-primas, que se encontra em dificuldade pela escassez de milho no mercado, ou pelo alto preço do insumo para a atividade da suinocultura de Santa Catarina. Por outro lado, os elementos intangíveis, como a tradição familiar são importantes pela história e a cultura incorporada ajudam as empresas na manutenção da mão-de-obra na atividade, ressaltando que o fator cultural também é fator preponderante na suinocultura, bem como na União Européia

Nos fatores microlocais, as condições do relevo na microrregião de Concórdia como sendo difíceis na atividade nesta região, haja vista as condições da topografia do local. Um dos maiores desafios pelo fato de existir tal topografia é o desempenho ambiental, como já citado como o controle dos dejetos nas unidades produtoras. Deste modo, a suinocultura também buscou deslocamento não apenas para a região mais ao centro de Santa Catarina, mas também para o Centro-Oeste do Brasil. A capacidade de infra-estrutura, como já citado, necessita melhorias para melhor competitividade, não apenas com o setor internacional, mas com a competição interna.

Um dos elementos que mais está presente na suinocultura é a questão ambiental. Pode-se concluir que a presença do Termo de Ajusta de Conduta realizado entre diversas partes (prefeituras, associações, empresas públicas e privadas e produtores) faz com que o elemento ambiental não fuja dos desafios da suinocultura catarinense. As melhorias tecnológicas e o aumento da conscientização por diversas partes foi um dos fatores da mudança, além do fato da água ser bem indispensável para a produção de carne suína. As medidas tomadas pelas agroindústrias em relação ao meio ambiente são a utilização de biogás, tratamento de efluentes, reaproveitamento de resíduos e da água. O desafio é modificar a visão que de modo geral a produção de suínos possui como sendo a “única vilã poluidora”, tendo em vista que a poluição nas cidades também é causadora de mal-estar na sociedade.

Com a modificação da pauta exportadora brasileira, anteriormente com intensa dependência do setor cafeeiro, e posteriormente para bens com maior grau de manufatura deu-se importância, também, para as políticas públicas adotadas pelos governos do Brasil, onde pode-se citar a Manutenção do Programa de Vigilância Agropecuária Internacional, datada de 1999, ou programas anteriores, tais como a Manutenção do Programa de Inspeção de Produtos de origem Animal, de 1950. Passou-se a defesa sanitária ser elemento importante para toda a agricultura brasileira. Na suinocultura, um dos Programas mais importantes da história foi a Erradicação da Peste Suína Clássica, de 1980. Pode-se concluir que com o passar das décadas a importância dada para o setor ocupou espaço visando tanto o mercado interno quanto o mercado externo, através de medidas que buscaram melhorar a questão sanitária e também as de negócios internacionais do Brasil.

Em programas mais recentes, o Programa de Aceleração do Crescimento da Embrapa (PAC-Embrapa), no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, tem como um dos objetivos a melhor capacitação dos

profissionais desta empresa, fazendo o intercâmbio dos colaboradores com universidades fora do país. A partir disso, visualiza-se um horizonte de maiores investimentos profícuos em questões ligadas a pesquisa, tendo em vista o sucesso da melhoria genética e da sanidade, por exemplo.

Sob o aspecto tecnológico, a rastreabilidade tem sido aplicada pelas empresas exportadoras, tendo em vista que esta ferramenta é importante para o melhor controle não apenas dos animais, mas também dos produtos finais gerados no processo de produção. Com a rastreabilidade, verificou-se que as empresas melhoram o acompanhamento do número de animais carregados e entregues, no acompanhamento técnico, nas intervenções medicamentosas, atualização com o mercado comprador, no tempo de abate, tendo melhor situação dos registros com data e hora, além da melhoria das condições sanitárias. Compreendendo, portanto, que o protecionismo europeu é questão comercial e não tem justificativa sanitária ou de questão de resíduos.

A rastreabilidade ainda é importante no que se refere ao controle de resíduos, importante item para a exportação de mercados, não apenas para uma futura venda para a União Européia, mas também de mercados diferentes, como a manutenção do mercado russo e na abertura do mercado japonês. Esse controle de resíduos é crucial, pelo fato do mercado europeu, por exemplo, não aceitar a utilização de ractopamina nos animais.

O Brasil possui o menor custo de produção dos países que formam a Interpig (1,03 euros/carcaça), enquanto que França e Irlanda possuem os maiores custos (1,52 e 1,47 respectivamente).

As mudanças ocorridas nos padrões alimentares, com demandas por produtos com menos gordura, com certificações de diferentes formas fizeram crescer a importância pela obtenção de Indicação Geográfica nos produtos. No Brasil, sete produtos já possuem tal indicação, nenhum de Santa Catarina. Pelo fato de países, como a Coreia do Sul, não aceitarem o conceito de regionalização da Organização Mundial de Epizootias, a criação do selo com indicação geográfica da carne suína catarinense pode se tornar um avanço no conceito da carne no exterior.

Verificou-se que o mercado da União Européia possui demandas diferentes que as do mercado asiático no que tange a abertura de mercado para a carne suína. Nas pesquisas realizadas nas empresas catarinenses, os itens relativos a sanidade, resíduos e bem-estar animal

são constantes. No que se refere a questão sanitária, conclui-se que Santa Catarina possui qualidade nos serviços prestados, fato esse que o estado é Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o que não justifica a barreira sanitária, tendo em vista que a carne bovina é vendida para a União Européia. Além do excelente *status* sanitário, a rastreabilidade é aplicada para a melhoria nos controles dos resíduos. Sobre bem-estar animal, as empresas públicas e privadas realizam programas em parcerias com a Sociedade Mundial de Proteção Animal – WSPA, além de outros trabalhos na Embrapa, necessitando melhorias, sendo que este é um verdadeiro desafio para a suinocultura catarinense, pois ainda se encontra em andamento.

Elementos protecionistas da União Européia são verificados pelo fato de Santa Catarina apresentar qualidade sanitária, além de preço de custo extremamente competitivo em relação ao bloco europeu. O protecionismo é exercido pelo bloco pelo fato de que o setor suinícola é extremamente difundido na União Européia, e existe proteção aos empregos locais, haja vista a não negociação na Rodada de Doha sobre os itens ligados a agricultura. Além disso, a União Européia importa carne bovina brasileira, lembrando que esta carne também é tão suscetível quanto a carne suína as doenças sanitárias, inclusive febre aftosa.

O desafio da suinocultura catarinense, além de manter e melhorar os níveis de qualidade passa pelo âmbito das negociações internacionais, para a abertura de mercados, tendo em vista a não compreensão das políticas protecionistas adotadas pela União Européia na carne suína catarinense, medidas estas de proteção aos produtores locais, com seus respectivos empregos. O andamento da agenda de Doha, por exemplo, pode beneficiar o setor agrícola brasileiro, e, por conseguinte a atividade suinícola catarinense, tendo em vista que os subsídios para a produção de alimentos da União Européia teriam maior limitação.

Por fim, pesquisa desenvolveu-se através de dados obtidos entre diferentes agentes sendo eles públicos ou privados, autoridades políticas e pessoas ligadas a associações, sempre visando a meta de buscar a maior amplitude de informações na busca de resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. Relatórios. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/>

ABIEPCS. Estatísticas disponíveis em:
<http://www.abiepcs.org.br/pt/estatisticas.html>

Associação Catarinense dos Criadores de Suínos. Dados de custo e preço do milho. Disponível em:
http://www.accs.org.br/dados_ver.php?id=8

Associação Catarinense dos Criadores de Suínos. Relatórios Anuais: Disponível em: www.accs.org.br

Associação Catarinense dos Criadores de Suínos. **50 anos de História.** Texto e Pesquisa Bibliográfica: Leandro Ramires Comassetto. 2010.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de; NICOL, Robert Norman Vivian Cajado. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira.** São Paulo: McGraw-Hill, c1987. 335p

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 1989. 288 p.

Aurora Alimentos. Site oficial da empresa. Localizado em:
<http://www.auroraalimentos.com.br/br/aurora.php>. Acesso em 2011.

BADO, Álvaro Roberto Labrada. A Política Econômica Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967). Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

BAER, Werner. **Economia Brasileira.** São Paulo, Nobel. 1996.

BAUMANN, Renato. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira.** Rio de Janeiro:Elsever, 2004.

BARRAL, Welber. **O Brasil e o Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002

BHAGWATI, Jagdish N. **Protecionismo versus comercio livre**. Rio de Janeiro: Nordica, 1988. 112p.

BLANCOU, J. **A history of the traceability of animals and animal Products**. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, 2001, 20 (2), 420-425.

Disponível em:

http://web.oie.int/boutique/index.php?page=ficprod&id_produit=77&fic_hrech=1&lang=en

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRITO, Wladimir. Da **Cooperação Tranfronteira à Cooperação Territorial na União Européia**. IN: Santa Catarina nas Relações Internacionais. Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2010.

BOTTOMORE, T. B., **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. xi, 454p.

CÂMARA, Tadeu, MARTINELLI, Carlos José, NADAL, Raul de. A Política Econômica em um Governo Democrático e Popular, In: **Chapecó uma cidade Transformada**. 2004.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos de; LANZER, Edgar Augusto; SANTANA, Edvaldo Alves de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **As estratégias de crescimento das empresas líderes e o padrão de concorrência das indústrias avícola e suinícola brasileiras**. 1997. 260f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,

CASTRO, Ina Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. . **Geografia : conceitos e temas**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2001. 352p

CLEMENTE, Ademir, HIGACHI, Hermes. Economia e Desenvolvimento Regional. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Saldo de Suínos, dados cedidos em 2011.

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC. Site Oficial: Localizado em:
http://www.cidasc.sc.gov.br/html/institucional/escritorios_cidasc_novos.htm. Acesso em 2011.

COUTINHO, Dirceu. **Globalizados e Globalizantes**. Aduaneiras, 2003.

CRUVINEL, Paulo. **Instrumentação agropecuária no agronegócio brasileiro do século XXI**. 2004. Localizado em:
<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2000/artigo.2004-12-07.2432500046/>

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e sua contribuição para a geografia. **Biblos :revista do Departamento de Biblioteconomia e História**, Rio Grande, RS , v. 15 , p. 51-67, 2003.

DANTAS, Alexis, KERTSNETZKY, Jacques, PROCHNIK, Victor. In: **Economia industrial : fundamentos teóricos e praticas no Brasil** / David Kupfer, Lia Hasenclever organizadores, 2002.Campus.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Campinas: Ed. da UNICAMP, c1985. 240p.

ESPINDOLA, Carlos Jose. **As agroindústrias de Oeste Catarinense : o caso Sadia**. Florianópolis, 1996. 310f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Geografia.

ESPINDOLA, Carlos Jose. . **O Real, a indústria avícola e as estratégias empresarias**. Revista de Geografia [Mato Grosso do Sul], Campo Grande , v. 6, n. 33 , p. 33-38., jul./dez. 2001.

ESPINDOLA, Carlos Jose. **Competitividade nas agroindústrias do oeste catarinense no âmbito do Mercosul: Considerações preliminares**. Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p.125-138, jul/dez.1999.

ETTY, William; PETTY, William; HUME, David; QUESNAY, François,. **Obras econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 350p.

FÁVERO, Jerônimo. **Macho híbrido terminal “MS58”**. Embrapa, 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA.
Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense. 2010

_____. Santa Catarina em Dados, 2010.

FOOD STRATEGY 2030. Disponível em:

<<http://www.defra.gov.uk/foodfarm/food/pdf/food2030strategy.pdf>>.

Acesso em: 20 de Maio de 2010.

GRIECO, Francisco de Assis. Brasil e a Nova Economia Global, 2001. Aduaneiras.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980. 278p.

FURLAN, OSÓRIO HENRIQUE. **Uma vida**. SÃO PAULO: CORSET GRÁFICA, 2009.

HAFFNER, Jacqueline. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1996.

HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições**. Est.Econ. São Paulo v.28 n.1,p 33-75, Janeiro-Março, 1998.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 316p.

JANK, Marcos; THORSTENSEN, Vera. **O Brasil e os grandes temas do comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2008.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994. 212 p.

KUPFER, David S; HASENCLEVER, Lia . **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 640p.

LIMA, Rodrigo Carvalho de Abreu. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Medidas Sanitárias e Fitossanitárias na OMC: Confronto entre o Protecionismo e a Defesa dos Objetivos Legítimos**, 2004.

LIMA, Pedro Garrido. **Posicionamento no Sistema Mundial e Semiperiferia**. Textos de Economia. Florianópolis, Jul/Dez. 2007.

LIST, Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 338p.

LUDTKE, Charli. **Bem-estar animal: qualidade ética da carne**. Janeiro de 2010. Especial Suinocultura, ABIPECS.

MADEC, F, GEERS, F, VESSEUR, R, N. Kjeldsen & T. Blaha. **Traceability in the pig production chain**. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, 2001, 20 (2), 523-537 Disponível em: http://web.oie.int/boutique/index.php?page=ficprod&id_produit=77&fic_hrech=1&lang=en

MAGNOLI, Demetrio; SERAPIÃO JUNIOR, Carlos. **Comércio exterior e negociações internacionais: teoria e prática**. São Paulo (SP): Saraiva 2006.

MARINHO, Paula Cambraio, OLIVEIRA FONTES, Dalton, OLIVEIRA SILVA, Francisco Carlos, ALMEIDA e SILVA, Martinho, ALVES PEREIRA, Francisco, CORRÊA AROUCA, CLÁUDIO. **Efeito da ractopamina e de métodos de formulação de dietas sobre o desempenho e as características de carcaça de suínos machos castrados em terminação**. R. Bras. Zootec., v.36, n.4, p.1061-1068, 2007 (supl.).

MATOS, Patrícia Oliveira. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil Após o II PND**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. **Revista de Ciencias Humanas** [Florianópolis], Florianópolis , n.2 , p. 38-48, jul. 1982.

MAMIGONIAN, Armen. **Padrões Tecnológicos mundiais: o caso brasileiro**. Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p.158-164, jul/dez.1999.

MARTHINS, Aloysio de Araújo Jr, FERNANDES, Herlon, TALAMINI, Dirceu. **Protecionismo, mercado internacional e adequações das empresas na suinocultura brasileira**. Revista de Política Agrícola. JUL/AGO, 2010.

MARQUER, POL: Pig Farming in UE: a changing sector. Disponível em: http://www.eds-destatis.de/de/downloads/sif/sf_10_008.pdf

MIELE, Marcelo, MACHADO, Jurandi. Revista Agroanalysys. Especial Suinocultura. Janeiro de 2010.

MIELE, Marcelo. **Participação no Interpig 2010**. Embrapa Suínos e Aves.2010.

MIGLIAVACCA, Flauri. Desmistificando a Carne Suína. Disponível em: http://www.suinoculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/desmitificando-a-carne-suina,20110214082424_L_762,20081118090848_V_206.aspx

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Série Histórica 1989-2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2019/2020. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJCOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%202020.pdf

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Agricultura Empresarial. Disponível em:
<http://www.canalrural.com.br/pdf/9936446.pdf>

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Dados sobre Febre Aftosa. Localizado em: <http://www.agricultura.gov.br/febreaftosa>

Ministério da Agricultura. Indicações Geográficas. Localizado em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica/selos-no-brasil>. Acesso em 2011.

MISSAGLIA, Ângela. Sistema de Rastreabilidade.IN: Sistema de Qualidade nas cadeias Agroindustriais. São Paulo, 2007.

MONTIBELLER, Gilberto, BINOTTO, Paula. Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva. Blumenau. Nova Letra. Organizadores Silvio A Cário... [et al]Blumenau.Nova Letra, 2008.

OLINGER, Glauco. **50 anos de extensão rural:** breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006. Florianópolis, SC EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de SC 2006 72p.

OLIVO, Rubison; OLIVO, Nilson. **O mundo das carnes:** ciência, tecnologia & mercado. 3. ed. Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2006. 211p.

ORCALLI, Gabriele. **Integração Econômica e Papel Internacional das Regiões. A Cooperação Transfronteiriça** . IN: Santa Catarina nas Relações Internacionais. Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2010.

Organização Mundial de Epizootias. Localizado em:
http://web.oie.int/wahis/public.php?page=weekly_report_index&admin=0&WAHIDPHPSESSID=e898489703716cef784208fd399f64.
 Acesso em 2011.

Organização Mundial do Comércio. Disputas entre os membros da OMC. Disponível em:
http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_maps_e.htm?country_selected=BRA&sense=e

PALHARES, Julio Cesar Pascale. **II Simpósio Brasil Sul de Suinocultura. Chapecó, 2009.**

PEREIRA, Moacir. **Victor Fontana:** percorrendo caminhos. 2. ed Florianópolis: Insular, 2006. 256p.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Direito. **Comércio internacional e neoprotecionismo:** as barreiras técnicas na OMC. Florianópolis, 2002. 421 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

RATTNER, Henrique. **Tecnologia e sociedade: uma proposta para os países subdesenvolvidos.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 183p

RELATÓRIO ABCS. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/>

Relatório Anual Marfrig. Disponível em: <http://ri.marfrig.com.br/port/infofinan/relatorios.asp>

REVISTA FEED FOOD. Maio 2010. Disponível em: www.feedfood.com.br

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional:** teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 421p.

ROCHA, ISA DE OLIVEIRA; MAMIGONIAN, ARMEN; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina** Isa de Oliveira Rocha ; orientador Armen Mamigonian.. 2004. 416 f. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

RODIGUERI, Júlio. *Síntese Anual de Agricultura de Santa Catarina. Ano 2007-2008.* EPAGRI/CEPA. Florianópolis.

RUBIN, Osvaldo. **A Epopéia do Combate à Febre Aftosa em Santa Catarina**. Florianópolis, 2007.

SADIA 50 anos: construindo uma historia.. São Paulo: Premio 1994. 143p.

SALMAN,M.D, GONÇALVES,Vitor Salvador, **Risco de Introdução de Febre Aftosa através de importação de produtos suínos do Brasil:Avaliação de Riscos**.2006

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384p. (Coleção Milton Santos)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473 p

Secretaria de Estado da Infraestrutura de Santa Catarina. Site Oficial. Localizado em: <http://www.sie.sc.gov.br/sie/home/index.do>. Acesso em 2011.

SIGNORI, Andréia Aparecida; BOSENBECKER, Luciane; UCZAI, Pedro Francisco. **Chapecó: uma cidade transformada**. Chapecó: Prefeitura Municipal, [2005?]. 381p.

Site da Pamplona. Disponível em: www.plamplona.com.br

SILVA, Harrysson Luiz da. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia**. 1991. xi, 223f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1991.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho** : elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1977. 198 p.

Síntese Agrícola Disponível em:

http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/sintese_2008/Sintese_2008.pdf

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da Riqueza das nações**. Curitiba: HEMUS, 2001 514p
 SUINOCULTURA INDUSTRIAL. Restrições a exportação. Disponível em:
http://www.suinoculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/restricao-de-exportacao,20110124083809_U_596,20090313114400_K_069.aspx

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. Suinocultura na Berlinda. Disponível em:
http://www.suinoculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/suinocultura-na-berlinda,20110713084236_Q_932,20081118093828_H_824.aspx

Termo de Ajuste de Conduta, disponível em: www.accs.org.br

União Européia. *Dados sobre agricultura. Disponível em:*
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/agriculture/data/main_tables

União Européia. Dados sobre história. Localizados em:
http://europa.eu/about-eu/eu-history/2000_today/index_pt.htm.

União Européia. **A Política Agrícola Europeia ao longo dos anos**. Disponível em: europa.eu/index_pt.htm

VIGEVANI, Tulio, CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional**. v.29, n2, jul/dez, 2007.

VILLELA, Annibal V; SUZIGAN, Wilson INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1973. 468p

ZEN, de Sérgio. **Exportação**. Revista Porkworld. Mai/Jun. 2008.

WILKINSON, John. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989. 142p

APÊNDICE A
Questionário de pesquisa para a Indústria.

Nome da Empresa:

Função da pessoa que está respondendo o questionário:

Data:

Informações sobre a empresa

1. A empresa possui unidade industrial no exterior:
☐ Sim ☐ Não

2. Informe o valor total das exportações de carne suína no faturamento em 2009.
☐ Até 99 mil US\$ ☐ Entre 100 e 999 US\$ mil ☐ Entre 1 e 9,9 milhões US\$ ☐ Entre 10 e 50 US\$ milhões ☐ Acima de 50 US\$ milhões

3. Qual a participação das exportações de carne suína (ou produtos derivados/embutidos) no faturamento da empresa em 2009.
☐ Até 10% ☐ De 11 a 20% ☐ De 21 a 30% ☐ De 31 a 50%
☐ De 51 a 70% ☐ Acima de 70%

4. Há quanto tempo a empresa atua no Mercado Internacional?
(Informar em anos)

Sobre o Mercado Internacional

5. Quais os principais países de destino das exportações de carne suína da empresa (ou produtos derivados/embutidos) (informar em %).
1 _____
2 _____
3 _____
4 _____
5 _____

6. Quais mercados a empresa pretende atingir nos próximos três anos? Informar os dois mais relevantes (informar o porquê da escolha de tais mercados).
☐ União Européia ☐ América do Sul ☐ América do Norte
☐ América Central
☐ Oriente Médio ☐ África ☐ Ásia ☐ Oceania
7. Indique os dois principais obstáculos para exportação de carne suína (ou produtos derivados/embutidos)
☐ Barreiras Tarifárias ☐ Barreiras técnicas ☐ Subsídios elevados dos concorrentes internacionais ☐ Não aceite do conceito de Regionalização ☐ Não aceite do conceito de Compartimentalização ☐ Restrições a importação (bem-estar animal, manejo, etc)
☐ Questões sanitárias
8. Quanto ao protecionismo ou restrições à importação, indique os três principais temas que o mercado europeu indica como sendo prioritários para a suinocultura brasileira para abrir o mercado.
☐ Bem-estar animal ☐ Resíduos (de medicamentos, por exemplo) ☐ Bom destino dos dejetos ☐ Aplicação de rastreabilidade. ☐ Questões sanitárias
9. Quanto ao protecionismo ou restrições à importação, indique os três principais temas que o mercado asiático indica como sendo prioritários para a suinocultura brasileira para abrir o mercado.
☐ Bem-estar animal ☐ Resíduos (de medicamentos, por exemplo) ☐ Bom destino dos dejetos ☐ Aplicação de rastreabilidade ☐ Questões sanitárias.
10. Quanto ao protecionismo ou restrições à importação, indique os três principais temas que o mercado asiático indica como sendo prioritários para a suinocultura brasileira para abrir o mercado.
☐ Bem-estar animal ☐ Resíduos (de medicamentos por exemplo) ☐ Bom destino dos dejetos ☐ Aplicação de rastreabilidade.
11. Qual a importância das missões internacionais para abertura de mercado da carne suína: (se possível explicar o porquê)
☐ Não possui relevância ☐ Pouco Relevante ☐ Relevante ☐ Muito Relevante ☐ De extrema relevância.

12. A empresa está alinhada aos seguintes certificados:
{ } BRC (British Retail Consortium) { } IFS (International Food Standard { } ISO (Internacional Organization for Standardization) Outro? Favor citar abaixo

Sobre as barreiras Técnicas ou Restrições do mercado Externo

13. Quais as principais medidas que a empresa está tomando na busca de bem-estar animal no que tange aos suínos?
14. Quais as principais medidas que a empresa está tomando quanto a novas tecnologias como a rastreabilidade e eliminação de resíduos?
15. Quais as relações da empresa com os criadores de suínos no que tange o bom destino dos dejetos?

QUESTIONÁRIO 2

Sobre o Mercado Internacional

- 1- Sobre a Rodada de Doha, os acordos setoriais deveriam ser as medidas mais importantes que o Brasil deveria buscar? A empresa discute com as autoridades sobre quais medidas tomar na Rodada (corte de tarifas, barreiras técnicas, etc)? Existe na opinião do senhor excesso de protecionismo, principalmente do mercado europeu?
- 2- Qual a opinião do Senhor sobre os subsídios dos Estados Unidos e da Europa na cadeia agrícola?
- 3- No que tange sanidade suína, Santa Catarina é reconhecida por sua excelência. Portanto, qual, na opinião do senhor, a justificativa da União Européia não abrir o mercado?
- 4- A Rússia planeja ser auto-suficiente em carne suína nesta década, todavia, para buscar vaga na OMC, planeja cortar subsídios no setor agrícola e pecuário. Qual a opinião do senhor sobre a Rússia? Não se trata de um mercado extremamente complicado de negociar?
- 5- Muito se fala da qualidade da carne suína da Dinamarca. Qual o diferencial da carne deste país?

Sobre a Infra-estrutura

- 1- Em relação ao transporte, qual a importância e o real impacto da criação da Ferrovia do Frango em Santa Catarina?

Sobre os Insumos

- 1- A escassez de milho em Santa Catarina faz com que a indústria compre o insumo de outros Estados. Como isso acarreta nos custos da empresa? A cadeia suinícola não perde muita competitividade?
- 2- Quanto a disponibilidade de energia, a empresa possui dificuldades neste item em Santa Catarina?

Sobre a Tecnologia

- 1- Quais as principais mudanças na criação dos suínos que a empresa adotou nas últimas décadas? (porcentagem de gordura, alimentação, etc). Qual a importância da genética e da pesquisa da EMBRAPA?
- 2- No que se refere aos cortes, quais mudanças a empresa adotou?(existem cortes específicos para Rússia, Hong Kong, Cingapura, América Latina)?
- 3- O meio ambiente ganha cada vez mais destaque, qual (quais) mudanças tecnológicas ocorridas neste item?
- 4- Quando a empresa adotou sistemas de rastreabilidade?Quais os pontos positivos e as dificuldades de implementação de tal tecnologia?
- 5- Quais tecnologias adotadas para eliminação de resíduos?Existe dificuldade para a execução?

Panorama da Suinocultura em Santa Catarina

- 1- De acordo com uma Associação, Santa Catarina deverá ser cada vez mais exportadora e a demanda interna cada vez mais atendida por carne suína de outras regiões como o Centro Oeste, qual a opinião do senhor sobre a citação?
- 2- Existe deslocamento da suinocultura da região Oeste de Santa Catarina para outras regiões, tais como Centro-Oeste do Brasil, ou até mesmo dentro de Santa Catarina tais como: Campos Novos e Mafra?Quais os motivos principais?
- 3- Existe dificuldade na disponibilidade de mão-de-obra?Os custos trabalhistas são elevados?

ANEXO A

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO.
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 19 DE 15 DE
FEVEREIRO DE 2002**

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 83, inciso IV, do Regimento Interno da Secretaria, aprovado pela Portaria Ministerial nº 574, de 08 de dezembro de 1998, nos termos do disposto no Regulamento de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934,

Considerando a importância econômica da suinocultura e a necessidade de manter um nível sanitário adequado nas granjas que comercializam, distribuem ou mantenham reprodutores suídeos para multiplicação animal, a fim de evitar a disseminação de doenças e assegurar níveis desejáveis de produtividade, e o que consta do Processo nº 21000.005128/2001-29, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas a serem cumpridas para a Certificação de Granjas de Reprodutores Suídeos, em anexo.

Art. 2º A comercialização e distribuição, no Território Nacional, de suídeos destinados à reprodução, assim como a sua participação em exposições, feiras e leilões, somente serão permitidas àqueles procedentes de Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas (GRSC).

Parágrafo único. As entidades mantenedoras de animais com finalidade de multiplicação animal deverão obedecer aos requisitos para Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas.

Art. 3º Delegar competência ao Diretor do Departamento de Defesa Animal (DDA), para baixar Normas complementares necessárias à certificação de granjas de reprodutores suídeos, por proposta da Coordenação de Vigilância e Programas Sanitários.

Art. 4º Recomendar, aos Secretários de Agricultura e às autoridades de defesa sanitária animal competentes nos Estados e no Distrito Federal, apoio para o desenvolvimento das atividades que decorram desta Instrução Normativa.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa nº 12, de 23 de junho de 1999.